



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Mestrado em Ciência Política

**"É uma batalha de narrativas": os enquadramentos de ação coletiva em torno do
impeachment de Dilma Rousseff no Facebook**

Tayrine dos Santos Dias

Brasília,
Junho de 2017

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Mestrado em Ciência Política

**"É uma batalha de narrativas": os enquadramentos de ação coletiva em torno do
impeachment de Dilma Rousseff no Facebook**

Orientadora: Marisa von Bülow

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Luciana Tatagiba (IFCH/Unicamp)

Prof. Dra. Rebecca N. Abers (IPOL/UnB)

Prof. Dra. Marisa von Bülow (IPOL/UnB)

Suplente:

Prof. Dra. Debora Rezende de Almeida (IPOL/UnB)

Brasília,
Junho de 2017

Dedicatória

Aos meus pais.

Agradecimentos

Começo agradecendo aos meus pais, Eliane e Henrique, por me proporcionarem o suporte e apoio para que esta jornada de inquietações acadêmicas começasse ainda em 2010, ao começar a graduação em Ciência Política, e chegasse a mais um *check-point* com a defesa desta dissertação. Foram intensos 27 meses de muitas descobertas, decisões, angústias, tentativas, acertos, erros, e acima de tudo: gratidão e orgulho. Também não posso deixar de agradecer à minha avó, Vilma, à minha avó Ana e à minha tia Vanda. Mulheres fortes, que me inspiraram nessa trajetória.

Agradeço imensamente também à querida orientadora Marisa, por todos os cuidadosos comentários, conselhos, sugestões e por todo o zelo não apenas com este trabalho, mas também comigo. Cresci muito com a oportunidade de trabalhar ao lado de uma acadêmica brilhante, que sabiamente soube apertar o acelerador e o freio sempre que necessário, promovendo novos desafios. Obrigada pela liderança e parceria!

Agradeço especialmente também às professoras Rebecca e Debora, por todos os preciosos momentos de discussão no Resocie, onde me senti tão acolhida. Meus horizontes se abriram com a participação no Code4Pol, um dos grupos do Resocie: espaço plural que reuniu um sábio mestre - Alê Gomes - e cientistas políticos que aceitaram o desafio de entrar no mundo da computação. Agradeço também à Marília pelas conversas, conselhos e pela inspiração, obrigada a todas e todos!

Agradeço também à professora Luciana Tatagiba, pelos valiosos apontamentos e pela participação nas bancas de qualificação e defesa. As provocações estimuladas proporcionaram pertinentes reflexões ao longo da elaboração desta dissertação.

Não posso deixar de reconhecer a importância dos amigos nesses momentos. Agradeço carinhosamente às queridas e queridos Ariadne, Mateus, Luiz, Karin, Bia e Marianne, que acompanharam de perto essa jornada em tantas conversas, sugestões, conselhos, abraços, e energia positiva. Agradeço também aos amigos de fora da bolhinha acadêmica, mas que tanto me apoiaram: Diogo, Rayanne, Rayane, Hevelyn, Yandria, Marina, Fernanda, Dayane, Manu, Eveline, Bárbara e Letícia, só posso recompensar vocês com a minha profunda gratidão! Também agradeço muito à Karina pela força e confiança, mais uma mulher inspiradora em quem pude me espelhar. Agradeço também a todas as que apoiaram esse processo no cotidiano da universidade: Thaynara, Gisele e toda a equipe do IPOL, obrigada! Posso dizer que fecho esta etapa plenamente: *no regrets* :)

Resumo

A campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff levou milhares de brasileiros às ruas e foi intensamente debatida online, entre novembro de 2014 e agosto de 2016. Organizações da sociedade civil foram relevantes para mobilizar adeptos e convocar protestos, nas ruas e as mídias sociais. O *Facebook* foi arena política: as páginas públicas dessas organizações foram usadas para comunicar narrativas e significados que legitimaram e justificaram suas ações. Movimento Brasil Livre, Movimento Endireita Brasil, NasRuas, Revoltados ON LINE e Vem Pra Rua Brasil utilizaram suas páginas para construir enquadramentos de ação coletiva. Ainda que façam parte do mesmo campo organizacional e identitário e tenham atuado no mesmo contexto político, os enquadramentos elaborados atribuem significados distintos a quais são os problemas, culpados, soluções e apelos motivacionais. Esta dissertação propõe argumentos exploratórios a partir da seguinte pergunta de pesquisa: Quais dimensões da prática contenciosa explicam os enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais produzidos por organizações da sociedade civil no *Facebook*? O desenho de pesquisa é de estudos de caso comparados dos usos das páginas do *Facebook* de cinco organizações da sociedade civil atuantes durante a campanha pró-impeachment. Foram realizadas coleta de dados das páginas do *Facebook*, entrevistas em profundidade e pesquisa secundária por reportagens e documentos produzidos pelas organizações. Empregamos análise de conteúdo das postagens no *Facebook* das cinco organizações e análise das entrevistas e reportagens. Os enquadramentos mais frequentes apontaram a corrupção, mentiras e má gestão como problemas, cujos culpados são PT, Dilma e Lula, e cuja solução era o impeachment. Os argumentos exploratórios sugeridos nesta dissertação indicam que as trajetórias, relações, posições político-ideológicas e estratégias e táticas das organizações explicam as semelhanças e diferenças encontradas nos enquadramentos de ação coletiva, em um contexto de instabilidade política e institucional.

Palavras-chave: enquadramentos; impeachment; *Facebook*; organizações da sociedade civil; direita; Brasil

Abstract

Dilma Rousseff's impeachment campaign led thousands of Brazilians to the streets. It was a highly debated topic online, between November 2014 and August 2016. Civil society organizations were relevant to mobilize adepts and to call for protests on the streets and on social media platforms. *Facebook* was a political arena: the public pages of those organizations were used to communicate narratives and meanings that legitimized and justified their actions. *Movimento Brasil Livre*, *Movimento Endireita Brasil*, *NasRuas*, *Revoltados ON LINE* and *Vem Pra Rua Brasil* used their pages to build collective action frames. Even though these groups are part of the same organizational and identity field, and acted upon the same political context, the frames created form distinct meanings of problems, those to blame, solutions and motivational pleas. This dissertation proposes exploratory arguments to answer the following research question: Which dimensions of the contentious practice explain the diagnostic, prognostic and motivational frames produced by civil society organizations on *Facebook*? The research design is that of comparative case studies of the use of *Facebook* pages by five civil society organizations engaged during the pro-impeachment campaign. We collected data from their *Facebook* pages and conducted in-depth interviews. Moreover, secondary research was carried out through pieces of news and documents produced by these organizations. We employed content analysis of the *Facebook* messages posted by the five organizations and we performed analysis of interviews and pieces of news. The most recurrent diagnostic frames were corruption, lies and mismanagement. *PT*, Rousseff and Lula were those to blame for these problems, and the solution was the impeachment. The exploratory hypotheses suggested in this dissertation indicate that the trajectories, relations, the political-ideological positions, strategies and tactics of organizations explain the similarities and differences found in collective action frames, in a context of political and institutional instability.

Keywords: frames; impeachment; *Facebook*; civil society organizations; right wing; Brazil

Siglas

API - *Application Programming Interface*

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

EOD - Estrutura de Oportunidades Discursivas

MBL - Movimento Brasil Livre

MEB - Movimento Endireita Brasil

PF - Polícia Federal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

ROL - Revoltados ON LINE

STF - Supremo Tribunal Federal

TCU - Tribunal de Contas da União

VPR - Vem Pra Rua Brasil

Lista de Figuras

Figura 1 - Fluxo ilustrativo da cadeia e da direção explicativa nas análises de framing.....	26
Gráfico 1 - Eventos reportados pela imprensa (prisões, buscas, ou acontecimentos secundários) relacionados à Operação Lava Jato; principais protestos da campanha pró-impeachment - Março de 2014 a agosto de 2016.....	35
Gráfico 2 - Número de postagens por mês, por organização - novembro de 2014 a agosto de 2016.....	36
Gráfico 3 - Soma de curtidas, compartilhamentos, comentários e reações, por organização - novembro de 2014 a outubro de 2016.....	37
Tabela 1 - Número de curtidas das páginas oficiais das cinco organizações no Facebook.....	45
Tabela 2 - Tipos de postagem, por organização (%) - novembro de 2014 a Agosto de 2016.....	55
Tabela 3 - Principais <i>sites</i> mencionados nas postagens com <i>links</i> - MBL - novembro de 2014 a Agosto de 2016 (% do total de postagens analisadas).....	55
Tabela 4 - Principais <i>sites</i> mencionados nas postagens com <i>links</i> - MEB - novembro de 2014 a Agosto de 2016 (% do total de postagens analisadas).....	56
Tabela 5 - Principais <i>sites</i> mencionados nas postagens com <i>links</i> - NasRuas - novembro de 2014 a Agosto de 2016 (% do total de postagens analisadas).....	56
Tabela 6 - Principais <i>sites</i> mencionados nas postagens com <i>links</i> - ROL - novembro de 2014 a Agosto de 2016 (% do total de postagens analisadas).....	56
Tabela 7 - Principais <i>sites</i> mencionados nas postagens com <i>links</i> - VPR - novembro de 2014 a Agosto de 2016 (% do total de postagens analisadas).....	57
Tabela 8 - Descrição dos nós guarda-chuva.....	61
Tabela 9 - Nós de enquadramento diagnóstico.....	61
Tabela 10 - Nós de enquadramentos diagnósticos - Culpados.....	62
Tabela 11 - Nós de enquadramentos diagnósticos - Condições de injustiça.....	63
Tabela 12 - Nós de enquadramentos prognósticos.....	64
Tabela 13 - Nós de enquadramentos motivacionais.....	64
Figura 2 - Nuvem de palavras com as principais ocorrências nos textos escritos coletados da página do MEB.....	68
Figura 3 - Nuvem de palavras com as principais ocorrências nos textos escritos coletados da página do MBL.....	68
Figura 4 - Nuvem de palavras com as principais ocorrências nos textos escritos coletados da página do NasRuas.....	69
Figura 5 - Nuvem de palavras com as principais ocorrências nos textos escritos coletados da página do ROL.....	69
Figura 6 - Nuvem de palavras com as principais ocorrências nos textos escritos coletados da página do VPR.....	70
Gráfico 4 - Enquadramentos diagnósticos - Condições de injustiça (% dos posts, todas as organizações).....	74

Gráfico 5 - Enquadramentos prognósticos (% dos posts, todas as organizações).....	75
Gráfico 6 - Enquadramentos motivacionais (% dos posts, todas as organizações).....	76
Tabela 14 - Tipos de enquadramentos produzidos - (% dos posts, todas as organizações).....	77
Tabela 15 - Enquadramentos diagnósticos (condições de injustiça); três mais frequentes - (% dos posts, todas as organizações).....	77
Tabela 16 - Enquadramentos diagnósticos (culpados); três mais frequentes - (% dos posts, todas as organizações).....	78
Tabela 17 - Enquadramentos prognósticos; três mais frequentes - (% dos posts, todas as organizações).....	78
Tabela 18 - Enquadramentos motivacionais; três mais frequentes - (% dos posts, todas as organizações).....	79
Figura 7 - Captura de tela de postagem do NasRuas - PT como culpado por má gestão de recursos e por apoiar ditaduras, chamada para protesto.....	89
Figura 8 - Captura de tela de postagem do MEB - Ridicularização do PT e petistas.....	89
Figura 9 - Captura de tela de postagem do MBL - Lula como culpado pela impunidade e por mentiras.....	90
Figura 10 - Figura 10. Captura de tela de postagem do VPR - Lula como culpado por críticas à Lava Jato e chamada de protesto.....	90
Anexo 1 - Eventos de Protesto da Campanha Pró-Impeachment.....	108

Sumário

Introdução	1
Objetivos	3
Enquadramentos e a importância da construção de significados no processo de ação coletiva..	4
Framing e mídias sociais: uma nova agenda de pesquisa?.....	8
Metodologia	11
Capítulo 1 - Mídias sociais e mobilização: os enquadramentos de ação coletiva no <i>Facebook</i>	15
Enquadramentos e repertórios de linguagem nas mobilizações contemporâneas	15
Ação coletiva, o trabalho significador e as plataformas digitais	27
Capítulo 2 - Os locais de fala: o contexto político e a trajetória das organizações	34
O impeachment de Dilma Rousseff: vinte e dois meses de mobilização	34
#foradilma! As organizações da sociedade civil na campanha pró-impeachment	44
Autonomia articulada: os protestos pelo impeachment.....	52
Capítulo 3 - Os enquadramentos do impeachment de Dilma Rousseff: resultados empíricos...	54
Práticas contenciosas nas páginas do Facebook: as postagens e os enquadramentos de ação coletiva	54
O processo de codificação: aprendendo com os dados	59
Heterogeneidade desmontada: as dimensões das práticas contenciosas e a agência situada dos atores políticos no processo de framing do impeachment.....	80
Síntese dos argumentos exploratórios	97
Considerações finais	99
Anexo metodológico	105
Apêndice	108
Referências Bibliográficas	109

Introdução

A eleição presidencial de 2014 foi uma das mais polarizadas e acirradas do período democrático brasileiro pós-1988. O segundo turno foi disputado por Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), com a vitória da candidata da situação por uma diferença de pouco mais de três milhões de votos. Menos de uma semana depois do pleito, no dia 1 de novembro de 2014, o Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR) protestavam com palavras de ordem como “fora PT”, “fora corruptos” e pediam a saída da Presidente reeleita (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 199). Este protesto se concentrou na cidade de São Paulo, na Avenida Paulista, com a presença de cerca de 2.500 pessoas (URIBE; LIMA; LIMA, 2014). Foi uma das primeiras manifestações de uma onda de mobilização pela saída de Rousseff do cargo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). De novembro de 2014 a agosto de 2016, milhões de brasileiros (O ESTADO DE S.PAULO, 2016a) participaram de protestos por todo o país, até que, em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi afastada definitivamente da Presidência.

De acordo com Tatagiba e colaboradores, três organizações foram as principais convocadoras dos protestos durante a campanha pró-impeachment: o Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados On-line (ROL) e Vem Pra Rua (VPR) (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). Além destas, pelo menos mais duas organizações participaram ativamente da convocação dos protestos: NasRuas e Movimento Endireita Brasil (MEB) (FÁVERO; REVERBEL, 2016; O ESTADO DE S.PAULO, 2016b). A atuação das cinco organizações foi intensa nas mídias sociais, em especial no *Facebook*. Ao mesmo tempo em que organizavam protestos e atos, suas páginas públicas nas mídias sociais eram canais e espaços para interagir com usuários, assim como para pautar demandas, disseminar narrativas e elaborar significados. Houve um esforço coletivo, por parte dessas organizações, em engajarem-se em práticas contenciosas pelo *Facebook*, que se tornou arena importante no desenvolvimento da campanha pró-impeachment, mas que também contribuiu para dar visibilidade a esses grupos.

Estas organizações se posicionam à direita do espectro político-ideológico no Brasil (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 198). Estes grupos também demandaram o mesmo objetivo - o impeachment de Rousseff - ao atuarem diante de um mesmo contexto político, de fragilidade do governo da então Presidente. Entretanto, observamos que os *enquadramentos (frames)* de ação coletiva construídos por elas no

processo de confronto político variam. Mesmo convocando manifestações em parceria, as organizações atuaram com relativa autonomia umas das outras, o que se refletia também nas narrativas construídas por elas em suas mídias sociais e durante os protestos. O uso intenso das mídias sociais e a diversidade de enquadramentos de ação coletiva construídos pelas organizações marcaram este ciclo de protestos. Os enquadramentos de ação coletiva produzidos no *Facebook*, produtos de performances comunicativas¹, são o objeto de estudo desta dissertação.

A campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff delineou-se em um contexto de alta instabilidade política e econômica, influenciado pelos escândalos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato, que foi deflagrada pela Polícia Federal em março de 2014 (G1, 2017). Políticos e empresários foram acusados de desviar de bilhões de reais em contratos com a estatal brasileira Petrobras. Este contexto político subsidiou as narrativas, enquadramentos e a convocação de ações das organizações pró-impeachment, exercendo relevante papel ao influenciar o ritmo das manifestações e informar argumentos destes grupos (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). Os acontecimentos relacionados às investigações da Polícia Federal, e as contra-movimentações institucionais ou políticas do alto escalão do segundo governo Dilma e aliados eram acompanhados de perto pelas organizações, que interagem com as notícias com performances comunicativas online e protestos de rua.

A relação entre contexto político, as ruas e as práticas online é explorada por teóricos que estudam ativismo nas mídias sociais (GERBAUDO, 2012; VICARI, 2014). As plataformas digitais são arenas situadas onde as organizações constroem enquadramentos a partir de fatos e situações políticas (VICARI, 2014), de modo que os discursos e práticas nas mídias sociais inspiram e motivam manifestações de rua (GERBAUDO, 2012). Os significados construídos nas mídias digitais contribuíram para organizar sentidos nos processos mobilizatórios dos *Occupy Movements* e nas Jornadas de Junho no Brasil (GABY; CAREN, 2012; RECUERO, 2014). Como veremos, também foi assim no caso da campanha pró-impeachment de Dilma Rousseff. O contexto político dos 22 meses de campanha pela saída de Rousseff ofereceu evidências e fatos que foram então *enquadrados* de diversas maneiras pelas cinco organizações analisadas nesta dissertação.

¹ Performances são ações públicas (TARROW; TILLY; MCADAM, 2009). A partir da discussão elaborada na obra *Partisan Publics* (MISCHE, 2008), entendemos que performances comunicativas podem ser caracterizadas como ações públicas nas quais se dá o processo interpretativo e interacional de construção e difusão de narrativas e significados.

Esta dissertação de mestrado contribui para os debates sobre os usos das mídias sociais nos processos de construção de enquadramentos de ação coletiva. Os casos selecionados são os das principais organizações convocadoras do ciclo de protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff, que ocorreu entre novembro de 2014 e o julgamento do impeachment no Senado, em 31 de agosto de 2016. A pergunta de pesquisa que guia esta dissertação é: Quais dimensões da prática contenciosa explicam os enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais produzidos por organizações da sociedade civil no *Facebook*?

O que chamamos de dimensões - ou perspectivas explicativas - das práticas contenciosas são processos e atributos básicos que constituem a ação e interação, e resumem e configuram a posição de fala e agência dos atores que participam de organizações ou grupos de movimentos sociais. Para compreender o comprometimento de ativistas com organizações, Silva e Ruskowski (2016) construíram uma tipologia que define estas dimensões. Os autores defendem que as experiências e os processos de socialização dos atores, as relações que eles desenvolvem com outros indivíduos e grupos, suas identidades e seus interesses condicionam o engajamento militante ao nível do indivíduo (SILVA; RUSKOWSKI, 2016).

Estes processos, e os atributos construídos e atualizados delimitam as visões de mundo dos atores e, portanto, impactam suas práticas contenciosas, uma vez engajados em organizações. As performances comunicativas e o trabalho significador, o *framing*, são condicionados por essas perspectivas, que são como "lentes" ou "filtros" que conformam as práticas. A tipologia de perspectivas (disposicional, relacional, identitária e retributiva) de Silva e Ruskowski (2016) subsidia o argumento analítico desta dissertação. Propomos adaptar esta tipologia, redefinindo-a. Argumentamos que as perspectivas disposicional coletiva, relacional, político-ideológica e estratégico-tática seriam as dimensões das práticas contenciosas no nível mesossociológico das organizações, que condicionariam as práticas coletivas destes grupos.

Objetivos

Pretendemos analisar os *enquadramentos (frames)* de ação coletiva empregados por organizações da sociedade civil no *Facebook*, e propor argumentos exploratórios sobre quais dimensões das práticas contenciosas podem explicar os enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais produzidos por organizações da sociedade

civil que fazem parte de um mesmo campo organizacional e identitário. Visamos especificamente:

- (1) Analisar os enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais produzidos por organizações da sociedade civil no *Facebook*.
- (2) Analisar a relação entre as posições político-ideológicas das organizações e os enquadramentos apresentados no *Facebook*.
- (3) Entender a relação entre os objetivos, demandas, estratégias e táticas das organizações e os enquadramentos apresentados no *Facebook*.
- (4) Elucidar a relação entre as trajetórias e experiências coletivas nas organizações e os enquadramentos que são produzidos no *Facebook*.
- (5) Compreender o papel do aspecto relacional, no nível das organizações, sobre os enquadramentos elaborados no *Facebook*.

Enquadramentos e a importância da construção de significados no processo de ação coletiva

A relação entre o uso da linguagem e do discurso e os processos de ação coletiva será explorada considerando a pertinência dos processos comunicativos e da construção de significados compartilhados para o processo de atração e mobilização de adeptos a causas (BENFORD; SNOW, 2000; GAMSON, 1992). Os conceitos fundamentais para desenvolver os argumentos desta dissertação são os de enquadramento de ação coletiva (BENFORD; SNOW, 2000) e performances comunicativas (MISCHE, 2008). Os trabalhos de Tarrow (2013) e Steinberg (1999), que combinam o conceito de repertórios e o estudo da linguagem e discursos, também são relevantes para esta discussão teórica.

A linguagem exerce um papel fundamental nos processos contenciosos. Tarrow argumenta que a linguagem é "o principal marcador que possuímos para entender a evolução histórica da política contenciosa" (TARROW, 2013, p. 33, tradução livre da autora). As narrativas² construídas por atores políticos em conflito emergem das interações situadas entre desafiantes e desafiados, ao mesmo tempo em que impactam os resultados do processo de ação coletiva (TARROW, 2013). Portanto, investigar as

² Como detalharemos no capítulo 1, as narrativas são relatos de sequência de eventos, que visam transmitir um ponto de vista (POLETTA, 2013), enquanto os discursos, fenômeno mais amplo, são formas de representação expressa da realidade (STEINBERG, 1999). Os enquadramentos de ação coletiva, portanto, são constituídos por elementos discursivos, e podem fazer parte das narrativas de organizações ou grupos.

narrativas e enquadramentos construídos por movimentos sociais e organizações da sociedade civil é uma das chaves analíticas para desvendar como se dão os processos mobilizatórios.

A literatura sobre *framing* já apontava, desde os anos 80, para a importância de analisar os significados e crenças produzidos por organizações de movimentos sociais (BENFORD; SNOW, 2000; GAMSON, 1992). A linguagem - e os discursos - são os veículos pelo quais estes atores políticos expressam suas visões de mundo e localizam suas demandas nas experiências sociais de suas audiências. A construção de narrativas permite que os movimentos desafiem o *status quo* e sugiram novas leituras de situações e fatos (DELLA PORTA, 2011; HARLOW, 2013). Este processo reforça e legitima as ações propostas pelos grupos, dando sentido às investidas mobilizatórias (BENFORD; SNOW, 2000; GOH; PANG, 2016; HARLOW, 2013).

Enquadramentos (*frames*) são esquemas interpretativos que localizam eventos no horizonte espaço-tempo dos atores políticos (BENFORD; SNOW, 2000; GOFFMAN, 1986). Enquadramentos de ação coletiva, mais especificamente, são "conjuntos de significados e crenças orientados à ação" (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614). Eles podem ser classificados como diagnósticos, prognósticos ou motivacionais (BENFORD; SNOW, 2000), ou como enquadramentos de identidade, injustiça ou agência (GAMSON, 1992, p. 7). Ou seja, enquadramentos de ação coletiva identificam problemas (e/ou condições de injustiça) e culpados, elencam soluções ou justificam e incentivam ações. Afirmamos que os discursos, narrativas e enquadramentos de ação coletiva são formas de interação interpretativa que resultam de performances comunicativas. O âmbito público desse fluxo comunicativo é o que define o caráter *performático* (idem, p.35) deste processo interpretativo durante o confronto político. Mische (2008) afirma que o aspecto performático da comunicação política concerne a

"como as pessoas em diferentes configurações relacionais falam entre e sobre si; como equilibram, combinam ou segmentam suas múltiplas identidades; como gerenciam discordâncias e ritualizam unidade; e como refletem sobre (e respondem a) o que eles mesmos estão fazendo" (p. 186).

Os debates sobre os usos da linguagem, entre os estudiosos de movimentos sociais, concentraram-se nos estudos de *framing*. No entanto, críticos a esta abordagem elaboraram outros conceitos, como, por exemplo, o de "repertórios de linguagem"

(TARROW, 2013) e o de "repertórios de discurso" (STEINBERG, 1999). Todavia, verificamos que ainda não é clara, na literatura, a relação entre estas propostas e o conceito de enquadramento, já consagrado no campo. De todo modo, incorporamos essas discussões, pois elas apresentam ressalvas e ajustes que são úteis para endereçar limitações da perspectiva de *framing*.

Tarrow (2013, p. 3) afirma que o fenômeno dos usos de linguagem em confrontos políticos, que sobre o qual *The Language of Contention* se debruça é equivalente aos "repertórios discursivos" de Steinberg (1999). Discursos não são estáticos, eles são desenvolvidos através do improviso, que é multivocalizado (STEINBERG, 1999) e disputado por atores políticos. Estes se apropriam, recombina, reativam ou abandonam palavras e narrativas para expressar suas demandas e diagnósticos. Segundo Steinberg (1999), o discurso é processo e produto de formas social e institucionalmente situadas de comunicação (idem, p.743). É a representação expressa das percepções dos atores da realidade.

Ao retomar o conceito de repertório³, Tarrow propõe a definição de "repertórios de linguagem", e argumenta que as palavras contenciosas são armas que formam um conjunto de elementos discursivos socialmente construídos, e empregados por movimentos sociais quando se relacionam com os detentores de poder. Repertórios de linguagem são "produtos relacionais do conflito entre desafiadores e detentores de poder" (idem, p.750). Este conceito tenta explicar a relação entre os usos da linguagem e a política contenciosa. Entretanto, o autor não o define explicitamente em seu livro, nem o diferencia claramente de conceitos concorrentes, como o de enquadramentos de ação coletiva.

Ainda para Tarrow (2013), dois mecanismos explicam a durabilidade da linguagem contenciosa: a sua ressonância simbólica e a sua modularidade estratégica (p. 17). O primeiro mecanismo diz respeito à perspectiva cultural, e o segundo à faceta pragmática destas narrativas. Para que os discursos contenciosos permaneçam no imaginário e sejam empregadas pelos atores políticos, é crucial que elas remetam a experiências e significados compartilhados entre a audiência. Ao mesmo tempo, as organizações e ativistas preparam discursos a partir da sua visão de estratégia⁴, tática⁵ e

³ Repertórios são conjuntos de rotinas situados historicamente, que conectam desafiadores e seus objetos de reivindicação (TARROW; TILLY; MCADAM, 2009; TILLY, 2006).

⁴ Federico Rossi considera que estratégia corresponde às formas como o movimento persegue seus objetivos.(2015, p. 17;18). Já Jasper (2012, p. 24;25) afirma que ações estratégicas são situações onde grupos tentam levar outros a fazer o que o primeiros desejam, com ênfase na persuasão e não na coerção.

oportunidades no contexto de interação com seus desafiados, onde a inovação e a continuidade das narrativas estão em constante tensão.

A principal crítica aos teóricos de *framing* que pode ser apreendida das discussões de Steinberg (1999) e Tarrow (2013) diz respeito à tendência de reificação, voluntarismo ou excessiva estabilidade atribuída por estes aos enquadramentos (STEINBERG, 1999, p. 738; 747). Os dois autores enfatizam o local de fala situado dos atores políticos. Pensar nos discursos considerando-os como formas de repertórios recupera a centralidade da agência dos atores políticos, porém localizando a agência no contexto cultural, político e social em que atuam. Esta é a principal contribuição das reflexões de Tarrow (2013) e Steinberg (1999) para a discussão teórica proposta nesta dissertação: problematizar a falta de protagonismo da agência situada nos estudos sobre discursos, narrativas e enquadramentos de ação coletiva, evitando análises excessivamente estruturalistas ou ingenuamente voluntaristas. Consideramos que os discursos são prática social (CABALIN, 2014, p. 29). Ao analisá-los como tal, propomos que é preciso debruçar-se sobre as dimensões que condicionam as práticas contenciosas para explicar os enquadramentos de ação coletiva.

Nesse sentido, a contribuição de Silva e Ruskowski (2016) foi a principal inspiração para, por um lado, incorporar as críticas de Tarrow e Steinberg à análise de *framing*, e, por outro lado, responder à pergunta de pesquisa desta dissertação. A proposta de Silva e Ruskowski (2016) articula um modelo explicativo composto de dimensões de práticas e de mecanismos que podem explicar o engajamento militante. Os autores sugerem que há processos e atributos básicos que antecedem, atualizam e condicionam as práticas, chamadas de *perspectivas*. Estas perspectivas interagem com os contextos em que se dão as práticas contenciosas, de modo que os elementos contextuais são entendidos como oportunidades ou constrangimentos por meio das condições delineadas pelas perspectivas. Forma-se, então, o local de fala que interage com o contexto.

As perspectivas descritas pelos autores são *processos ou atributos de construção da ação e interação políticas*, que condicionam e configuram as práticas contenciosas (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p. 196;207). São quatro esses processos, e atributos derivados, que levam à definição de quatro “perspectivas”: de socialização e as

⁵ Rossi (2015) destaca que a diferença entre tática e estratégia diz respeito ao escopo: a estratégia corresponde ao planejamento e recursos para atingir os objetivos das organizações, enquanto as táticas visam cumprir objetivos secundários ou intermediários (p. 18-19).

inclinações ou tendências de comportamento adquiridos (perspectiva disposicional), a formação de laços (relacional), a construção de identidades (identitária) e o desenvolvimento de interesses (retributiva). Nesta dissertação, propomos adaptar essa tipologia de perspectivas, formulada pensando no nível individual, para o nível analítico das organizações. Uma vez engajados, os atores políticos compartilham experiências que atualizam ou fundam atributos e processos que condicionam suas ações como organização. A literatura de *framing* (BENFORD; SNOW, 2000) e as discussões de Tarrow (2013) e Steinberg (1999) dão pistas de quais são esses processos e atributos no nível das organizações. A partir dessa reflexão, propomos que as perspectivas *disposicional coletiva, relacional, político-ideológica, e estratégico-tática* condicionam as práticas contenciosas e a elaboração de enquadramentos de ação coletiva. A primeira é uma adaptação da perspectiva disposicional, situando-a no nível dos líderes e membros das organizações. A segunda corresponde às redes constituídas por meio ou relacionadas às atividades das organizações. A terceira diz respeito às visões de mundo sobre poder compartilhadas no âmbito das organizações. E a última compreende a definição de objetivos, demandas e das formas de atingi-los (estratégias e táticas) pelos grupos.

Framing e mídias sociais: uma nova agenda de pesquisa?

As literaturas sobre *framing* e sobre o uso da linguagem no processo contencioso têm sua importância renovada com a popularização das mídias sociais e seus usos por organizações de movimentos sociais e ativistas. Estas plataformas são arenas de confronto (GARCÍA et al., 2014), mas também mídia de comunicação (DELLA PORTA, 2011). Como argumenta Della Porta (2011), os processos comunicativos adquiriram cada vez mais relevância para os movimentos sociais contemporâneos (idem, p.812). Ainda assim, o número de estudos que analisam enquadramentos construídos online ainda é pequeno (VICARI, 2014). Esta dissertação visa contribuir para este debate.

Nos últimos trinta anos, a expansão do acesso à internet e as múltiplas formas de assimilação desta tecnologia por grupos e indivíduos têm despertado o interesse de estudiosos em diversas áreas, da física à sociologia (GARCÍA et al., 2014; GONZÁLEZ-BAILÓN et al., 2011). Na ciência política, mais especificamente no campo de estudos de movimentos sociais, essa discussão adquire mais protagonismo

com a popularização das plataformas de redes sociais. A internet e as mídias sociais hospedadas geram novas redes ou "estruturas conectivas" (TARROW, 2009, p. 78), a partir das quais podem se formar coletividades ou grupos que se relacionam e engajam em confrontos por meio de repertórios de linguagem.

Assim como o surgimento da imprensa impactou as formas de associação (TARROW, 2009), os usos das mídias sociais podem produzir efeitos de encurtamento de distâncias, circulação da informação facilitada e novas conexões a pessoas, grupos e temas. Novos recursos que proporcionam a formação de laços entre pessoas, portanto, têm potencial de impactar as formas de mobilização e ação coletiva. Tarrow (2009, cap. 3) argumenta, ao referir-se à difusão da imprensa no século XVIII, que a disseminação de novas tecnologias pode se combinar a novas formas de associação e comunicação, transformando o modo como as pessoas se conectam e formam grupos. Tais mudanças são fundamentais para compreender como se formam e agem os movimentos sociais ao longo da história.

Ainda que quase 60% da população mundial não tenha acesso à internet atualmente (WORLD BANK, 2016), esta oferece recursos sem precedentes no que diz respeito à conectividade, armazenamento e troca de dados e comunicação. A *World Wide Web* é a maior rede já criada pela humanidade (BARABÁSI, 2016). Sobre o uso de plataformas de mídias sociais, vale mencionar que o *Facebook* atingiu, recentemente, a marca de 1,48 bilhão de usuários no ano de 2015 (CRUZ, 2016). Organizações da sociedade civil lançam mão, estrategicamente, de plataformas como o *Facebook* para promover campanhas, chamar protestos e compartilhar ideias.

Parte da literatura que se debruçou sobre a relação entre ação coletiva e internet encarou com otimismo o potencial de impacto dessas tecnologias sobre relações sociais e políticas. As expectativas eram de que estes recursos pudessem revolucionar os processos de participação e mobilização política (FARRELL, 2012; TREMAYNE, 2013). Os baixos custos para acesso e troca de informação, a comunicação interpessoal facilitada e os recursos de produção de conteúdo pelos usuários (SORJ; FAUSTO, 2015) justificariam estas previsões. Os autores dessa vertente argumentam que a internet e as mídias sociais podem promover a democratização de organizações e instituições, além de fomentar a participação e engajamento político e coletivo (ver, por exemplo: BIMBER, 2001; CANCIAN; MOURA; MALINI, 2013; ÖSTMAN, 2012).

Os achados empíricos têm demonstrado, porém, que não é determinista a relação de causalidade entre usos da internet e maior participação, democratização ou

engajamento político e coletivo (DELLA PORTA; MOSCA, 2005; JURIS, 2012; TREMAYNE, 2013). Nem mesmo podemos esperar que estas tecnologias sejam incorporadas nas mesmas práticas e com os mesmos objetivos nos diversos contextos históricos e culturais (GERBAUDO, 2012). Mais recentemente, então, parte dos esforços se voltou a compreender processos e práticas específicas de ativismo digital, a partir de análises empíricas mais robustas (FARRELL, 2012). Farrell (2012) argumenta que é mais válido que os estudiosos interessados no tema invistam em pensar em recortes e objetos que possam ser investigados e perguntas que possam ser explicadas empiricamente, ao invés de pensar na internet em si como elemento transformador (idem, p. 36). Nesta direção, entendemos que é pertinente construir análises situadas e contextuais dos usos destas plataformas, que coloque as práticas digitais como objeto empírico de estudo.

Podemos dizer, ainda, que para investigar e formular explicações sobre ação coletiva, não é mais possível desconsiderar *como* a internet foi apropriada por atores políticos nos processos de confronto. Como reforça Gerbaudo (2012), as arenas online e off-line não são separadas ou isoladas entre si. As práticas contenciosas dos atores revelam que os usos das plataformas digitais podem ser definidos como *processos* que "rearranjam a organização de cenas espaciais e temporais da vida social" (BARNETT, 2004, p. 60). Ou seja, as práticas online preparam e subsidiam as práticas off-line, ao dar sentido ao contexto e ao canalizar emoções que inspirem protestos.

O processo de construção dos enquadramentos de ação coletiva por atores políticos se dá atualmente tanto online como off-line. O trabalho significador não se resume às manifestações de rua, como os protestos pelo impeachment, mas também é construído discursivamente nas plataformas digitais. Mídias sociais, como o *Facebook*, são *arenas* políticas (GARCÍA et al., 2014) onde grupos e ativistas se engajam no conflito político por meio de enquadramentos de ação coletiva. Estes enquadramentos são construídos nas *performances comunicativas*, ou seja, nos discursos públicos dos atores políticos em confronto (TARROW; TILLY; MCADAM, 2009, p. 35). As páginas públicas em mídias sociais podem ser compreendidas, portanto, como *palcos* em que organizações declaram suas interpretações da realidade, demandando e afirmando politicamente suas posições por meio de narrativas e, mais especificamente, de enquadramentos de ação coletiva.

Considerando que as páginas públicas de mídias sociais são arenas de produção e compartilhamento de mensagens, as organizações da sociedade civil as utilizam como

espaços de performances comunicativas, que preparam para as demonstrações de rua (GERBAUDO, 2012, p. 39). Ao analisar os enquadramentos propostos nas mídias digitais, considerando o contexto destas performances, é possível elucidar as dimensões da agência situada destas organizações que explicam a dinamicidade do processo interpretativo em confrontos políticos. A análise empreendida nesta dissertação contribui nestes dois aspectos: para propor argumentos exploratórios sobre os enquadramentos de ação coletiva criados por organizações da sociedade civil nas mídias sociais e, conseqüentemente, contribuir em paralelo para compreender o processo de confronto político na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Metodologia

O desenho de pesquisa proposto nesta dissertação é baseado em estudos de caso comparados, cujo objetivo não é o de testar hipóteses, mas sim o de propor argumentos ou explicações de médio alcance (GEORGE; BENNETT, 2005). O conhecimento produzido em estudos de caso é concreto e dependente do contexto (FLYVBJERG, 2011). Estudos de caso, portanto, permitem perceber as nuances das práticas contenciosas de cada organização, ainda reconhecendo o papel do contexto nos resultados dessas ações (FALLETI; LYNCH, 2009). A comparação dos cinco casos oferece ainda a oportunidade de propor argumentos exploratórios para além dos achados produzidos pelo estudo de cada caso separadamente: é possível verificar se os resultados da análise dos enquadramentos de cada organização, em conjunto, corroboram ou contradizem possíveis explicações.

A pergunta de pesquisa desta dissertação visa entender enquadramentos de ação coletiva elaborados no *Facebook*. Com base nesta pergunta, identificamos que as organizações à frente da campanha pró-impeachment mobilizaram adeptos intensamente por esta plataforma, publicando mensagens em texto, foto e vídeo. Os casos das cinco organizações (MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR) foram selecionados porque compreendem todas as principais organizadoras dos protestos pelo impeachment, uma campanha mobilizada pelas mídias sociais e pelas ruas. Ao selecionar todas as cinco organizações, maximizamos a possibilidade de observar semelhanças e diferenças nos enquadramentos e nos elementos explicativos propostos. Todas as organizações usaram o *Facebook* para se comunicar com seu público-alvo - o que não é regra no contexto brasileiro - publicando alto número de mensagens no período da campanha. Uma vez

que buscamos compreender o trabalho significador de organizações na sociedade civil em mídias sociais, os casos selecionados são apropriados para responder à pergunta de pesquisa.

Ademais, havia a expectativa de que, por pertencerem ao mesmo campo, atuarem no mesmo contexto político e perseguirem o mesmo objetivo no período analisado, as performances comunicativas e, por consequência, os enquadramentos de ação coletiva fossem muito semelhantes. Já que há diferenças nos significados e crenças produzidos, a seleção de casos similares fortalece a capacidade de produzir argumentos exploratórios sobre os enquadramentos observados. A diversidade observada é um dos achados empíricos desta dissertação, que com base nos argumentos exploratórios apresentados, sugere agendas de pesquisa que avancem em inovações e ajustes sobre os modelos explicativos da análise de *framing*.

O desenho de pesquisa adotado é adequado para propor argumentos exploratórios acerca de um objeto de estudo ainda pouco conhecido pela literatura. O estudo comparado de um pequeno número de casos dá flexibilidade para investigar com profundidade cada organização e seus enquadramentos, e ainda explorar as diferenças e semelhanças entre trajetórias, relações, visões de mundo e estratégias. Os casos serão analisados a partir de um recorte temporal e político específico: a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff. O desenho de pesquisa descrito dá importância às fronteiras e descrição do contexto, que é elemento que impacta e é impactado pelas performances comunicativas das organizações analisadas.

Para alcançar os objetivos propostos anteriormente, nos baseamos em múltiplas fontes de dados, que foram analisados qualitativamente. Realizamos, primeiramente, a análise de conteúdo de uma amostra aleatória estratificada de 10% dos *posts* publicados pelos administradores das páginas públicas das organizações no *Facebook*, no período de 1 de novembro de 2014 até 31 de agosto de 2016⁶, data do julgamento do processo de impeachment no Senado. Para coletar esses dados, utilizamos o aplicativo *Netvizz*. Esta ferramenta conecta-se à API⁷ do *Facebook* e captura *posts* de páginas públicas (RIEDER, 2013). Através do aplicativo obtivemos 45.721 *posts* das cinco páginas, além

⁶ A página do ROL foi excluída em 28 de agosto de 2016. Os dados obtidos pelo *Netvizz* da antiga página do grupo vão até o dia 27 de julho de 2016, e, portanto, não incluem o último mês da amostragem definida para os demais grupos. Os dados coletados na página do MBL também estão incompletos no período de 27 de julho de 2016 a 22 de agosto de 2016. Após testes de realização da coleta do *Netvizz* por perfis diferentes no *Facebook*, esgotaram-se as possibilidades de obter as postagens desse período, ainda que a página acessada via browser disponibilize mensagens nesse período.

⁷ Application Programming Interface

da contagem de indicadores de interações dos usuários por *post* - número de curtidas, reações, comentários, compartilhamentos.

O período de análise foi dividido em duas partes: de novembro de 2014 a abril de 2015, quando a bandeira do impeachment da Presidente ainda não era unanimidade entre as organizações estudadas; e de maio de 2015 a agosto de 2016, quando tornou-se a demanda compartilhada entre elas. As mensagens foram categorizadas no software *NVivo*. Do total de *posts*, 4.574 foram selecionados aleatoriamente nos dois períodos mencionados acima, e categorizados por tipo de enquadramento (diagnóstico, prognóstico ou motivacional) e por temática. Também realizamos um mapeamento exploratório das palavras mais utilizadas, através de nuvens de palavras mais citadas, geradas no *NVivo*. Finalmente, sintetizamos dados secundários, presentes na base de dados coletada, sobre os tipos de postagens, *links* compartilhados, número de postagens e engajamento de usuários por mês, nos 22 meses de campanha pelo impeachment.

Após mapear os principais enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais das postagens das organizações no *Facebook*, empregamos as técnicas de análise documental e análise das entrevistas realizadas pela autora com líderes das organizações (Patrícia Bueno e Adelaide Oliveira). Foram realizadas duas entrevistas em profundidade com atores chave do Vem Pra Rua Brasil e Movimento Endireita Brasil. Adotamos ainda a estratégia de pesquisa de dados secundários, para suprir a falta de mais entrevistas com atores das outras organizações analisadas. Fizemos um intenso processo de busca e análise de materiais dos *sites* das cinco organizações, de relatos públicos dos ativistas (como livros publicados e vídeos) e reportagens de jornais que contenham discursos e falas políticas de lideranças dos cinco grupos no período da campanha pró-impeachment. Seguindo as propostas de teóricos que sugerem ir além da *timeline* das mídias sociais para compreender as práticas digitais de organizações e ativistas (GERBAUDO, 2012), optamos por complementar a análise com as fontes de dados mencionadas acima.

Estes materiais subsidiaram a análise das perspectivas que condicionam as práticas dos atores políticos, e foram sistematizados para a elaboração de argumentos exploratórios apresentadas no capítulo 3. As declarações dos líderes das cinco organizações à imprensa ou em debates públicos online, pelo *Facebook* ou pelo *Youtube*, permitiram conhecer as trajetórias, os aspectos identitários, as relações, os objetivos, estratégias e táticas das organizações. O campo de pesquisa, planejado para que a autora entrevistasse pelo menos um dos responsáveis pelas mídias sociais de cada

organização, ocorreu do dia 28 de outubro ao dia 11 de novembro de 2016, na cidade de São Paulo. O contato com os grupos foi realizado, inicialmente, pelas páginas do *Facebook*. Após a primeira entrevista, as outras organizações foram procuradas via *WhatsApp*, e-mail e telefone, a partir da indicação da primeira entrevistada. Apesar de repetidas tentativas, as mensagens da autora foram ignoradas pelos possíveis entrevistados dos outros grupos, que demonstraram receio de conversar com alguém que não fizesse parte de seu círculo de confiança ou do mesmo campo político-ideológico.

Já que as performances comunicativas das organizações nas mídias sociais não são isoladas de suas ações off-line, é importante que localizemos os enquadramentos propostos pelos grupos no escopo temporal das demonstrações de rua pelo impeachment, e do contexto político do país. Nosso objetivo, ao combinar a análise de dados do *Facebook* com análise de entrevistas e documentos, é de triangular os dados, elucidando os aspectos que não estiverem claros ou explícitos através das análises de conteúdo dos *posts*. Além disso, as entrevistas oferecem a oportunidade de nos aprofundar sobre os atributos disposicionais coletivos, relacionais, político-ideológicos e estratégico-táticos que podem explicar os enquadramentos de ação coletiva, e as razões apresentadas pelos grupos para justificar tais enquadramentos.

O primeiro capítulo desta dissertação propõe os conceitos e modelos fundamentais a partir dos quais foi realizada a análise empírica. Situamos a relevância do processo interpretativo para explicar como as mobilizações se desenrolam, e recuperamos as produções recentes sobre o impacto dos usos situados da internet sobre as práticas contenciosas, destacando a relevância crescente das performances comunicativas nas mídias sociais nas rotinas das organizações. O capítulo 2, então, discorre sobre o contexto político do ciclo de protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff - que é o escopo temporal e político da análise empírica a ser desenvolvida - e sobre ao local de fala de cada uma das cinco organizações. Por fim, é apresentada a análise empírica: a descrição do processo de codificação, os resultados e conclusões a partir dos dados coletados, o modelo analítico elaborado pela autora, os argumentos exploratórios delineados. O último capítulo apresenta as considerações finais, limitações e agendas de pesquisa que se abrem como continuidade deste estudo. O anexo metodológico apresenta a operacionalização detalhada do desenho de pesquisa adotado, e levanta limitações e dificuldades do processo de pesquisa desta dissertação.

Capítulo 1 - Mídias sociais e mobilização: os enquadramentos de ação coletiva no *Facebook*

Este capítulo apresenta as principais referências teóricas que discutem os usos da linguagem contenciosa e o papel da construção de significados e crenças por grupos e ativistas no processo de confronto político. Ao final da primeira seção, delimitamos o modelo analítico que vai subsidiar os argumentos exploratórios apresentados no capítulo 3.

O capítulo também discorre sobre os trabalhos recentes que analisam o processo de *framing* nas mídias sociais. Como discutiremos, a perspectiva teórica da análise de enquadramentos de ação coletiva abriu uma agenda de pesquisa que dá centralidade ao processo cognitivo e interpretativo. O processo de mobilização de adeptos e participantes acontece, também, através da construção de narrativas e significados que deem sentido e inspirem a mobilização coletiva. Os recentes protestos pelo mundo e no Brasil demonstraram a relevância dos usos das mídias sociais nas práticas contenciosas de organizações e ativistas, inclusive nos processos de *framing*. Estas plataformas foram apropriadas por organizações e ativistas como canais e arenas de confronto político para construir e disseminar crenças compartilhadas.

Enquadramentos e repertórios de linguagem nas mobilizações contemporâneas

Atores políticos, ao engajarem-se em processos de ação coletiva, apropriam recursos (MCCARTHY; ZALD, 1977) assim como repertórios (TILLY, 2006) para expressar insatisfações e advogar por demandas (TARROW; TILLY; MCADAM, 2009). Estes atores o fazem ao confrontar politicamente seus adversários em contextos situados. Como a literatura da abordagem do processo político e a literatura sobre mobilização de recursos argumentam, a disponibilidade de recursos e as estruturas sociais e políticas, ou, mais especificamente, a estrutura de oportunidades políticas, condicionam os constrangimentos e oportunidades que limitam ou incentivam a ações dos atores (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001; MCCARTHY; ZALD, 1977). No entanto, olhar para as estruturas em detrimento da capacidade de agência dos atores limita e distorce a compreensão desses fenômenos.

O debate agência-estrutura na literatura de movimentos sociais adquiriu maior importância nos últimos trinta anos (GOODWIN; JASPER, 1999; JASPER, 2004). A dicotomia entre os dois conceitos revela o desafio de explicar fenômenos contenciosos

conciliando a reprodução de padrões de ação com mudanças e rompimentos. Por um lado, críticos apontaram que os modelos e análises desta abordagem tendem a ter um "forte viés em favor de metáforas de estrutura" (GOODWIN; JASPER, 1999, p. 28). Este viés enfraquece o potencial explicativo do conceito de oportunidades políticas, que ainda que reconheça a cultura em parte das análises, acaba relegando o papel do processo interpretativo tanto nos casos de mobilização quanto nos de não-mobilização (idem, p.33). Por outro lado, a vertente de mobilização de recursos elucida dilemas que envolvem estratégias e táticas, porém as definições e modelos são excessivamente economicistas e ainda assim estáticos. A ênfase nas práticas situadas, então, tenta enfrentar a rigidez de abordagens que observam os fenômenos de ação coletiva através de modelos de comportamento racional instrumental e desprovido de subjetividades (EMIRBAYER; MISCHÉ, 1998).

Ainda que as estruturas e disponibilidade de recursos sejam relevantes para explicar a ação coletiva, a capacidade de agência e as práticas dos atores políticos são as *engrenagens* que articulam o processo de organização coletiva e revelam sua dinamicidade intrínseca. Dessa maneira, ao privilegiar a análise das práticas⁸ dos atores, no nível meso⁹ (ALONSO, 2009, p. 73), é possível problematizar a reificação das estruturas como forças determinantes do processo de confronto político (GIDDENS, 2000; SEWELL, JR., 1992). A proposta desta dissertação é analisar produtos de práticas específicas: os enquadramentos de ação coletiva, que são elaborados em performances comunicativas. Para explicar estes enquadramentos, conseqüentemente, focaremos nas perspectivas ou dimensões que condicionam as práticas nas organizações da sociedade civil.

Entendemos que o processo de construção de significados em processos de confronto político, que é subproduto da percepção dos atores políticos (MELUCCI, 1988), corresponde a um dos fatores que explicam como constrangimentos e oportunidades são mediados e explorados. O processo interpretativo é um dos mecanismos básicos que sustentam as ações humanas (BLUMER, 1969, p. 2). Acontecimentos sociais ou políticos podem ser reconhecidos a partir de perspectivas diversas e temporalmente localizadas, o que resulta em experiências dotadas de valores

⁸ Práticas podem ser definidas como "conjuntos de ações" (BEVIR; RHODES, 2010, p. 75) relativamente estáveis e similares no tempo.

⁹ O nível mesossociológico de análise corresponde aos fenômenos ou objetos que correspondem a mais de um indivíduo, mas que não sejam estruturas ou arranjos no nível macro, como Estados ou sistemas político-institucionais.

e sentidos múltiplos (GOFFMAN, 1986). Do mesmo modo, o aspecto interpretativo das práticas contenciosas corresponde a um dos pilares fundamentais de construção da ação coletiva (ALONSO, 2009, p. 65; NAUJORKS; SILVA, 2016). É por meio do processo interpretativo que significados e narrativas são construídos, disputados e transformados por ativistas e organizações.

Nas últimas décadas, teóricos de movimentos sociais, ao proporem críticas às abordagens da mobilização de recursos e do processo político, dedicaram-se a demonstrar a relação entre a definição de um "framework cognitivo" (ALONSO, 2009, p. 65) e a construção de identidades coletivas (HARLOW, 2013, p. 60; MELUCCI, 1988). Este processo também está diretamente relacionado ao engajamento militante (NAUJORKS; SILVA, 2016). Ainda que as vertentes teóricas de movimentos sociais que estudam identidade coletiva (MELUCCI, 1988; MISCHE, 1997) e as que estudam discursos e enquadramentos (BENFORD; SNOW, 2000; GAMSON, 1992) não configurem uma perspectiva necessariamente integrada (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p. 200), ambas destacam a centralidade do processo interpretativo para a ação mobilizatória.

Os estudos de enquadramento ganharam maior notoriedade a partir das obras do sociólogo Erving Goffman. Goffman (1986) afirma que sequências de eventos não têm significados únicos, mas podem ser contadas de múltiplas formas. A elaboração de discursos, como lembra Cabalin, pode ser considerada, em última instância, como prática social (CABALIN, 2014, p. 29). As práticas contenciosas em que se engajam organizações de movimentos sociais e ativistas podem ser simultaneamente práticas discursivas, e produzir *narrativas*. O conceito de narrativas (POLETTA, 2013, seq. Narratives) é útil para delimitar como o processo interpretativo é traduzido como prática contenciosa. Para Poletta, narrativas ou estórias são uma "versão de uma sequência de eventos na ordem em que eles ocorreram, para apresentar um argumento" (ibidem, tradução livre da autora). O conceito de discurso é ainda mais amplo: discurso é a representação expressa das realidades percebidas pelos atores políticos (STEINBERG, 1999, p. 743), ou "um conjunto inter-relacionado de textos, e as práticas de sua produção, disseminação e recepção, que trazem um objeto à existência" (LINDEKILDE, 2014, p. 198). Discursos são representações da realidade e experiência humana, que podem assumir a forma de narrativas constituídas de *enquadramentos* distintos. No processo mobilizatório, a interpretação da realidade atravessa a prática

discursiva, a produção de narrativas e, mais especificamente, a elaboração de enquadramentos de ação coletiva.

O confronto político não se resume, portanto, a atos de protestos. As performances - atuações improvisadas e públicas de repertórios de confronto (TARROW; TILLY; MCADAM, 2009) - também são *comunicativas*, atuadas discursivamente. Como Mische (2008) detalha, o processo de comunicação política envolve falar sobre e entre si, articular identidades, discordar e ritualizar unidade, e refletir sobre o que se faz (p. 186). Nesta dissertação, focamos no aspecto discursivo das performances comunicativas. Argumentamos que as performances comunicativas produzem como resultado enquadramentos de ação coletiva.

Podemos dizer, então, que o confronto político se desenvolve também a partir do processo de *framing* da ação coletiva: a construção de significados e crenças (BENFORD; SNOW, 2000; GAMSON, 1992). Os enquadramentos de ação coletiva possibilitam organizar experiências (GOFFMAN, 1986) e insatisfações compartilhadas e, conseqüentemente, atrair adeptos para demonstrações públicas ou outras formas de protesto e ação coletiva (BENFORD; SNOW, 2000; HARLOW, 2013; SNOW, 2013, seq. Framing and Social Movements).

Nos últimos trinta anos, parte dos teóricos de movimentos sociais dedicou-se a investigar o "trabalho significador" (BENFORD; SNOW, 2000) desenvolvido por organizações de movimentos sociais, uma vez que estes grupos não apenas reagem ou repetiam ideias desenvolvidas em outros espaços por atores políticos mais poderosos (idem, p. 613). Pelo contrário, são agentes partícipes do processo de disputa de entendimentos. Os enquadramentos de ação coletiva, conceito inspirado na obra de Goffman (1986), são "conjuntos de crenças e significados orientados à ação que inspiram e legitimam as atividades e campanhas de uma organização de movimentos sociais" (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614, tradução livre da autora).

Em se tratando das funções interpretativas fundamentais de quaisquer enquadramentos, Snow (2013, seq. Framing and Social Movements) destaca os papéis de *focar a atenção*, *promover articulação* e *fomentar transformações*. Estes enquadramentos incluem e excluem acontecimentos ou personagens da narrativa proposta, amarram eventos e atores de determinadas maneiras em detrimento de outras e modificam como situações, atores e objetos são compreendidos (p. 1). São as funções de mobilização e contramobilização que diferenciam os enquadramentos de ação coletiva de enquadramentos interacionais do cotidiano (SNOW, 2013, seq. Framing and

Social Movements). Já os enquadramentos de ação coletiva podem exercer, ainda mais especificamente, *tarefas (tasks)* diagnóstica, prognóstica ou motivacional, e indicam a visão de mundo da organização acerca dos problemas e dos culpados a que ela busca se contrapor, das eventuais soluções ou mudanças e do apelo ao público-alvo (BENFORD; SNOW, 2000). Os enquadramentos diagnósticos apontam *problemas e responsáveis*, e justificam as ações tomadas. Já os enquadramentos prognósticos inspiram e estimulam o processo de mobilização ao enfatizar os *resultados* esperados dessas ações. Os enquadramentos motivacionais, por sua vez, estabelecem *conexões com a identidade*, referência cultural, situação econômica-social ou com as emoções dos indivíduos, de modo a inspirar a participação política.

William Gamson (1992) também propõe uma tipologia para diferenciar as funções dos enquadramentos. Para ele, os enquadramentos são de identidade, de injustiça ou de agência. O primeiro aponta os culpados, e o segundo as condições ou aspectos que configuram uma conjuntura injusta. Ambos se assemelham ao enquadramento diagnóstico definido acima. Por fim, o enquadramento de agência ativa senso de identificação e capacidade de impacto através da ação coletiva. A diferença entre as proposta de Benford e Snow (2000) e de Gamson (1992) está na ênfase na definição de injustiça para o último autor. Gamson considera crucial destacar fatos ou situações que evidenciem violações ou prejuízos e provoquem indignação ou insatisfação (GOH; PANG, 2016, p. 4). Ainda que as tipologias sejam distintas, elas fundamentalmente delimitam funções semelhantes aos enquadramentos de ação coletiva. Utilizamos nesta dissertação a tipologia de Benford e Snow (2000), já que os autores incluíram a tarefa de proposição de soluções, o que a torna mais completa que a definição de Gamson (1992).

Os enquadramentos variam em termos dos elementos diagnósticos enfatizados ou os atores responsabilizados; do seu grau de flexibilidade e inclusividade; da abrangência do escopo interpretativo ou em termos de ressonância. Este último aspecto se desdobra em três fatores: consistência, credibilidade empírica e credibilidade dos atores que argumentam o enquadramento (BENFORD; SNOW, 2000). A ressonância dos enquadramentos se sustenta sobre evidências originadas no contexto político, como decisões institucionalizadas ou declarações políticas de membros do governo. Vale ainda destacar que os enquadramentos variam em níveis de escopo. Há enquadramentos que atingem expandida abrangência e influência interpretativa e ideacional, de modo a condicionar os demais enquadramentos de ação coletiva como derivativos (SNOW,

2004, p. 390; SNOW, 2013, seq. Framing and Social Movements). Quando um enquadramento é flexível e inclusivo, e exerce função de elemento integrador e organizador de significados (PORTER; HELLSTEN, 2014) e de outros enquadramentos de ação coletiva, ele é denominado pela literatura como *master frame* (BENFORD, 2013, seq. Master Frame). Esse é o caso do *master frame* de direitos civis e sua influência no surgimento de novas ondas de movimentos feministas e movimentos de outras minorias, que apresentaram suas demandas como *direitos* (SNOW, 2013, seq. Framing and Social Movements).

Tarrow também argumenta sobre o protagonismo da linguagem nos processos contenciosos em sua obra recente *The Language of Contention* (2013). A linguagem, ele afirma, impulsiona a ação e é componente importante na "construção, na duração e difusão da ação coletiva" (idem, p.21). O processo de construção da linguagem registra, portanto, os ritmos do próprio processo de ação coletiva. A constituição dos atores coletivos, situados em eventos e cenas espaciais e temporais, é parte de um "amplo, dinâmico, e interativo repertório de contenção que é tanto comportamental quanto discursivo" (TARROW, 2013, p. 16). A linguagem contenciosa, como as palavras "ocupar" e "boicote", é veículo de afirmação e disputa política para atores mobilizados. As narrativas de organizações de movimentos sociais e ativistas elaboram ideias que são transmitidas por expressões e palavras cujos significados são definidos e transformados no processo de ação coletiva.

Os repertórios de linguagem - conjuntos de unidades discursivas empregados em performances comunicativas - são construídos e se transformam no processo de ação coletiva, que é intersubjetivo, improvisado e situado. As palavras contenciosas formam um conjunto de armas que os movimentos empregam para relacionar-se com seus desafios (STEINBERG, 1999; TARROW, 2013). Os repertórios de linguagem são expressões ou palavras que carregam representações que são caras aos argumentos e aos enquadramentos construídos pelos grupos.

O conceito de repertórios de linguagem de Tarrow (2013) é inspirado no conceito de repertórios discursivos de Steinberg (1999). Steinberg sugere esta definição após tecer uma crítica à perspectiva teórica das análises de *framing*. Steinberg (1999) defende que a perspectiva da análise de enquadramentos, em alguma medida, reifica os discursos e sua relação com o *background* cultural e ideológico, e denota excessiva estabilidade e voluntarismo às narrativas produzidas (p. 738; 739). A ênfase na produção estratégica de enquadramentos também negligenciaria, por vezes, a

importância do contexto, que é um atributo que situa o dinamismo e a variação dos discursos produzidos ao longo do tempo. O conceito de repertórios de linguagem, então, reposiciona o foco sobre o aspecto situado e intersubjetivo da produção das narrativas nos processos de confronto político, além de remeter à noção de que este é um conjunto limitado de formas de reivindicação. Abordagens estruturalistas ou instrumentais do processo interpretativo de produção de enquadramentos acabam por incorrer em distorções, apontadas nos debates sobre agência e estrutura entre teóricos de movimentos sociais (GOODWIN; JASPER, 1999, p. 49; STEINBERG, 1999). Ao negligenciar o papel explicativo das práticas dos atores, a perspectiva de análise de *framing* pode ser criticada pelos mesmos problemas que outras vertentes que não dão devida atenção ao processo interpretativo na construção da ação coletiva.

A viabilidade dos repertórios de linguagem, por um lado, se sustenta sobre a modularidade estratégica (TARROW, 2013, p. 17) destes símbolos. A potência mobilizatória destes termos não é infinita. O uso intenso e generalizado pode levá-los a serem absorvidos pela linguagem cotidiana, ou mesmo adquirir outros significados ao serem apropriados por outros movimentos ou mesmo pelos adversários do grupo. O processo de confronto político é multivocalizado (STEINBERG, 1999). As palavras são polissêmicas e disputadas, e as sequências de acontecimentos podem ser enquadradas de múltiplas maneiras por diferentes grupos, que tenham posições distintas acerca de demandas e problemas. Como consequência, os grupos frequentemente reavaliam as vantagens estratégicas no uso de expressões ou narrativas, em constante tensão entre inovação e tradição.

Por outro lado, as disputas discursivas também são explicadas pela penetração cultural dos discursos (TARROW, 2013, p. 17). A durabilidade dos repertórios de linguagem está fundada em sua ressonância simbólica. Na medida em que os termos despertam familiaridade e remetem a experiências sociais compartilhadas dos atores políticos (ibidem), também organizam simbolicamente as percepções, emoções e representações dos eventos e demandas destes atores. Os incentivos estratégicos conjugam-se aos elementos emocionais e culturais, que também compõem a identidade de ativistas e grupos, para sustentar a força contenciosa do repertório dos atores coletivos. Assim como Jasper (2012) enfatiza, a ação política é, portanto, estratégica e interpretativa.

Os enquadramentos, e a linguagem contenciosa que os expressam, não são compostos de argumentos puramente racionalizados ou racionalizáveis (GOODWIN;

JASPER, 1999). Os atores políticos enquanto interpretadores e estrategistas também acionam referências culturais que localizam os significados em suas narrativas. Elementos subjetivos que são ativados no processo cognitivo, como as emoções, também são recuperados na construção de enquadramentos de ação coletiva. Jasper (2012) explicita que a própria moralidade é também um tipo de emoção, e as emoções são como gatilhos que incentivam e inspiram a mobilização. Emoções morais "movem as pessoas à ação" (JASPER, 2012, p. 36). Os enquadramentos motivacionais propostos por organizações e ativistas, por vezes, podem recorrer às noções de moralidade, religiosidade e patriotismo do público-alvo para legitimar a chamada à ação (WARD; OSTROM, 2006). Estes valores, que compõem a cultura política e as posições ideológicas em sociedades, atravessam os enquadramentos de ação coletiva propostos por organizações. Veremos, no próximo capítulo, que os significados elaborados pelas organizações analisadas recorrem não apenas referências ideacionais ou cognitivas, mas também sentidos éticos, morais ou religiosos.

As contribuições de Tarrow (2013) e Steinberg (1999) não são precisas o suficiente para opor-se ao conceito de enquadramento já desenvolvido pelos estudiosos de *framing* ou para fundar uma nova abordagem. Ainda assim, a proposta daqueles autores levanta ressalvas que reposicionam o foco na agência situada dos grupos em confronto político. Incorporar a ideia de que, para explicar os enquadramentos, é necessário investigar as ações dos atores entre o contexto compartilhado e o sucesso ou fracasso mobilizatório, é uma alternativa para responder às críticas aludidas. As propostas de Tarrow (2013) e Steinberg (1999) apontam para um desenho de pesquisa que dê centralidade às práticas situadas. Por este motivo consideramos que o debate dos autores é relevante para sustentar a análise empírica desta dissertação.

Uma vez demarcadas as críticas de Tarrow (2013) e Steinberg (1999), voltamos a discutir sobre como os teóricos de *framing* explicam os enquadramentos, ou como os enquadramentos impactam em outros processos de ação coletiva. Os enquadramentos de ação coletiva podem ser considerados como variáveis ou elementos analíticos dependentes ou independentes (LINDEKILDE, 2014; SNOW, 2013, seq. Framing and Social Movements), ou seja, exercem papel explicativo ou podem ser o alvo da explicação proposta em pesquisas empíricas. Grande parte da preocupação da literatura é de mapear os enquadramentos e explicar o potencial e/ou o sucesso mobilizatório alcançado por organizações que empregaram os enquadramentos encontrados (ver, por exemplo: BENFORD; SNOW, 2000; FERREE et al., 2002; GAMSON, 1992; GOH;

PANG, 2016; VICARI, 2015; WARD; OSTROM, 2006). Outros, ainda, observam o background social, político e ideacional em que os grupos atuam para explicar o processo de *framing* ou a variação nos enquadramentos encontrados (FERREE et al., 2002; LINDEKILDE, 2014). Nesta dissertação, os enquadramentos são os objetos de análise a serem explicados.

Os estudos de *framing* por vezes discutem o papel da estrutura de oportunidades discursiva - EOD (FERREE et al., 2002; SNOW, 2013, seq. Framing and Social Movements; MCCAMMON, 2013, seq. Discursive Opportunity Structure). O conceito de EOD delimita a configuração ideacional, ou seja, o conjunto de ideias que informam a cultura política mais ampla e sensibilizariam ou confeririam legitimidade aos enquadramentos (MCCAMMON, 2013, seq. Discursive Opportunity Structure). As EODs explicariam a receptividade, a persuasão, o sucesso e adesão aos enquadramentos observados (ibidem). Ainda que reconheçamos a relevância do conceito e de equacionar analiticamente o impacto dos constrangimentos e oportunidades que estas estruturas condicionam, enfatizaremos a pertinência de aspectos explicativos no nível das organizações e de suas lideranças. O nível analítico dos argumentos exploratórios propostos adiante, nesta dissertação, é então, mesossociológico (ALONSO, 2009; SNOW, 2004, p. 390). Esta é uma das contribuições deste trabalho à perspectiva da análise de frames, que tende a oscilar entre o excesso de importância ao voluntarismo e à racionalidade dos atores políticos, e às estruturas sociais, que equivalem ao nível macrosociológico (STEINBERG, 1999, p. 738). As práticas, nesse sentido, medeiam a ativação de constrangimentos ou oportunidades no processo contencioso.

A elaboração e desenvolvimento de enquadramentos são subsidiados e co-configurados por processos estratégicos, discursivos e contestatórios (BENFORD; SNOW, 2000, p. 623–627). Estas etapas do trabalho significativo inspiraram nossa reflexão sobre quais processos e interações formam as perspectivas condicionantes das práticas contenciosas, no nível das organizações.

Elaborar enquadramentos, por um lado, é visar utilitariamente o alcance de objetivos específicos, ainda que estratégias e táticas não resultem de lógicas racionais universalmente deriváveis, ou seja, estejam conectadas à visão de mundo destes atores (GOODWIN; JASPER, 1999; JASPER, 2004). O processo de *framing* é também um processo discursivo. O discurso, por sua vez, "é ideológico quando os significados que ele atribui oferecem entendimentos sobre poder, diferença e hierarquia que são declarados como naturais, aceitados ou preferidos" (STEINBERG, 1999, p. 745,

tradução livre da autora). Enquadramentos são, conseqüentemente, carregados das posições ideológicas e políticas de seus atores. Os movimentos não "inventam ideias, mas constroem sobre uma herança ideológica enquanto relacionam suas demandas a temas e valores mais amplos na sociedade" (KLANDERMANS, 2004, p. 368). Entretanto, os enquadramentos não são, pura e simplesmente, subprodutos ideológicos. Antes, conjuntos de valores e crenças são negociados, disputados e combinados dinamicamente nos processos interpretativos (SNOW, 2004, p. 396).

Os processos de *framing* também têm relação direta com a trajetória e relações dos líderes e ativistas das organizações de movimentos sociais (STEINBERG, 1999). As disposições adquiridas nas experiências de socialização e as interações vividas por esses atores conformam como e quais estratégias, valores e posições políticas são impressos nas narrativas e enquadramentos elaborados. O processo contestatório, mencionado anteriormente, remete a como a produção de enquadramentos é marcada por interações e disputas, seja dentro ou fora das organizações (BENFORD; SNOW, 2000). Assim como o exercício da agência dos atores políticos é situado, suas performances comunicativas também são condicionadas às trajetórias e processos relacionais vivenciados pelos atores políticos. Deste modo, argumentamos que estratégias e táticas, posições politico-ideológicas, trajetórias e relações formam as dimensões condicionantes das performances comunicativas, que resultam em enquadramentos de ação coletiva. Detalharemos no próximo capítulo o modelo analítico proposto nesta dissertação.

Os grupos a serem analisados nos próximos capítulos pertencem ao mesmo campo organizacional. O conceito clássico de DiMaggio e Powell (1983) define campo organizacional como "organizações que, em agregado, constituem uma área reconhecida da vida institucional" (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 148, tradução livre da autora). Campos organizacionais podem ter níveis distintos de articulação. Nesse sentido, a noção de campos emergentes (MAGUIRE; HARDY; LAWRENCE, 2001) é útil para pensar os objetos de análise desta dissertação. Em campos emergentes, os membros reconhecem algum grau de interesse mútuo, ainda assim suas ações são pouco coordenadas (idem, p. 659). A arena de confronto em que engajam movimentos sociais também pode formar *campos identitários* (BENFORD, 2013, seq. Identity Fields). Campos organizacionais se formam, portanto, não apenas por interesses mútuos, mas também por elementos identitários que demarquem quem são os *protagonistas*, os *antagonistas*, e a *audiência* (ibidem).

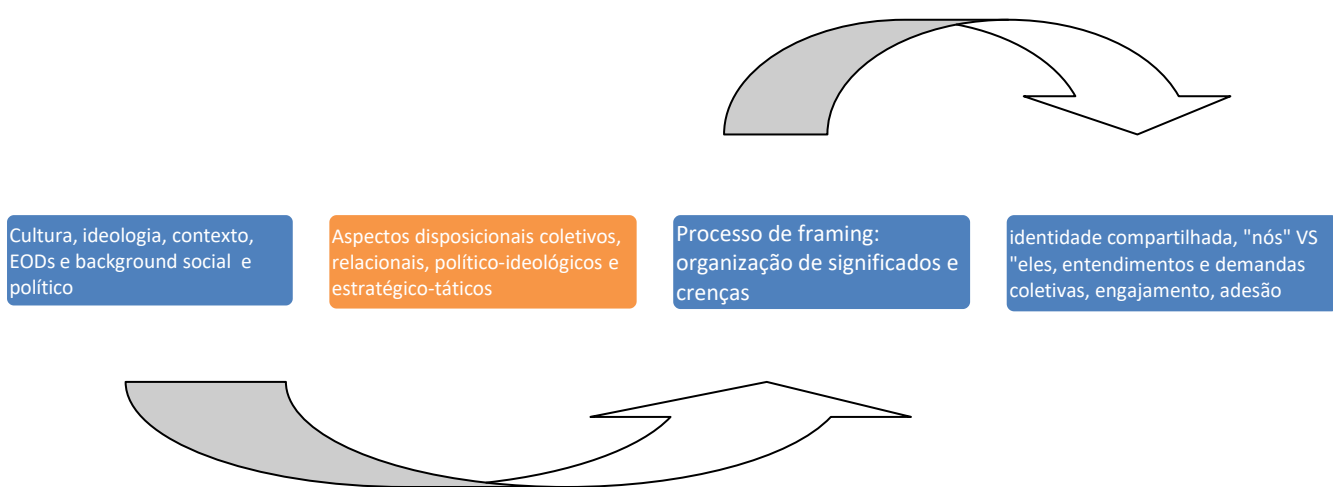
Tomamos como inspiração analítica para compreender os enquadramentos de ação coletiva a tipologia proposta por Silva e Ruskowski (2016), que apresentam um modelo explicativo inspirado em diversas correntes teóricas para o engajamento militante. Ainda que o objeto de análise dos autores seja o percurso de comprometimento de ativistas com causas, as quatro perspectivas que condicionam o engajamento nos inspiraram a explorar por que diferentes organizações no mesmo campo organizacional elaboram enquadramentos distintos a partir de contextos políticos semelhantes. As perspectivas *disposicional*, *identitária*, *relacional* e *retributiva* (ibidem) fundamentam o engajamento militante, e também localizam a posição de leitura social e política dos atores políticos - líderes e membros das organizações de movimentos sociais - como uma "lente" que colore a visão dos atores e subsidia suas práticas contenciosas. Os atributos e processos básicos de formação da ação e interação - resumidos pelas perspectivas - podem ser pensados também no nível das organizações, de modo a elucidar as condições da agência situada dos atores nestes grupos.

As quatro perspectivas foram definidas por Silva e Ruskowski para explicar porque militantes adotam "comportamentos persistentes" (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p. 192) de ativismo político, que se expressam na participação continuada em organizações (ibidem). As perspectivas disposicional, identitária, relacional e retributiva são dimensões onde são ativados os mecanismos e condições que explicam a aproximação, identificação e a construção do compromisso de longo prazo por parte de ativistas. A socialização e trajetória dos indivíduos, as múltiplas identidades das quais partilham, suas redes e interações e seus desejos e interesses são motivações das práticas que conformam a propensão de engajamento. Ademais, estas dimensões configuram, dinamicamente, o arcabouço sobre o qual as experiências dos membros de grupos ganham sentido e são organizadas, a partir da localização social e política onde estes atores exercem sua agência.

No capítulo 3 propomos detalhadamente uma adaptação ao modelo de Silva e Ruskowski (2016), para que nossos argumentos exploratórios se adequem ao nível de análise das organizações, que são o objeto desta dissertação. Retomamos os processos associados à criação e desenvolvimento de enquadramentos, já identificados pela literatura de *framing* (BENFORD; SNOW, 2000, p. 613;627) e as reflexões de Tarrow (2013) e Steinberg (1999) para sugerir que as perspectivas *disposicionais coletivas*, *relacionais*, *político-ideológicas* e *estratégico-táticas* seriam as dimensões condicionantes das práticas, e, conseqüentemente, dos enquadramentos de ação coletiva

nas organizações. Ou seja, as experiências e trajetórias compartilhadas no âmbito das organizações, as redes formadas por meio ou relacionadas às rotinas das organizações, as visões de mundo sobre poder atualizadas ou reforçadas nas organizações e os objetivos e formas de concretizá-los nestes grupos configurariam os significados e crenças construídos. Na figura abaixo, pontuamos brevemente nossa tipologia ajustada, na caixa alaranjada.

Figura 1. Fluxo ilustrativo da cadeia e da direção explicativa nas análises de *framing*



Fonte: Elaboração da autora.

No fluxo explicativo apresentado na Figura 1, as setas representam o caminho analítico seguido por parte da literatura da perspectiva de *framing*, como discutimos anteriormente. As caixas azuis são os elementos explicativos retomados pelos teóricos. Em parte dos estudos, as estruturas ideacionais, políticas, sociais ou o contexto são lembrados pelos teóricos para explicar porque alguns enquadramentos são bem-sucedidos. Ou seja, estas categorias macrosociológicas explicam o processo de *framing*, na direção da seta de baixo. Em outras obras, a abrangência, ressonância, e difusão de enquadramentos são aspectos que explicam a capacidade de mobilização por parte de grupos, que formularam enquadramentos que se comunicam com as demandas e crenças dos públicos-alvo. A seta de cima, na figura 1, ilustra essa direção de causalidade.

Entretanto, o processo de *framing* não se dá numa lógica linear ou rigidamente racional, em que estruturas ideacionais se traduzem em enquadramentos, e enquadramentos geram mobilização. A agência situada, no nível das organizações, é crucial para mediar que fragmentos das estruturas ideacionais e do contexto são incorporados nos enquadramentos, que promovem mobilização na medida em que os atores políticos leem as oportunidades e constrangimentos e ainda assim aproveitam-nos estratégica e interpretativamente de modo a resultar em adesão às mobilizações. A capacidade de agência dos atores nas organizações fundamenta as semelhanças e heterogeneidades de enquadramentos (LINDEKILDE, 2014), mesmo que estejam no mesmo campo organizacional ou identitário. A caixa alaranjada representa os elementos explicativos que defendemos ser a interface entre as primeira e terceira caixas azuis da figura.

A agenda de pesquisa sobre o processo de *framing* ocupou espaço relevante nas teorias da ação coletiva muito antes do surgimento de plataformas de mídias sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*. Com a popularização desses serviços, é fundamental considerar as performances comunicativas de organizações e ativistas online. As arenas online, como as mídias sociais, são esferas onde as organizações de movimentos sociais e ativistas engajam em performances comunicativas. Dessa maneira, explicar os enquadramentos elaborados por atores políticos nas arenas online é relevante para investigar *como* as pessoas se mobilizam nas sociedades contemporâneas, uma vez que "as práticas de mídia interveem preparando o terreno, montando a cena, para a reunião das pessoas em espaço público" (GERBAUDO, 2012, p. 40). As narrativas dos grupos nas mídias sociais projetam as motivações e ações nos eventos de rua, ao mesmo tempo em que as narrativas produzidas online respondem ao contexto político em que estão situadas.

Ação coletiva, o trabalho significador e as plataformas digitais

A tecnologia da internet, cujas origens remontam à década de 60, é, hoje, uma estrutura informacional de considerável abrangência e múltiplos recursos (LEINER et al., 1997). Os fundamentos básicos dessa tecnologia se sustentam no modelo de uma rede de computadores interconectados. As características desta rede possibilitam acelerar e facilitar o acesso a dados entre as unidades que a integram (idem). A internet é, basicamente, uma rede de roteadores - os nós - fisicamente ligados por cabos - os

laços da rede (PAPACHARISSI, 2011). A *world wide web*, por sua vez, é a rede virtual de sites conectados a partir dessa estrutura física.

Nos últimos quinze anos, o surgimento de sites e plataformas de redes sociais gerou novas possibilidades de interação, comunicação e troca de informações e dados entre usuários. As mídias sociais compartilham de "princípios e práticas" (O'REILLY, 2007, p.19) de usabilidade e organização de dados, que são pautadas nas contribuições, atividades e engajamento da comunidade de usuários (O'REILLY, 2007). A *web 2.0* - incluindo as mídias sociais - oferece recursos de geração de conteúdo pelos usuários, característica que distingue as arquiteturas de plataformas como o *Facebook* e *Twitter*. A hiperconectividade, a facilitada troca de conteúdo e a crescente acessibilidade são capacidades tecnológicas que as distinguem. Assim como a disseminação de outras tecnologias contribuíram para impactar as formas de mobilização - a exemplo da imprensa (TARROW, 2009), o uso extensivo e difundido da internet e do sistema complexo de plataformas digitais pode alterar ou fundar novas práticas sociais.

Nestas plataformas, os usuários podem, por conta própria, publicar conteúdo¹⁰, responder, comentar, opinar e editar contribuições em páginas públicas, grupos virtuais ou sequência de mensagens (ÖSTMAN, 2012). Como argumentaremos mais adiante, estas funcionalidades são utilizadas por ativistas e organizações da sociedade civil a partir de seus objetivos, trajetórias e percepções de mundo, considerando o contexto em que atuam e suas estratégias no processo de confronto político. Ainda que este novo modelo de serviço, que é voltado à geração de conteúdo pelo usuário, tenha proporcionado novos modos de interação entre os usuários, sua popularização não implica na substituição das práticas de interação ou comunicação características da *web 1.0*, o modelo de páginas da web antecedente. A *web 1.0* é entendida como o paradigma de sites estáticos, que possuíam poucos ou nenhum recurso de interatividade com os usuários; e das listas de e-mail (TRERÉ; CARGNELUTTI, 2014), já usadas por organizações de movimentos sociais na década de 90 para difundir informações (CLEAVER JR, 1998).

¹⁰ Os conteúdos produzidos pelos usuários, como mensagens publicadas no *Twitter*, são potencialmente visíveis pelos perfis em suas redes pessoais e por perfis indiretamente conectados a eles. As ações e reações dos usuários ao interagir nas mídias sociais também são registradas e compartilhadas entre usuários de sua rede. Conteúdos públicos que são "curtidos" por perfis pessoais no *Facebook* podem aparecer nos *feeds* de notícia de amigos de amigos e são visíveis publicamente, por exemplo.

Como defendem Treré e Cargnelutti (2014), é preciso entender a rede de plataformas digitais¹¹ como um "sistema tecnossocial complexo e como ecossistema" (p. 187), marcado por processos de integração, hibridismo, retroalimentação e sobreposição (AGGIO; REIS, 2013; TRERÉ; CARGNELUTTI, 2014). Esta abordagem nos leva a caracterizar as *web* 1.0 e 2.0 como momentos ou fases coexistentes. A *web* 2.0 oferece recursos de interação, produção e organização de conteúdo pelos usuários, o que pode proporcionar maior autonomia do indivíduo e facilitar novas formas de participação política e organização coletiva em rede (BASTOS; MERCEA; CHARPENTIER, 2015; BENNETT; SEGERBERG, 2013; CASTELLS, 2009; MERCEA, 2012). Ainda assim, observamos, nestas plataformas, práticas que se assemelham aos padrões relativamente estáticos e assimétricos de interação dos sites 1.0 (TRERÉ; CARGNELUTTI, 2014). Dessa maneira, é importante enfatizar que as práticas empregadas são consideravelmente diversas (CHADWICK, 2007; GERBAUDO, 2012), incluindo as performances comunicativas, em que as organizações da sociedade civil podem ter maior ou menor relevância na construção do processo contencioso.

A internet e as plataformas de mídias sociais, enquanto tecnologias, não causam mudanças ou impactos por si mesmas (EARL; KIMPORT, 2011, p. 14). Pelo contrário: seus efeitos são "complexos e contingentes ao contexto onde os protestos desenrolam" (CABALIN, 2014, p. 26, tradução livre da autora). Os impactos das plataformas digitais sobre a ação coletiva são intermediados pelos usos concretos que as organizações e ativistas fazem dessas plataformas (EARL; KIMPORT, 2011, p. 14) ao se mobilizarem e entrarem em confronto. As *práticas* contenciosas dos atores, informadas pelo contexto em que agem, produzem a variação de usos observada nos casos empíricos de mobilização online (ASKANIUS; GUSTAFSSON, 2010, p. 25). Como afirma Castells (2015), o meio, por mais poderoso que seja, não é a mensagem (CASTELLS, 2015, p. 124). Desse modo, estudar o processo de construção de significados nas arenas online contribui tanto para compreender como atuam os movimentos sociais nessas plataformas, mas também para investigar o significado que a própria tecnologia adquire para os atores políticos. Ao analisarmos o conteúdo de postagens em páginas públicas de organizações nas mídias sociais, buscamos propor argumentos exploratórios que

¹¹ Utilizamos a expressão "rede de plataformas digitais" para que possamos considerar não apenas a rede da *web*, ou seja, a rede de sites acessível por navegadores. Consideramos, portanto, as diversas modalidades de serviços e plataformas que se conectam através da internet, sejam estes *websites*, aplicativos ou serviços de outra natureza.

contribuam para desvendar a complexidade e heterogeneidade dos usos de mídias sociais no processo de mobilização política.

As expectativas de expansão de processos de democratização, relações mais horizontais e maior autonomia e participação política, projetadas por entusiastas, (ver, por exemplo: FARINOSI; TRERÉ, 2010; CANCIAN; MOURA; MALINI, 2013; RECUERO, 2014) não são decorrências automáticas da popularização destas tecnologias (CABALIN, 2014). Abordagens "descorporificadas"¹² que afirmam que a arquitetura em rede - ao encurtar distâncias e expandir a capacidade de comunicação - é condição suficiente para cooperação e ação coletiva (BENNETT; SEGERBERG, 2013; CASTELLS, 2015), deixam de levar em consideração a complexidade do próprio processo de mobilização (GERBAUDO, 2012, p. 11). As abordagens otimistas ou pessimistas, sejam as que pressupõem que a internet transformará as relações sociais (CANCIAN; MOURA; MALINI, 2013; ÖSTMAN, 2012) ou as que desqualificam as práticas desenvolvidas online (GLADWELL, 2010) incorrem em determinismo tecnológico (CABALIN, 2014; GERBAUDO, 2012) e falham em explicar os impactos dos usos da internet sobre a ação coletiva. Nossa proposta, ao analisar os enquadramentos produzidos por organizações online, é de transformar as práticas digitais em objeto empírico cujas variações e impactos não são assumidos de antemão.

Em termos de oportunidades oferecidas através dos usos destas tecnologias, a capacidade de conexão, comunicação e compartilhamento de conteúdo, de formas mais rápidas e baratas, possibilitam que os grupos apresentem suas narrativas para mais pessoas em tempo real. Alguns autores ressaltam que a natureza "horizontal, bidirecional e interativa" (DELLA PORTA; MOSCA, 2005, p. 168) da internet "favorece processos organizativos participatórios" (ibidem), e pode se traduzir em formas de "ação conectiva" (BENNETT; SEGERBERG, 2013), ou seja, em novas lógicas de ação que se baseiam na interligação perene, assíncrona e escalável entre indivíduos (DELLA PORTA; MOSCA, 2005; MERCEA, 2013). Nos últimos anos, surgiram ciclos de mobilizações em diversas partes do mundo que contavam com menor ou quase nenhuma participação de organizações formais e se sustentavam na conectividade proporcionada por essas tecnologias (BENNETT; SEGERBERG, 2013).

Ao mesmo tempo, as organizações nem desapareceram e nem deixaram de participar das plataformas online (GERBAUDO, 2014, p. 265; TOMBARI, 2010, p.

¹² Tradução livre da autora, do verbo "disembodied".

52), como os casos selecionados nesta dissertação bem demonstram. Mesmo grupos que possuem poucos recursos e/ou pouco legitimidade e visibilidade lançam mão dessas tecnologias como arenas para disseminar suas causas, atrair adeptos e propor novas interpretações da realidade (CABALIN, 2014, p. 26; CHADWICK, 2007, p. 291; DELLA PORTA; MOSCA, 2005, p. 167). A internet pode funcionar como um meio alternativo onde os grupos podem expor seus objetivos e crenças por canais alternativos à mídia tradicional, além de convocar ações (CHIUMBU, 2015; DELLA PORTA, 2011; HARLOW, 2012). As performances comunicativas desses grupos nas plataformas digitais são, também, situadas. As interações e práticas online não são isoladas das práticas ou da conjuntura off-line (HARLOW, 2012), mas os discursos produzidos online reorganizam o significado de eventos políticos e sociais (BARNETT, 2004) de forma que as performances comunicativas online "constroem uma narrativa emocional" (GERBAUDO, 2012, p. 12) que prepara e sustenta as práticas contenciosas off-line, como as demonstrações de rua. As performances comunicativas online referenciam o contexto em questão ao mesmo tempo em que o impactam ao significar acontecimentos.

A popularização da internet e das mídias sociais favoreceu o intenso uso das "estruturas conectivas" (TARROW, 2009, p. 78) baseadas nestas plataformas nas rotinas de organizações de movimentos sociais. Através destas tecnologias, grupos podem conectar-se, construir significados e comunicar narrativas, a baixos custos (DELLA PORTA, 2011; DELLA PORTA; MOSCA, 2005; GOH; PANG, 2016). Os usos da internet em performances comunicativas têm revelado o poder de agência e a crescente participação na produção de mensagens e construção de múltiplos significados (DELLA PORTA, 2011) por diferentes atores políticos.

Este processo gera, em maior ou menor medida, descentralização e expansão da capacidade de consumo, produção e distribuição de conteúdo, e destaca a importância das práticas comunicacionais nas rotinas de movimentos sociais contemporâneos (ibidem). Ainda assim, os avanços teóricos e empíricos sobre os usos das mídias sociais na elaboração enquadramentos de ação coletiva ainda são incipientes. Os trabalhos mais recentes exploram como blogs e ferramentas como o *Facebook* e *Twitter* são utilizados no processo de *framing*, quais são as mensagens difundidas, quais são as estratégias de *framing*, e qual é a configuração da estrutura das redes que conectam os atores políticos (ver: CABALIN, 2014; GOH; PANG, 2016; HARLOW, 2012, 2013; PORTER; HELLSTEN, 2014; TOMBARI, 2010; VICARI, 2014, 2015).

Além de parte dos estudos em que há convergência entre os conceitos da perspectiva de análise de *framing* e dos estudos sobre os usos das mídias sociais em processos de ação coletiva, outros autores como Bennett e Segerberg (2012) afirmam que "redes de ação conectiva são tipicamente muito mais individualizadas e conjuntos de processos organizados tecnologicamente que resultam em ação sem requerer *framing* de identidade coletiva" (2012, p. 750). Os enquadramentos de ação personalizada exerceriam as funções dos enquadramentos de ação coletiva, ainda que não sejam equivalentes, pois o primeiro é menos conflituoso ou exclusivo (idem, p. 751). Diferentemente do que argumentam Bennett e Segerberg (2012) e Bennett, Segerberg e Walker (2014), afirmamos que a construção de enquadramentos de ação coletiva ainda é um processo relevante no processo de mobilização de grupos por meio de mídias sociais (GERBAUDO, 2014). Ainda que o apelo individualizado para gerar identificação tenha ganhado espaço, como a difusão do uso dos memes denotam (HARLOW, 2013), estas mudanças não significam que o processo interpretativo de elaboração de significados compartilhados tenha perdido sua função, inclusive na atuação das organizações nas mídias sociais.

O processo de *framing* nas mídias sociais ainda constitui uma agenda de pesquisa em construção. Ainda não é claro como as organizações e ativistas recuperam e combinam evidências e conteúdos externos ao produzirem enquadramentos. Outro desafio dessa literatura é compreender os impactos da arquitetura das plataformas de mídias sociais sobre como os enquadramentos de ação coletiva e as narrativas dos grupos são construídas, considerando os múltiplos recursos visuais e de interação disponibilizados (HARLOW, 2012; LINDEKILDE, 2014, p. 208). Há também o desafio de conciliar as premissas de abordagens teóricas robustas, que foram concebidas antes da popularização destas plataformas, e os novos fenômenos observados nas últimas décadas. As práticas e performances comunicativas nas mídias digitais são, portanto, objetos de estudo relevantes para compreender a lógica da ação coletiva na contemporaneidade, uma vez que o processo de *framing* é uma etapa crucial da mobilização política que se dá tanto online quanto off-line.

Como enfatizamos ao longo deste capítulo, o contexto¹³, as demonstrações de rua e as performances comunicativas online constituem fluxos interdependentes. Os

¹³ Contexto pode ser definido como "os aspectos relevantes de uma configuração, (analítica, temporal, espacial ou institucional) na qual um conjunto de condições iniciais leva (probabilisticamente) a um

símbolos discursivos, as narrativas e os enquadramentos construídos online não estão dissociados dos protestos, mas projetam e preparam as demandas e as insatisfações que legitimam as ações públicas. Os textos nas mídias sociais são "conduítes emocionais" (GERBAUDO, 2012) que canalizam e impulsionam sentimentos individuais ou coletivos, que são localizados a partir do contexto social, político e cultural em que a ação se dá. Ao mesmo tempo em que o conteúdo gerado nessas arenas recupera cenas espaciais e temporais a partir de sentimentos e emoções, estas narrativas e significados também impactam as ações e reações de outros atores políticos que participam do processo contencioso. Portanto, observar as performances comunicativas de grupos em confronto político contribui para compreender as motivações que inspiram as ações políticas de organizações da sociedade civil e seus adeptos, e a própria construção do processo de confronto político.

Propomos focar em práticas online específicas - o processo de construção de enquadramentos de ação coletiva - para contribuir com o avanço da literatura sobre como as mídias sociais são incorporadas por organizações da sociedade civil no processo de confronto político. A análise empírica, situada e contextualizada de casos é uma estratégia que se distancia de conclusões generalistas para ancorar-se em explicações que consideram a diversidade dos impactos destes usos sobre a lógica de ação coletiva. Nossa proposta, portanto, lança mão do contexto, das trajetórias, relações, posições político-ideológicas, e estratégias e táticas das organizações e seus líderes como elementos explicativos, a partir da pergunta de pesquisa apresentadas.

Esta dissertação busca identificar e propor uma análise exploratória que explique os enquadramentos empregados online por organizações da sociedade civil que convocaram os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff. Este trabalho contribui também para elucidar o recente ciclo de protestos no Brasil a partir da análise dos enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais utilizados por essas organizações para justificar seus posicionamentos e ações.

resultado de um escopo e significado definidos via um mecanismo causal específico ou um conjunto de mecanismos causais" (FALLETI; LYNCH, 2009, p. 1152, tradução livre da autora).

Capítulo 2 - Os locais de fala: o contexto político e a trajetória das organizações

Este capítulo apresenta brevemente o contexto político da campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, e o ritmo dos eventos políticos que configuraram a conjuntura de instabilidade política e institucional no período. A segunda seção discorre sobre o histórico, trajetória, objetivos e posicionamentos das cinco organizações analisadas nesta dissertação. A terceira seção reúne as evidências sobre as cinco organizações buscando evidenciar a relativa articulação entre elas na organização dos protestos.

O impeachment de Dilma Rousseff: vinte e dois meses de mobilização

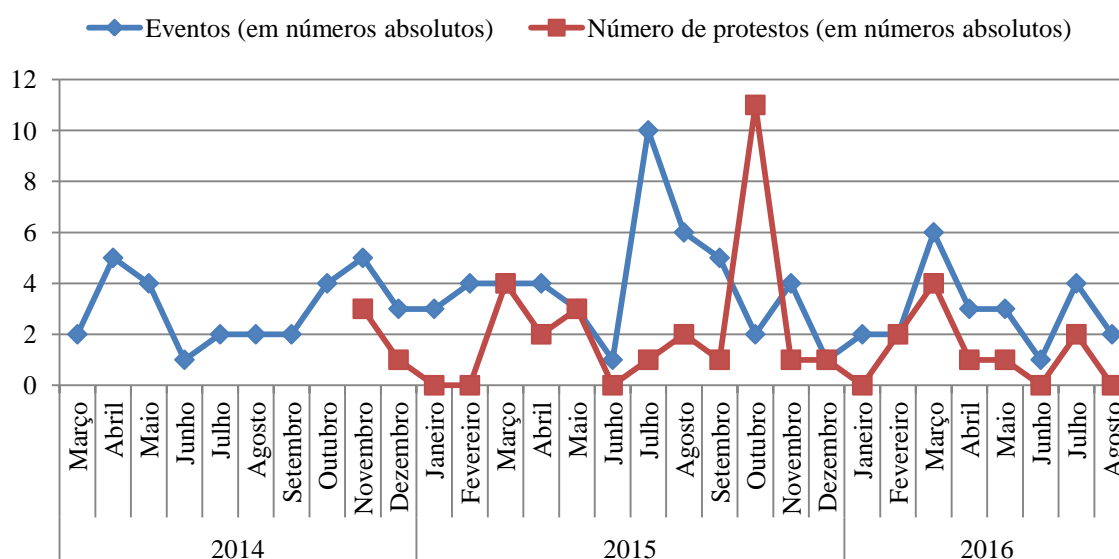
A saída de Dilma Rousseff foi publicamente defendida por organizações da sociedade civil quase que imediatamente após sua reeleição, antes mesmo que ela fosse empossada no novo mandato (URIBE; LIMA; LIMA, 2014). Nos 22 meses seguintes, o nível de mobilização se intensificou tanto em quantidade de público nos protestos quanto em ações realizadas (FOLHA DE S.PAULO, 2015; O ESTADO DE S.PAULO, 2016a). O ritmo e a adesão às ações e protestos passaram por altos e baixos (ver gráfico 2 e anexo 1). Ainda assim, a tendência foi claramente crescente. Todas as cinco organizações analisadas nesta dissertação tinham como local de atuação e fala, entre 2014 e 2016, o mesmo contexto político amplo: constantes escândalos de corrupção em diversas empresas públicas, indicadores macroeconômicos apresentando resultados desfavoráveis, relacionamento desgastado entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional e crescente sensação de polarização política.

A história do impeachment de Dilma Rousseff, que se concretizou no dia 31 de agosto de 2016 com 61 votos no plenário do Senado, começou ainda em março de 2014, com o início de uma das maiores operações policiais da história democrática brasileira (ver gráfico 1). No dia 17 daquele mês, foi deflagrada a operação Lava Jato, que ainda não foi concluída até maio de 2017 (G1, 2017). Os ritmos das denúncias, prisões, buscas e conduções coercitivas, os vazamentos de delações na imprensa e outros eventos políticos ou institucionais da Lava Jato estão relacionados à frequência e intensidade das mobilizações on e off-line pelo impeachment de Dilma Rousseff (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). Na investigação, diretores da Petrobras, empresários, deputados federais, ministros, ex-governadores e políticos do alto escalão do governo federal, de outras gestões, membros de pelo menos 10 partidos (G1, 2016a)

e da direção do PT e das campanhas presidenciais do partido forem implicados, denunciados ou mesmo condenados por diversos crimes como lavagem de dinheiro, ocultação de patrimônio, formação de quadrilha e corrupção passiva e ativa (G1, 2017). Até o impeachment de Rousseff, a operação estava em sua 33ª fase.

A deterioração dos indicadores econômicos e o desgaste provocado pelo julgamento e reprovação das contas da primeira gestão de Dilma se sobrepuseram ao impacto sem precedentes da Lava Jato. O primeiro semestre do segundo Governo Dilma combinou os escândalos de corrupção, a crise econômica e política, dentro e fora do Congresso Nacional, no que pode ser entendido como uma *tempestade perfeita*.

Gráfico 1. Eventos reportados pela imprensa (prisões, buscas, ou acontecimentos secundários) relacionados à Operação Lava Jato; principais protestos da campanha pró-impeachment - Março de 2014 a agosto de 2016



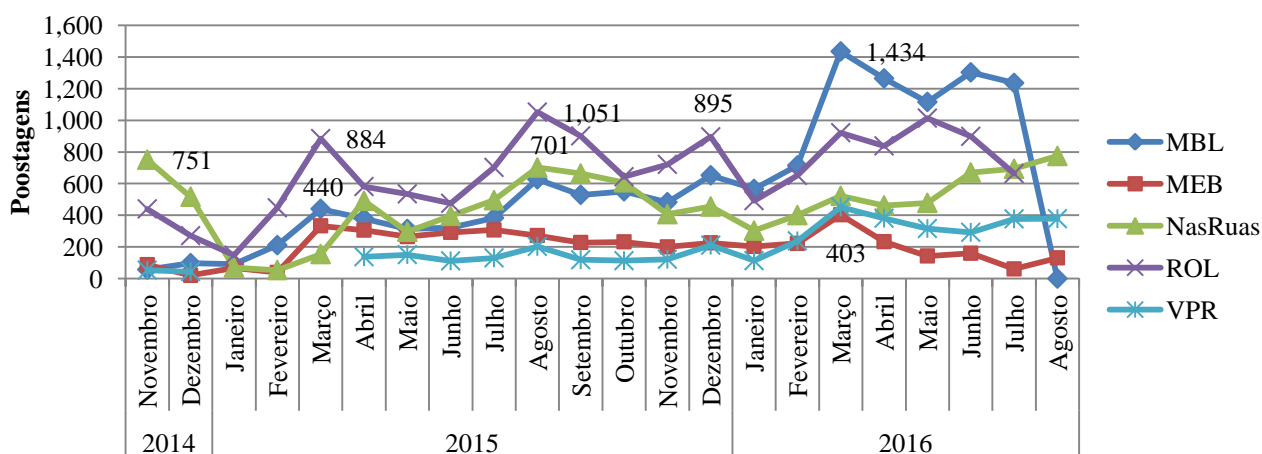
Fonte: elaborado pela autora, com base em informações coletadas nos portais G1; Folha de S. Paulo; O Globo; Estadão; El País; Veja; R7; Exame; Congresso em Foco; Terra; BBC; UOL e Istoé. A base de dados coletada no *Netvizz* também foi consultada.

No gráfico 1, vemos a frequência de eventos relacionados à Lava-Jato veiculados pela imprensa, em azul, e o principais protestos pelo impeachment em vermelho. No período entre novembro de 2014 e outubro de 2015, a investigação desencadeou uma sucessão de eventos político-institucionais, atingindo o pico de ocorrências em julho de 2015. O gráfico demonstra que, em meses de menor movimentação da operação da PF, a tendência é de menor mobilização, com exceção do

mês de outubro de 2015. Vale lembrar que neste mês o TCU reprovou as contas de Dilma Rousseff para o ano de 2014, de modo que o desgaste gerado pela decisão do tribunal realimentou a onda de protestos, combinando-se ao cenário de escândalos de corrupção e deterioração de indicadores macroeconômicos. O contexto político é relevante para pontuar a temporalidade dos acontecimentos, e para subsidiar as práticas contenciosas no processo mobilizatório. Ademais, o ritmo da sequência de eventos e demonstrações, no gráfico anterior, está também associado aos níveis de postagens e de engajamento do público nas páginas das cinco organizações.

Apresentamos abaixo a frequência de postagens e os níveis de interação dos usuários nas páginas das cinco organizações. O ritmo de publicações nas páginas acompanha a onda de protestos convocados nos 22 meses de mobilização pelo impeachment de Dilma Rousseff (ver gráfico 1). Como o gráfico 2 mostra, os picos de atividade coincidem com meses de protestos: março de 2015, abril de 2015, agosto de 2015, dezembro de 2015, março de 2016 e Agosto de 2016. Estas evidências indicam a relevância da página do *Facebook* como arena mobilizatória, onde as organizações convocam, mobilizam para e preparam as demonstrações de rua. A comparação entre os dois gráficos evidencia que as práticas contenciosas nas ruas e nas mídias sociais eram complementares e imbricadas na campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Gráfico 2. Número de postagens por mês, por organização* - novembro de 2014 a agosto de 2016

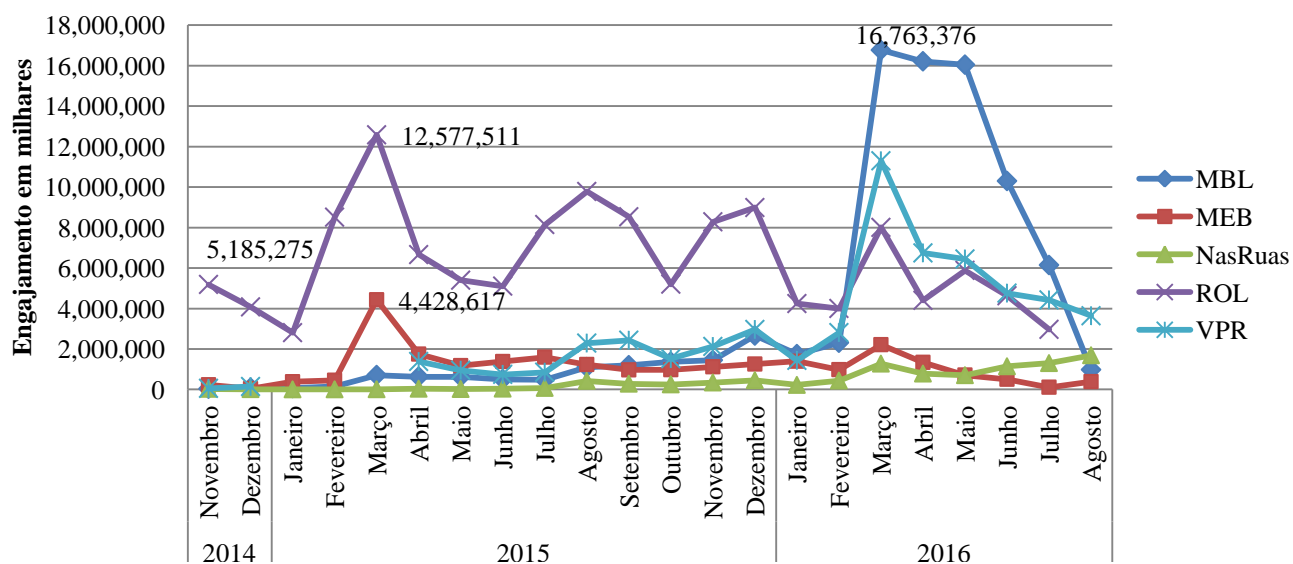


Fonte: elaborado pela autora a partir de dados coletados pelo *Netvizz*.

* Os dados coletados do MBL no mês de agosto estão incompletos, por inconsistências na coleta com base no *Netvizz*. A queda observada no gráfico não corresponde às atividades da organização no *Facebook* naquele mês. Nas coletas realizadas o aplicativo também não devolveu nenhuma postagem do VPR no período de janeiro a março de 2015. Para manter a coerência no método de coleta, optamos por não coletar manualmente as mensagens que não foram obtidas pelo *Netvizz*.

Os picos de engajamento do público das páginas - por meio de comentários, compartilhamentos, curtidas ou reações - também coincidem com o contexto político e com os meses de protestos mencionados anteriormente (ver gráfico 3). O mês de março de 2016, ápice dos protestos (O ESTADO DE S.PAULO, 2016a), marcou o pico de engajamento nas páginas de MBL, NasRuas e VPR em todo o período da campanha pelo impeachment. Este mês também foi de intensa atividade nas páginas de ROL e MEB. Os principais protestos pelo impeachment, como mostrou o gráfico 1, acompanharam, dinamicamente, os desdobramentos do complexo contexto político do período. O número de postagens nas páginas, e o engajamento dos usuários também seguiu esta tendência. Não obstante, é importante ressaltar que MEB e VPR não exibiram picos expressivos em termos de número de postagens. Este dado pode apontar para menor centralidade do *Facebook* nas rotinas destas organizações, em comparação com as outras três, ou para a execução de diferentes estratégias e táticas no uso da plataforma por elas.

Gráfico 3. Soma de curtidas, compartilhamentos, comentários e reações, por organização - novembro de 2014 a outubro de 2016



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados coletados pelo *Netvizz*.

Para dimensionar o rápido desenvolvimento da operação e o ritmo acelerado de reveses políticos que fragilizaram o governo da ex-presidente, apresentamos a seguir uma breve cronologia do contexto político que condicionou a produção de enquadramentos de ação coletiva pelas organizações da sociedade civil analisadas nesta

dissertação. Uma vez que o contexto político é relevante para o processo de *framing*, é pertinente apresentá-lo com mais detalhes.

No dia 20 de março de 2014, Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras é preso pela operação (G1, 2017). Em setembro do mesmo ano, um mês antes das eleições gerais, a revista Veja noticia que Costa havia implicado políticos nos delitos cometidos na gestão da Petrobras (RANGEL, 2014), conectando as esferas econômica e política no escopo da investigação. No início de outubro, o ex-diretor afirma que PT, PMDB, PP e as contas da campanha presidencial petista de 2010 se beneficiaram do esquema de corrupção em contratos firmados entre a Petrobras e grandes empreiteiras (RANGEL; MARQUES, 2014). Três dias antes da disputa do segundo turno, a revista Veja publica a capa com a frase "Eles sabiam de tudo", se referindo ao ex-presidente Lula e à então Presidente Dilma Rousseff (BONIN, 2014). Esta se reelege no dia 26 de outubro, numa eleição intensamente disputada e acirrada pelas revelações da operação da PF.

Durante o mês de outubro, algumas organizações já protestavam em apoio à candidatura desafiadora, de Aécio Neves do PSDB, e em oposição à reeleição de Dilma Rousseff (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). Após o resultado desfavorável ao desejo destas organizações, o próximo passo traduziu-se na desqualificação dos resultados por uma miríade de motivos: eleições fraudadas, estelionato eleitoral, as denúncias de corrupção que atingiam o núcleo duro do governo (ABRANTES, 2015; URIBE; LIMA; LIMA, 2014). Essas narrativas foram expostas nas páginas das organizações e nas ruas, com a convocação de protestos (ver tabela no anexo 1 das principais demonstrações de rua entre novembro de 2014 e agosto de 2016). As propostas dos grupos que saíam às ruas eram ainda mais variadas: impeachment, renúncia, novas eleições, cassação do mandato, intervenção militar ou mesmo a morte de Dilma Rousseff (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016, p. 76; CALIXTO; CISCATI, 2015; NEVES, 2014).

Em novembro e dezembro de 2014, a investigação atinge grandes construtoras doadoras nas campanhas presidenciais, e mais delatores acusam PT e PMDB de receberem propinas (G1, 2017). José Dirceu, uma das principais lideranças do PT e ex-ministro no primeiro mandato do ex-presidente Lula, também é mencionado como beneficiário de recursos desviados (*ibidem*). As denúncias impactaram negativamente na imagem do PT e do governo Dilma, que já sofria o desgaste do déficit das contas públicas (FERNANDES; VERÍSSIMO; ALEGRETTI, 2014). A CPI da Petrobras na

Câmara dos Deputados, que havia sido instalada em maio de 2014, termina o ano aprovando um relatório que poupa figuras políticas denunciadas nos meses anteriores (ibidem). Esta sequência de eventos pós-eleição prenunciava o turbilhão de instabilidade que definiria historicamente o ano seguinte.

O ano de 2015 começa com o futuro Presidente da Câmara dos Deputados e adversário político de Rousseff, Eduardo Cunha, delatado na operação Lava Jato (G1, 2017). Ainda no mês de janeiro, mais um diretor da Petrobras é preso (Nestor Cerveró), e é anunciada pela empresa uma perda de quase 90 bilhões em virtude do esquema de corrupção descoberto (ibidem). No início de fevereiro de 2015, a então presidente da Petrobras, Graça Foster, e mais cinco diretores da empresa renunciam seus cargos (ibidem). A imagem da estatal, uma das mais reconhecidas nacional e internacionalmente, ficou abalada não apenas no mercado financeiro, mas também diante da população brasileira (BBC BRASIL, 2015a).

Ao fim de fevereiro, nova CPI é instalada para investigar a Petrobras, e, no início de março, o STF acata denúncia a 47 políticos na operação (ibidem). No dia 12 de março, Eduardo Cunha depõe voluntariamente na CPI afirmando que não possui contas no exterior (ibidem). Três dias depois, quase um milhão de pessoas comparecem às ruas em protestos pela saída de Dilma Rousseff. As manifestações ocorreram em, pelo menos, 152 municípios do país (FOLHA DE S.PAULO, 2015). Neste protesto, a demanda pelo impeachment ainda não era unanimidade entre as maiores organizações que convocaram as manifestações¹⁴ (ABRANTES, 2015; BBC BRASIL, 2015b). A base de apoio de Rousseff começava a ruir, no Congresso Nacional e diante do eleitorado que votou meses antes.

Partidos de oposição (como o PSDB) não apoiavam oficialmente, ainda, a demanda pelo impeachment (URIBE; LIMA; LIMA, 2014), mas lançavam a tese de que o resultado tivesse sido fraudado (MATAIS; ROSA; BULLA, 2014). NasRuas e ROL concordavam com a tese de fraude (parte das postagens das duas organizações, codificadas pela autora, mencionavam a 'fraude eleitoral'). O MBL, por sua vez, argumentava que não compactuava com rupturas institucionais, e defendia maior transparência, eleições limpas, liberdade e “menos PT” em descrição do evento¹⁵ que convocava para a manifestação de 15 de novembro.

¹⁴ Até o impeachment de Dilma Rousseff e mesmo depois dele, organizações menores ainda defendiam a intervenção militar ou mesmo a reinstauração do regime monarquista no Brasil.

¹⁵ <https://www.facebook.com/events/1489124448042807/> . Acesso em 07/05/2017.

No dia 10 de abril, o então deputado pelo PT André Vargas é preso por práticas ilícitas em associação ao doleiro Alberto Yousseff, que é mencionado como elo que conectava políticos, empresas e articulava etapas do esquema de corrupção investigado (G1, 2017). Dois dias depois, um novo protesto acontece, desta vez com menor adesão: cerca de meio milhão de pessoas (UOL, 2015). Organizações, celebridades e partidos políticos participaram da convocação das demonstrações desde novembro de 2014, gravando vídeos também para o protesto de 12 de abril (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016; TERRA, 2015). As próximas manifestações tiveram como pauta predominante o fim do governo de Dilma Rousseff, pelo menos por parte das maiores organizações convocadoras (ibidem). No mesmo mês, o tesoureiro do PT é preso, e o vice-presidente da Camargo Corrêa admite o pagamento de propina em contratações na Petrobras (G1, 2017). No dia 22, a justiça condena os primeiros réus na Lava Jato, entre eles Alberto Yousseff e Paulo Roberto Costa (ibidem).

Ainda em abril de 2015, pouco depois da Lava Jato prender os petistas mencionados, o Tribunal de Contas da União (TCU) considerou a prática de atraso nos repasses de recursos destinados a programas sociais aos bancos públicos como irregularidade. Esta tese foi considerada viável para a construção do argumento de crime de responsabilidade (AMORA, 2015; BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016), e foi eventualmente a principal acusação que levou ao impeachment de Dilma Rousseff. Em maio de 2015, mais prisões são decretadas, além da execução do depoimento de Ricardo Pessoa, presidente da UTC preso, afirmando que fez doações à campanha de Dilma Rousseff. No mesmo mês, mais denúncias atingem a empresa de José Dirceu (G1, 2017).

Em junho, o TCU inicia o julgamento das contas de Dilma Rousseff. Pela Lava Jato, presidentes de outras grandes empreiteiras do país são presos no fim do mesmo mês (ibidem). No começo de julho, a polícia federal prende mais um ex-diretor da Petrobras, e abre outra operação em desdobramento à Lava Jato (ibidem). A operação Politeia traz as figuras políticas de volta para o centro das atenções, entre elas Eduardo Cunha e Fernando Collor (ibidem). No dia 16 de julho, dois dias depois do cumprimento de mandados de busca e apreensão nas casas de seis políticos, Eduardo Cunha é citado em delação que o acusa de ter solicitado propina em contrato de navios-sonda (ibidem). No dia seguinte o deputado rompe com o governo Dilma Rousseff oficialmente (CARVALHO; MARTINS, 2015). O primeiro semestre termina com a campanha de Rousseff citada na investigação, suas contas em escrutínio, o Congresso

Nacional refratário aos projetos do governo e ainda mais acuado, e com mais um protesto marcado para agosto de 2015.

No mês de julho, mais empreiteiros são presos, e também ocorrem as primeiras condenações de empresários na operação (G1, 2017). A investigação avança desvendando pagamento de propina em contas no exterior, e também atingindo outra empresa pública: a Eletronuclear (ibidem). No começo de agosto, no dia 3, José Dirceu é preso (ibidem). No dia seguinte, a obra de Belo é Monte é mencionada como fonte de propina ao PT (ibidem). Então, no dia 5, Collor é mais uma vez apontado como beneficiário de milhões desviados da Petrobras. No dia 13, um ex-vereador pelo PT é preso por desvios de verba em contratos no Ministério do Planejamento (ibidem).

No dia 16 de agosto, mais uma manifestação nacional ocorre, desta vez maior que aquela de 12 de abril (ver anexo 1). No dia 17, mais ex-funcionários da Petrobras e empresários indiciados são condenados, e no dia 20 o procurador-geral da República Rodrigo Janot denuncia Eduardo Cunha e Fernando Collor por envolvimento no esquema de corrupção na petroleira (G1, 2017). No dia 4 de setembro, José Dirceu e mais 16 pessoas são denunciadas, e Janot apresenta denúncia contra outros dois deputados (ibidem). No feriado de 7 de setembro, o ROL convoca uma manifestação de menores proporções, em Brasília e outras cidades (ver anexo 1). No dia 15, Dirceu e Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT se tornam réus, e no dia 21, Vaccari é condenado (ibidem). No dia seguinte, André Vargas, ex-deputado pelo PT, se torna o primeiro político condenado da Lava Jato (ibidem).

No dia 7 de outubro, o TCU recomenda a reprovação das contas de 2014 da gestão de Rousseff (FABRINI; VILLAVARDE; CARAM, 2015). O parecer do tribunal foi peça primária para a elaboração do pedido de impeachment mais adiante acatado por Eduardo Cunha (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). Ainda no fim do mês de outubro, mais um político é condenado pela Lava Jato: Pedro Corrêa, do PP (G1, 2017). Em 3 de novembro, a Câmara instaura processo de investigação de Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar, por ter mentido em depoimento, em março de 2015 (PASSARINHO, 2015). No dia 16 de novembro, Luiz Argôlo, outro político, também é condenado por denúncia arrolada na investigação (G1, 2017). No dia 24, Pedro Bumlai, amigo do ex-presidente Lula, é preso após ter sido citado em depoimento que afirma que ele recebeu comissão por ter pedido a intermediação de Lula na negociação de um contrato (ibidem). No dia seguinte, Delcídio do Amaral, então Senador do PT e líder do governo no Senado, é preso por tentar interferir na Lava Jato (ibidem). Em 1 de

dezembro, os membros do PT que fazem parte do Conselho de Ética fecham por votar pela continuidade do processo por quebra de decoro contra Eduardo Cunha, que, por sua vez, acata o pedido de impeachment de Bicudo, Paschoal e Reale ainda no dia 2 (URIBE; BRAGON, 2015).

Menos de uma semana depois, no dia 8 de dezembro, o Ministro do STF Edson Fachin suspende o rito do impeachment na Câmara dos Deputados, para entender se os procedimentos de escolha dos componentes da comissão especial que avaliará a admissibilidade do processo na Casa foram realizados conforme a legislação vigente (FALCÃO, 2015). O questionamento foi protocolado por partidos da própria Casa (RAMALHO, 2015). No dia 13, ocorreram protestos pelo impeachment, com menor adesão que os três anteriores (ver Anexo 1). No dia 15, a polícia federal cumpre mandados de busca na casa de mais políticos, dentre eles, Eduardo Cunha e o ex-ministro de Minas e Energia Edison Lobão (G1, 2017). No dia 17, o STF define por anular as etapas já executadas no processo de impeachment na Câmara dos Deputados, e define novas regras para a condução dos procedimentos no ano de 2016 (D'AGOSTINO, 2015).

O ano de 2015 terminou, portanto, com o PT e o governo de Dilma extremamente frágeis em termos de legitimidade institucional e popular. Membros e até parlamentares do PT em exercício do mandato foram presos, as contas foram reprovadas e um dos pedidos de impeachment acatados. Este período foi marcado pela rápida corrosão de credibilidade e governabilidade do partido e de Rousseff e sua equipe, cenário agravado pelos protestos que pediam a saída da Presidente do cargo.

O ano seguinte começa, em 18 de janeiro, com mais denúncias por parte do Ministério Público em acusação ao ex-diretor da Petrobras, Renato Duque (G1, 2017). Já Delcídio do Amaral tem a prisão preventiva revogada em 19 de fevereiro, e permanece em reclusão domiciliar (ibidem). Três dias depois, a polícia federal deflagra a 23ª fase da operação, que tem como alvo o marqueteiro das campanhas presidenciais do ex-presidente Lula e da então Presidente Dilma: João Santana (ibidem). A suspeita é de que pagamentos de propina tenham abastecido as contas das campanhas passadas. No dia 3 de março, Delcídio do Amaral firma acordo de delação em que diz que Lula e Dilma agiram para frear a operação Lava Jato (ibidem). No dia seguinte, Lula é alvo de condução coercitiva e depõe na sede da polícia federal em Curitiba (ibidem). No dia 8 de março, Marcelo Odebrecht é condenado em primeira instância (ibidem).

Então, no dia 13 de março, acontece o maior protesto deste ciclo que se iniciou em novembro de 2014: alguns veículos de mídia estimam que mais de três milhões de pessoas tenham saído às ruas em apoio ao impeachment de Dilma Rousseff (O ESTADO DE S.PAULO, 2016a). O nível de aprovação e legitimidade política de Dilma Rousseff, nas ruas e no Congresso Nacional, chega a um de seus piores momentos (FOLHA DE S.PAULO, 2016). No dia 16 daquele mês, ela nomeia o ex-presidente Lula como Ministro da Casa Civil, notícia que é recebida com protestos em algumas cidades do país (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016) e com o acampamento de manifestantes na Avenida Paulista (ver anexo 1). No dia 23 de março, o marqueteiro João Santana e sua mulher são indiciados (G1, 2017).

No dia 1 de abril, a operação prende ex-secretário geral do PT - Silvio Pereira - e executa outras ordens judiciais de prisão e busca e apreensão (G1, 2017). A investigação continua apurando sobre negócios realizados por Bumlai, e declara que o esquema de corrupção na petroleira pode ter relação com a morte do ex-prefeito Celso Daniel (ibidem). Dez dias depois, a comissão que analisa o impeachment na Câmara aprova relatório favorável à admissibilidade (CALGARO; GARCIA; PASSARINHO, 2016), que é votado em plenário no dia 17. Por 367 votos, a Câmara autoriza o Senado a instaurar o processo de impeachment (G1, 2016b). No dia 28, João Santana e a esposa são denunciados pelo Ministério Público (G1, 2017).

Maior de 2016 começa com o afastamento de Eduardo Cunha da Presidência da Câmara, por meio de decisão do STF (PASSARINHO; RAMALHO, 2016). No dia 9, o então Presidente da Casa, Waldir Maranhão, anula os procedimentos do impeachment realizados até então (O ESTADO DE S.PAULO, 2016c), decisão que ele mesmo revoga no dia seguinte. No dia 12 de maio, o Senado aprova em plenário, por 55 votos, a abertura do processo de impeachment (LIMA; RESENDE; AGOSTINE, 2016), e a então Presidente Dilma é temporariamente afastada do cargo. No dia 23 deste mês, o ex-tesoureiro do PP, João Cláudio Genu é preso (G1, 2017). Ele é suspeito de distribuir recursos oriundos do esquema de corrupção na Petrobras a deputados do partido. Já no dia 23 de junho, o ex-ministro dos governos Dilma e Lula Paulo Bernardo é preso por desdobramento da operação Lava Jato (ibidem).

Nos meses de julho e agosto, a investigação segue com foco em personagens ligados a Eduardo Cunha e a esquemas de corrupção na Eletronuclear (G1, 2017). No dia 31 de julho, organizações da sociedade civil convocam protesto em apoio ao

impeachment, já em preparação para a eventual vitória, como a Festa do Impeachment¹⁶ organizada pelo MBL (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). No dia 10 de agosto, o plenário do Senado aprova, por 59 votos, parecer que recomenda julgamento do impeachment de Dilma Rousseff (GARCIA; CALGARO; PASSARINHO, 2016). No dia 25, então, se inicia o julgamento, presidido pelo Presidente do STF, Ricardo Lewandowski. Finalmente, no dia 31 de agosto ocorre o julgamento de Dilma Rousseff no Senado. Por 61 votos ela é cassada, porém mantém seus direitos políticos (GARCIA et al., 2016). Neste dia, Michel Temer se torna o Presidente do Brasil.

Como vimos, os 20 meses do segundo mandato de Dilma Rousseff foram um período de muita instabilidade e de um acelerado fluxo de eventos políticos. Esta sessão mostra a complexidade do contexto político do período, que podia mudar de um dia para o outro, tamanha a velocidade e o volume de novos acontecimentos. A sequência de eventos relatada nutriu de inúmeras evidências empíricas os argumentos das organizações da sociedade civil que se opuseram ao governo de Rousseff. Ainda que não pretendamos afirmar que o contexto foi *determinante* sobre as práticas dos atores políticos ou sobre os resultados desses conflitos, podemos afirmar que ele condicionou as práticas desses atores. O próximo capítulo traz os resultados da análise empírica, e mostra que há diferenças entre os enquadramentos produzidos pelas cinco organizações. As sequências de eventos e as estruturas de oportunidades discursivas ofereciam incentivos parecidos aos grupos, porém, entendemos que a capacidade de agência situada dos atores políticos mediou quais fragmentos ou elementos estruturais e contextuais foram combinados e (res)significados.

#foradilma! As organizações da sociedade civil na campanha pró-impeachment

A onda de protestos reivindicando 'Fora Dilma' e o impeachment da ex-presidente começou poucos dias depois da reeleição de Rousseff. No entanto, em outubro de 2014, o VPR já havia convocado protestos contra a sua recondução ao cargo (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016; TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). Até agosto de 2016, com a concretização de seu afastamento definitivo, mais de 40 organizações participaram da convocação de protestos em mais de 200 cidades do país (GALHARDO; HUPSEL FILHO, 2015).

¹⁶ <https://www.facebook.com/mblivre/posts/419383468185802:0> . Acesso em 10/05/2017.

Apesar do grande número de organizações envolvidas na campanha pelo impeachment, as entrevistas conduzidas pela autora com líderes do MEB e VPR, os vídeos de entrevistas ou debates e as notícias veiculadas em jornais indicam que cinco grupos capitanearam o processo de engajamento do público, arrecadação de recursos e coordenação logística dos protestos: o Movimento Brasil Livre, o Movimento NasRuas, o Movimento Endireita Brasil, o Vem Pra Rua Brasil e o Revoltados ONLINE (BUENO, 2016; FÁVERO; REVERBEL, 2016; OLIVEIRA, 2016; TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015). Como veremos a seguir, a trajetória destas organizações, todavia, diverge tanto em longevidade quanto nas pautas defendidas e no histórico de ações promovidas.

Tabela 1 - Número de curtidas das páginas oficiais das cinco organizações no *Facebook*

Organização	Curtidas no Facebook
MBL	1.729.352
ROL	2.116 ¹⁷
VPR	1.476.453
NasRuas	366.287
MEB	649.759

Fonte: elaborada pela autora a partir das páginas oficiais das organizações, coletadas no dia 17/12/2016.

Revoltados ON LINE

De acordo com informações coletadas nas páginas do *Facebook*, blogs e notícias, a organização mais antiga entre as cinco é o Revoltados ON LINE (ROL), fundado em 2000¹⁸. Marcello Reis, administrador de empresas e ex-pastor, é o fundador do grupo (VITÓRIA; AMARAL, 2015). O objetivo era, na criação da organização, combater à pedofilia na internet (ZALIS; GONÇALVES, 2015). O grupo defende também a redução da maioria penal, e a prisão de corruptos¹⁹. Em 2010, Reis criou a página da organização no *Facebook*, que alcançou mais de 2 milhões de seguidores antes de ser removida pela plataforma em agosto de 2016 (ver Tabela 1). Na nova

¹⁷ O ROL teve a página removida pelo *Facebook* em 28 de agosto de 2016 (ESTADÃO, 2016). Naquele momento tinha mais de 2 milhões de seguidores.

¹⁸ Informação registrada em postagens na antiga página de *Facebook* do grupo: " No mês de AGOSTO no dia 01.08.2015 Revoltados ON LINE completa 5 anos de REDE SOCIAL e 15 anos de atuação contra PEDÓFILOS na Rede". Fonte: base de dados composta de postagens da página do grupo, coletada através do *Netvizz* em 27/07/2016.

¹⁹ <https://revoltadosonline.blogspot.com.br/> . Acesso em 10/05/2017.

página da organização na plataforma, o grupo afirma que são "Revoltados contra a DITADURA PARTIDÁRIA CORRUPTA estabelecida neste País a FAVOR DE SEUS PRÓPRIOS UMBIGOS"²⁰, e que lutam pela moralidade e decência. Mais especificamente, o ROL diz opor-se à agressão contra mulheres, aos maus tratos com animais, à degradação do meio ambiente, às drogas, ao descaso com idosos e aposentados, à precariedade dos serviços de saúde e educação, à falta de atenção a portadores de necessidades especiais, à desmoralização dos conceitos de família e à impunidade de políticos corruptos²¹.

O ROL possui outras lideranças em sua equipe, mas funciona primordialmente em torno da figura de Reis. Beatriz Kicis, Patrícia Mello, Rodrigo Brasil e Valéria Andrade também são lideranças²² da organização (ABRANTES, 2015; POLETTI, 2016; REDAÇÃO ÉPOCA, 2016). Todos assinaram²³ postagens na antiga página do *Facebook*. Parte das lideranças do ROL tem entre 40 e 50 anos (SCHREIBER, 2016). Kicis, por exemplo, tem 53 anos, e é uma das lideranças mais proeminentes na página da organização (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2015). Ela é procuradora do Distrito Federal aposentada²⁴, e gravava vídeos e postava mensagens sobre o andamento do processo do impeachment e sobre a tramitação do projeto de lei Escola Sem Partido. Kicis também participa do canal de Youtube "Terça Livre", onde moderava discussões sobre a economia, política e instituições brasileiras²⁵.

O ROL já pedia pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2013, nas Jornadas de Junho (ESTADÃO CONTEÚDO, 2013), quando Marcello Reis ainda defendia a intervenção militar. Em 2015, Reis passa a declarar adesão à defesa do impeachment de Rousseff (VITÓRIA; AMARAL, 2015) e afirma compartilhar de uma visão democrática de mudança política. A organização possui células em cidades no Brasil e no exterior, mas é centralizada na liderança de Reis e nas ações por ele comandadas (DIAS, 2016). O ROL se autodenomina apartidário, e rechaçava, frequentemente, a associação do grupo a partidos ou políticos em suas postagens na página do *Facebook*²⁶.

²⁰ https://www.facebook.com/pg/prol.brasill/about/?ref=page_internal . Acesso em 10/05/2017.

²¹ https://www.facebook.com/pg/prol.brasill/about/?ref=page_internal . Acesso em 10/05/2017.

²² Valéria Andrade e Patrícia Mello assinavam postagens na página, por isso são consideradas líderes do grupo.

²³ Não é possível identificar quem é o administrador que posta as mensagens nas páginas do *Facebook*, porém é comum que o autor declare seu nome ao final do texto.

²⁴ https://www.facebook.com/pg/biakicisoficial/about/?ref=page_internal . Acesso em 10/05/2017.

²⁵ https://www.youtube.com/watch?v=EdvUWpeWz38&list=PL2wuZQFPMbL8Lk9eRjNqF_pJXWRj-hc3C&index=8 . Acesso em 10/05/2017.

²⁶ Informação registrada em postagens na antiga página de *Facebook* do grupo: "sua contribuição financeira ajudará para continuarmos nesta GUERRA entre o BEM e o MAL, não temos ninguém por trás

O NasRuas, por sua vez, é liderado pela ex-mulher de Reis, Carla Zambelli. Zambelli é gerente de projetos e participava de grupos de discussão online quando criou a organização²⁷. O grupo foi fundado em 2011, com o objetivo de promover à ética e ao combate à corrupção no Brasil²⁸. Carla Zambelli afirma posicionar-se à direita, e suas falas são moralmente conservadoras e liberais no âmbito da economia. Ela defende que a redução de impostos e a mínima presença do Estado, mas também se posiciona contra o aborto e pela valorização da estrutura heteronormativa de família²⁹. Algumas das pautas defendidas na criação da organização eram a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de 2012, o fim do voto secreto em votações no Congresso Nacional e o enquadramento do crime de corrupção como hediondo (RODRIGUES, 2011). O NasRuas convocou protestos contra a corrupção em setembro e outubro de 2011³⁰ e em junho de 2013, pedindo pelo impeachment e considerando a necessidade de intervenção militar (ESTADÃO CONTEÚDO, 2013). A organização também preparou quatro congressos sobre o tema desde então. O segundo deles contou com a presença de Hélio Bicudo³¹, um dos autores do processo de impeachment que levou ao afastamento de Rousseff³².

O movimento NasRuas, como se intitulam, possui células em outras cidades, que auxiliaram na organização de protestos³³. Em outubro de 2015, a organização convocou protestos intitulados a "Primavera Brasileira"³⁴, que ocorreram todos os dias na Avenida Paulista. O grupo também foi responsável pelo protesto de acorrentados na Câmara dos Deputados, no mesmo mês, enquanto outras organizações, como MBL e ROL, acampavam na frente do Congresso Nacional reivindicando a abertura do pedido de impeachment (AGÊNCIA CÂMARA, 2015).

de nós partido ou político só temos Deus na nossa FRENTE...". Fonte: base de dados composta de postagens da página do grupo, coletada através do *Netvizz* em 27/07/2016.

²⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=HHOThtV51w> . Acesso em 10/05/2017;

https://www.youtube.com/watch?v=zwNwiM_DFtQ . Acesso em 10/05/2017.

²⁸ https://www.facebook.com/pg/nasruas/about/?ref=page_internal . Acesso em 10/05/2017.

²⁹ https://www.youtube.com/watch?v=zwNwiM_DFtQ . Acesso em 10/05/2017.

³⁰ <http://nasruascontracorrupcao.blogspot.com.br/search?updated-max=2012-03-21T18:40:00-07:00&max-results=7&start=21&by-date=false> . Acesso em 10/05/2017.

³¹ <http://nasruascontracorrupcao.blogspot.com.br/2012/03/ocorreu-na-camara-municipal-de-sao.html> . Acesso em 10/05/2017.

³² https://www.youtube.com/watch?v=zwNwiM_DFtQ . Acesso em 10/05/2017.

³³ Ver, por exemplo, o grupo da organização no Paraná: <https://www.facebook.com/groups/nasruas.pr/> . Acesso em 10/05/2017.

³⁴ <https://www.facebook.com/events/438075403045843/> . Acesso em 10/05/2017.

Assim como o ROL, o NasRuas tem estrutura organizacional centralizada na liderança de Zambelli, que é a porta-voz do grupo³⁵, mas conta também com a atuação engajada de Dennis Heiderich, Valéria Andrade e Raquel Santana, além do apoio da jornalista Joice Hasselmann, ex-Veja³⁶. Andrade, Zambelli e Heiderich assinam as postagens na página. Parte dos líderes do NasRuas têm entre 40 e 50 anos. O NasRuas também se denomina apartidário³⁷, ainda que tenha manifestado apoio a deputados e ao então Presidente interino Michel Temer (com *hashtags* como #DeixaTemerTrabalhar), antes do julgamento do impeachment.

Movimento Brasil Livre

O MBL, por sua vez, foi fundado em setembro de 2013, após as Jornadas de Junho³⁸. Juliano Torres, Fábio Ostemann, Felipe França e Renan Santos foram os idealizadores da organização (GOBBI, 2016). Diferentemente dos outros grupos, a trajetória do MBL é mais recente e se sustenta sobre outra rede político-ideológica (ibidem). Parte de seus integrantes também participa da organização Estudantes pela Liberdade, que visa formar novos quadros que influenciem a política brasileira no espectro liberal conservador (ibidem). O MBL faz parte do campo político da juventude liberal conservadora no Brasil³⁹, que se articula com grupos liberais em universidades brasileiras, *think tanks*, organizações liberais, e também com iniciativas semelhantes politicamente fora do país (ibidem). O objetivo do MBL é de promover protestos e atuar institucionalmente na defesa de pautas como a privatização de estatais, a redução da maioria penal, o fim de cotas raciais e a redução da intervenção do Estado na economia e na esfera privada⁴⁰.

Diferentemente do ROL, NasRuas, MEB e VPR, o MBL é formado por jovens entre os 20 e 30 anos (ABRANTES, 2015; AZEVEDO, 2015a). Essa configuração impacta nas formas de comunicação nas mídias sociais da organização. O MBL, nesse sentido, destoa dos outros quatro grupos aqui analisados, e tem uma abordagem que

³⁵ <https://www.facebook.com/carlazambelli.nasruas> . Acesso em 10/05/2017.

³⁶ <https://www.facebook.com/142574502501122/posts/1099434150148481> . Acesso em 10/05/2017.

³⁷ <http://nasruascontracorrupcao.blogspot.com.br/2011/12/> . Acesso em 20/05/2017.

³⁸ O grupo argumenta que sua fundação é em 1 de novembro de 2014, porém a página do *Facebook* foi criada em 2013.

³⁹ <https://www.facebook.com/mblivre/videos/vb.204223673035117/384185298372286/?type=2&theater> . Acesso em 10/05/2017.

⁴⁰ <https://www.facebook.com/mblivre/videos/vb.204223673035117/384185298372286/?type=2&theater> . Acesso em 10/05/2017.

busca gerar paixão e engajamento da juventude brasileira⁴¹. A organização possui células em mais de 120 cidades (GOBBI, 2016), e mais de 150 líderes (VITÓRIA; AMARAL, 2015). O MBL se definia como apartidário em 2013 (DIAS, 2016), porém reviu essa posição em 2015 quando decidiu lançar candidatos nas eleições de 2016, como Fernando Holiday, eleito vereador de São Paulo.

O MBL é liderado por Kim Kataguiri, um jovem de 21 anos e estudante de Direito e ex-colunista da Folha de S. Paulo (TOLEDO, 2017). Além de Kataguiri, o microempresário Renan Santos e o estudante Fernando Holiday são as principais figuras públicas da organização (REBELLO, 2016). Antes da criação do MBL parte de seus futuros líderes, como Renan Santos, participaram das jornadas de junho (SANTOS, 2016), assim como ROL e NasRuas. A organização também realiza congressos desde 2015, com a participação de jornalistas como Reinaldo Azevedo e juristas como o Ministro do STF Gilmar Mendes (GIANNINI, 2016). O MBL convocou a "Marcha pela Liberdade" (AZEVEDO, 2015b), caminhada de São Paulo à Brasília pela abertura do impeachment, e o "Ocupa Brasília", acampamento na frente do Congresso Nacional que buscou pressionar Eduardo Cunha e os parlamentares a acatarem o pedido protocolado pelo grupo (ver anexo).

O arranjo organizacional do MBL define que a administração da página seja concentrada em lideranças dedicadas à atividade. Rafael Rizzo é, atualmente, o encarregado da área de comunicações do grupo, o que inclui publicar os conteúdos na página⁴². Danilo Geber também contribui, neste momento, na produção de conteúdos e "memes" para a página (REVERBEL, 2016).

Movimento Endireita Brasil

O Movimento Endireita Brasil foi fundado em 2006 (O ESTADO DE S.PAULO, 2016b), por cinco amigos, advogados e empresários, entre eles Ricardo Salles, Gastão de Souza Mesquita Filho, Roberto Pitaguari Germanos, André Germanos, Marcos Alcântara Machado e Antônio Velloso Carneiro (FOLHA DE S.PAULO, 2014; MACHADO, 2011). Rodrigo Neves⁴³, historiador, e Patrícia Bueno⁴⁴, advogada, são alguns dos administradores da página da organização no *Facebook*, que

⁴¹ <https://www.facebook.com/mblivre/videos/vb.204223673035117/384162848374531/?type=2&theater> . Acesso em 10/05/2017.

⁴² <https://www.facebook.com/rafael.a.rizzo.1> . Acesso em 10/05/2017.

⁴³ <https://www.facebook.com/rodrigonevesusp/> . Acesso em 10/05/2017.

⁴⁴ <https://www.facebook.com/patriciabuenobr/> . Acesso em 10/05/2017.

luta pela redução do Estado brasileiro e das cargas tributárias, e pela expansão de liberdades individuais, como a posse de armas por civis (BUENO, 2016; FOLHA DE S.PAULO, 2014; LIMA; AGOSTINE; VIRI, 2015). Em 2010, Salles disputou o cargo de deputado estadual por São Paulo, mas não se elegeu (MACHADO, 2011). Em 2014, ele foi secretário particular de Alckmin em sua campanha à reeleição (FOLHA DE S.PAULO, 2014).

Segundo Bueno (2016), "o Movimento Endireita Brasil surgiu justamente pra colocar pessoas de direita na política". A organização emprega a estratégia de lançar seus membros às disputas eleitorais, em combinação com a presença nas ruas, marcadamente a partir de 2014. Nesse sentido, as Jornadas de Junho também foram importantes para desencadear o processo de ressignificação do contexto político e das oportunidades de mobilização: "esse movimento [Jornadas de Junho] mostrou pra direita que era possível organizar manifestações. [...]. Acabou sendo, na verdade, o começo do resgate do Brasil" (BUENO, 2016).

O MEB se denomina apartidário (LIMA; AGOSTINE; VIRI, 2015), ainda que parte de seus membros sejam filiados a partidos ou pretendam ser (BRASIL DECIDE, 2014). Bueno participou da fundação do NOVO, e deseja candidatar-se às eleições a deputado federal (BUENO, 2016). O MEB organizou protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff (O ESTADO DE S.PAULO, 2016b), e também incentiva postos de gasolina a vender combustíveis descontando o valor dos impostos, como forma de protesto e promoção de engajamento nas pautas da organização (G1, 2015).

Os líderes do MEB têm entre 30 e 40 anos (MACHADO, 2011). Diferentemente das outras organizações, o combate à corrupção não é uma pauta de destaque nas entrevistas concedidas pelo grupo a veículos de imprensa ou mesmo na entrevista realizada com a autora (BUENO, 2016; MACHADO, 2011). A ênfase se sustenta na defesa de políticas econômicas liberais e neoliberais, assim como na redução da maioria penal e revogação do estatuto do desarmamento (BUENO, 2016; FOLHA DE S.PAULO, 2014). Ainda que membros da organização, como Ricardo Salles, defendam abertamente posições conservadoras, como a oposição ao casamento homoafetivo (FOLHA DE S.PAULO, 2014), a missão do grupo e suas pautas situam-se na defesa do liberalismo econômico. A estrutura organizacional do grupo é de baixa complexidade, de forma que não há evidências de capilaridade da organização pelo país, e a gestão da página no *Facebook* não é centralizada ou planejada (BUENO, 2016).

O VPR é a organização mais nova das quatro aqui analisadas. Foi fundado por empresários, em setembro de 2014 (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). Rogério Chequer e Colin Butterfield decidiram criar o grupo com a intenção de evitar a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016; OLIVEIRA, 2016). A previsível crise econômica, a política fiscal dos governos petistas, a inacessibilidade do sistema político e os escândalos de corrupção motivaram as duas lideranças a convocar protestos no mês das eleições naquele ano, ao aproveitar o clima de polarização, notícias desfavoráveis e queda da popularidade e favoritismo de Dilma (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016; OLIVEIRA, 2016). O VPR não defende publicamente pautas caracteristicamente conservadoras, como o fazem ROL e NasRuas. A organização afirma, em sua página, que luta contra a corrupção e pela ética na política, por um Estado desinchado, pela liberdade econômica e menos impostos. Ao mesmo tempo enfatizam que defendem valores republicanos e democráticos, e que são contra qualquer tipo de violência e extremismos⁴⁵.

A organização tem mais de 200 lideranças pelo país, 5.000 voluntários e está presente em, pelo menos, 25 estados (OLIVEIRA, 2016). A faixa etária dos membros da organização é mais elevada, em comparação com as lideranças do MBL (SCHREIBER, 2017). Os líderes Chequer, Butterfield e Adelaide Oliveira, coordenadora nacional, têm entre 40 e 50 anos (OLIVEIRA, 2016; SCHREIBER, 2016). Diferentemente das outras organizações, o VPR se declara suprapartidário, ou seja, não proíbe a filiação ou candidatura de membros, mas não forma alianças formais com partidos políticos (BBC BRASIL, 2016; BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016, p. 26). Ainda assim, o VPR defendeu a eleição de Aécio Neves (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016) e contou com o apoio de políticos do PSDB e Solidariedade para convocação dos protestos, além do apoio de Luciana Reale e seu pai, Miguel Reale, autor do pedido de impeachment acatado por Eduardo Cunha, em dezembro de 2015 (ibidem). A página da organização no *Facebook* é gerida principalmente por ativistas do VPR, as assessoras de imprensa Mari Botter e Helena Prado (ibidem).

Butterfield fez parte do Movimento Cansei!, que convocou protestos contra a "impunidade" e os "desmandos do governo", ainda na Gestão Lula (BUTTERFIELD;

⁴⁵ https://www.facebook.com/pg/VemPraRuaBrasil.org/about/?ref=page_internal . Acesso em 10/05/2017.

CHEQUER, 2016). A organização também se inspirou em avaliações do impacto das jornadas de junho para planejar os protestos contra a reeleição de Dilma (ibidem). Uma vez que Rousseff foi reeleita, o VPR foi a última organização, das cinco analisadas, a aderir à demanda pelo impeachment (ABRANTES, 2015).

Autonomia articulada: os protestos pelo impeachment

As cinco organizações analisadas participaram da organização dos principais protestos da campanha pelo impeachment de Rousseff: 15 de março de 2015, 12 de abril de 2015, 16 de agosto de 2015 e 13 de março de 2016 (ver anexo 1). Além destes grandes eventos, elas colaboraram em acampamentos, pequenas mobilizações, vigílias, protestos online, vídeos e manifestações nas mídias sociais (BUENO, 2016). Ainda assim, as diferenças entre as trajetórias, identidades, político-ideológicas, objetivos e visões de futuro das organizações são relevantes.

ROL⁴⁶ e NasRuas⁴⁷, os mais conservadores e próximos da extrema-direita entre os cinco, reivindicavam a anulação das eleições de 2014 e a convocação de um novo pleito. Ambas as organizações argumentavam que a vitória de Rousseff foi fraudada em urnas eletrônicas não confiáveis, também usadas na Venezuela. MBL, MEB e VPR (OLIVEIRA, 2016) não defenderam essa pauta, no entanto. Já em março de 2015, boa parte dos movimentos, com exceção dos que pediam intervenção militar, concordava em lutar pelo impeachment da então Presidente (ABRANTES, 2015). O VPR, grupo mais ao centro dos cinco analisados, definiu que aderiria apenas após a avaliação de juristas argumentando a existência de crime de responsabilidade. Por esse motivo, em 12 de abril o mote da organização era "Fora Dilma, dentro da lei" (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016, p. 114). O grupo nem mesmo acreditava que voltar às ruas no dia 12 fosse uma decisão acertada diante do curto tempo para engajamento e arrecadação de recursos (ibidem).

Apesar das diferenças, tanto nas estratégias, quanto na estrutura, perfil de líderes, objetivos e posição política, as cinco organizações, acompanhadas de grupos menores, comunicavam-se especialmente por *WhatsApp* (BUENO, 2016) para coordenar as atividades, dividir tarefas ligadas às logísticas dos protestos e demarcar a participação nos protestos pelo impeachment (BUENO, 2016; BUTTERFIELD;

⁴⁶ <https://revoltadosonline.blogspot.com.br/2014/11/fraude-da-urnas-eletronicas-anulacao-da.html> . Acesso em 10/05/2017.

⁴⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=HHOTthtV51w> . Acesso em 10/05/2017.

CHEQUER, 2016). Em São Paulo, onde a adesão da população era maior em números absolutos e onde as organizações têm suas sedes, estas repartiam a Avenida Paulista e regiões adjacentes, preservando suas identidades organizacionais, porém unificados pela pauta da saída de Rousseff (BUENO, 2016; OLIVEIRA, 2016).

Os grupos com maior capilaridade pelo país, como vimos, são MBL e VPR. No entanto, o último contou com mais recursos e maior equipe nas cidades participantes, de modo que Patrícia Bueno (2016) afirma, em entrevista, que o VPR foi a organização que ofereceu sustentação logística para que os protestos atingissem a dimensão observada, chegando a fazer protesto em mais de 500 cidades (OLIVEIRA, 2016). Vale ressaltar que a atuação dos cinco grupos não se restringiu aos protestos de rua no Brasil e no exterior, mas se estendeu à pressão sobre parlamentares e instituições, petições online e até mesmo protestos fora do país (KATAGUIRI, 2016; OLIVEIRA, 2016). Diante do contexto político devastador, especialmente para o PT e Dilma, as ações das organizações nas diversas frentes, ainda que não fossem meticulosamente articuladas em conjunto, complementavam-se em dar fôlego à onda de protestos.

Capítulo 3 - Os enquadramentos do impeachment de Dilma Rousseff: resultados empíricos

Este capítulo discorre sobre a execução e os resultados da análise de conteúdo das postagens nas páginas públicas oficiais das cinco organizações que são o objeto de estudo desta dissertação. A primeira seção mostra tabelas geradas a partir dos dados secundários obtidos na base de dados, elucidando os usos das páginas pelas cinco organizações. A segunda seção apresenta a operacionalização da codificação dos dados, que empregou categorias semânticas para desvendar os enquadramentos produzidos pelos grupos. Esta seção também traz a análise léxica do conteúdo das mensagens e os resultados da análise de conteúdo. Por fim, a terceira e quarta seções reúnem os argumentos analíticos deste estudo, por organização e comparativamente.

Práticas contenciosas nas páginas do Facebook: as postagens e os enquadramentos de ação coletiva

O *Facebook* é uma mídia social que disponibiliza múltiplos recursos de geração de conteúdo às organizações da sociedade civil que o incorporam em suas rotinas. As páginas na plataforma, mais especificamente, permitem postar fotos, vídeos e textos que podem ser exibidos indefinidamente para qualquer usuário que as acesse, exceto quando as mensagens são apagadas ou removidas. MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR utilizaram suas páginas combinando elementos visuais e textuais em suas postagens, além de compartilharem conteúdo externo às páginas ou ao próprio *Facebook*.

Antes de apresentarmos o resultado da análise de conteúdo das postagens nas páginas, que foi a principal técnica de tratamento dos dados obtidos no *Netvizz*, compilamos dados agregados sobre os tipos de postagem, sobre os conteúdos externos que elas reproduziam e sobre os números de postagem e engajamento de usuários nas páginas, por mês, no período da campanha pelo impeachment. Estes dados secundários, que fazem parte da base de dados coletada, já indicam similaridades e diferenças nos usos das páginas oficiais do *Facebook* pelas cinco organizações, que somam-se aos achados da análise de conteúdo. É importante trazer estes resultados para dimensionar a diversidade de práticas contenciosas nesta plataforma, reforçando o argumento de que o determinismo tecnológico não dá conta de explicá-las.

A tabela 2, abaixo, mostra que o compartilhamento ou transmissão de vídeos, fotos e a publicação de textos com conteúdos externos são os modos mais recorrentes de interação e construção de mensagens por estas organizações.

Tabela 2. Tipos de postagem, por organização (%) - novembro de 2014 a agosto de 2016

Tipo	MBL	MEB	NasRuas	ROL	VPR
Evento	1.0%	0.5%	0.4%	0.8%	0.9%
Link	24.9%	47.8%	16.9%	46.5%	27.2%
Foto	51.9%	36.1%	53.1%	30.6%	52.9%
Status	1.8%	3.6%	3.4%	1.5%	4.8%
Vídeo	20.4%	12.0%	26.2%	20.6%	14.3%
Total	12814	4431	10362	14170	3944

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados pelo *Netvizz* nas páginas públicas de cada organização, em 27 de julho e 19 de outubro de 2016.

As organizações frequentemente reproduzem reportagens, colunas de opinião, vídeos e imagens de veículos da grande imprensa brasileira (ver tabelas 3 a 7). Entretanto, também observamos a repercussão de sites alternativos de notícia, predominantemente situados no mesmo campo político ideológico, à direita, quando comparados com outros veículos alternativos⁴⁸ como os portais Brasil247 e VioMundo. Abaixo mostramos os principais domínios (ou *domain*, em inglês) compartilhados nas cinco páginas.

Tabela 3. Principais *sites* mencionados nas postagens com links - MBL - novembro de 2014 a agosto de 2016 (% do total de postagens analisadas)

Domínio do site	Tipo de site	Porcentagem
Lucianoayan	Site pessoal	5.0%
Jornalivre	Portal alternativo	2.4%
Estadao	Portal de notícias	2.1%
veja.abril	Portal de notícias	2.0%
mbl.org	Organização	1.7%
Facebook	Mídia social	1.3%
folha.uol	Portal de notícias	1.1%

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados pelo *Netvizz* nas páginas públicas de cada organização, em 27 de julho e 19 de outubro de 2016.

⁴⁸ Chamamos estes portais de veículos alternativos para diferenciá-los da grande mídia, como portais dos jornais Folha de S. Paulo e Estadão.

Tabela 4. Principais *sites* mencionados nas postagens com links - MEB - novembro de 2014 a agosto de 2016 (% do total de postagens analisadas)

Domínio do site	Tipo de site	Porcentagem
veja.abril	Portal de notícias	5.2%
folha.uol	Portal de notícias	4.7%
Estadao	Portal de notícias	3.5%
g1.globo	Portal de notícias	3.0%
oglobo.globo	Portal de notícias	1.9%
Oantagonista	Portal de notícias	1.4%
Spotniks	Portal alternativo	1.3%

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados pelo *Netvizz* nas páginas públicas de cada organização, em 27 de julho e 19 de outubro de 2016.

Tabela 5. Principais *sites* mencionados nas postagens com links - NasRuas - novembro de 2014 a agosto de 2016 (% do total de postagens analisadas)

Domínio do site	Tipo de site	Porcentagem
veja.abril	Portal de notícias	2.4%
folha.uol	Portal de notícias	1.1%
Estadao	Portal de notícias	1.1%

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados pelo *Netvizz* nas páginas públicas de cada organização, em 27 de julho e 19 de outubro de 2016.

Tabela 6. Principais *sites* mencionados nas postagens com links - ROL - novembro de 2014 a agosto de 2016 (% do total de postagens analisadas)

Domínio do site	Tipo de site	Porcentagem
Folhapolitica	Portal alternativo	25.4%
Correiodopoder	Portal alternativo	4.8%
Politicarede	Portal alternativo	4.2%
Gazetadasemana	Portal alternativo	1.7%
veja.abril	Portal de notícias	1.4%
Gazetasocial	Portal alternativo	1.0%

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados pelo *Netvizz* nas páginas públicas de cada organização, em 27 de julho e 19 de outubro de 2016.

Tabela 7. Principais *sites* mencionados nas postagens com links - VPR - novembro de 2014 a agosto de 2016 (% do total de postagens analisadas)

Domínio do site	Tipo de site	Porcentagem
Oantagonista	Portal de notícias	6.2%
Estadao	Portal de notícias	4.2%
veja.abril	Portal de notícias	3.0%
g1.globo	Portal de notícias	2.6%
folha.uol	Portal de notícias	2.0%
mapa.vemprarua.net	Organização	1.8%
oglobo.globo	Portal de notícias	1.4%

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados coletados pelo *Netvizz* nas páginas públicas de cada organização, em 27 de julho e 19 de outubro de 2016.

As tabelas acima apresentam porcentagens dos principais domínios reproduzidos nas páginas das cinco organizações, a partir do total de mensagens coletadas para cada organização. Com exceção do NasRuas, os domínios mencionados nas tabelas 3 a 7 somam entre 15% e 40% do total das postagens de cada grupo coletadas. Há dezenas de outros domínios citados que não foram incluídos nas tabelas, o que indica a assimetria entre a importância das fontes, assim como a relevância de conteúdos externos para que os enquadramentos fossem construídos. A estratégia de replicar, com frequência, portais de notícia ou sites alternativos pode estar relacionada ao ritmo de mudanças no contexto político, com as constantes novidades na operação Lava Jato. Uma vez que as denúncias atingiam o PT e o núcleo do governo Dilma, os eventos da investigação reportados pela imprensa e portais corroboravam os enquadramentos elaborados pelas organizações.

ROL e MBL foram as organizações que mais privilegiaram veículos alternativos ao reproduzir conteúdos externos. Os outros três grupos compartilharam, com maior frequência, conteúdo produzido por veículos como a Revista Veja e os jornais Folha de S. Paulo e Estadão (ver tabelas 3 a 7). Para todas as organizações, a Revista Veja é referência importante. De acordo com as descrições de suas respectivas páginas no *Facebook*, os portais Folha Política⁴⁹, Gazeta Social⁵⁰, Política na Rede⁵¹ e Correio do Poder⁵² são administrados pela RFA - Raposo Fernandes Associados, que também mantém a página do grupo MCC- Movimento Contra Corrupção⁵³. Dessa maneira, o MCC e suas lideranças parecem figurar como um *hub* de produção de conteúdo com os

⁴⁹ https://www.facebook.com/pg/FolhaPolitica/about/?ref=page_internal . Acesso em 07/05/2017.

⁵⁰ https://www.facebook.com/pg/PortalGazetaSocial/about/?ref=page_internal . Acesso em 07/05/2017.

⁵¹ https://www.facebook.com/pg/PortalPoliticanaRede/about/?ref=page_internal . Acesso em 07/05/2017.

⁵² https://www.facebook.com/pg/CorreiodoPoder/about/?ref=page_internal . Acesso em 07/05/2017.

⁵³ https://www.facebook.com/pg/MovimentoContraCorrupcao/about/?ref=page_internal . Acesso em 07/05/2017.

quais as cinco organizações analisadas se identificam. Esta informação também é corroborada pela entrevista com Patrícia Bueno (2016), na qual afirma que o MCC funciona primordialmente como uma agência de comunicação, e menos como uma organização da sociedade civil. Ernani Fernandes, um dos fundadores do MCC, por sua vez, afirma:

"Entre as motivações [para a criação do MCC], podem-se citar várias: a constatação do estado deletério do cenário político brasileiro coetâneo, a percepção do caráter tendencioso dos meios de comunicação, aventando a necessidade de uma forma de divulgação de informações isenta [...], a urgência de meios de divulgação, para o cidadão comum, de direitos, materiais legais e deveres, a necessidade de promoção de estudos focados, a necessidade de um meio livre para denúncias de corrupção".⁵⁴

Entre os apresentadores dos vídeos do canal do Youtube Ficha Social⁵⁵, veiculados no portal Folha Política, estão Kim Kataguirí, Alexandre Frota e João Vitor de Almeida Lima, o João Revolta, fundador do canal de Youtube TV Revolta⁵⁶. Trechos de vídeos do MBL, ROL e NasRuas também são frequentemente exibidos ao final de vídeos do Ficha Social veiculados no portal Folha Política. O canal Ficha Social⁵⁷ e o TV Revolta⁵⁸ também são administrados pela RFA. Todos estes veículos alternativos à grande mídia exibiram notícias sobre escândalos de corrupção, manifestações pelo impeachment e notícias negativas sobre o governo Dilma Rousseff. Patrícia Bueno declara, pensando em suas táticas de produção de conteúdo na página oficial do *Facebook*, que era importante reproduzir "notícias que a gente gosta, de temas mais parecidos. Na verdade é um recurso de discurso que a gente vem fazendo" (BUENO, 2016).

Ao detalharmos quais são as principais referências de conteúdo e notícia tomadas pelas cinco organizações analisadas, é possível identificar a formação do campo político-ideológico à direita, do qual as cinco organizações fazem parte, assim como a heterogeneidade de táticas empregadas por elas. No processo de *framing*, todas elas se apoiam na credibilidade de algum veículo de imprensa tradicional, porém ROL e

⁵⁴ <http://www.contracorrupcao.org/2013/05/por-que-lutar-contracorrupcao.html> . Acesso em 07/05/2017.

⁵⁵ <https://www.youtube.com/user/fichasocial/playlists> . Acesso em 07/05/2017.

⁵⁶ <https://www.youtube.com/user/canaltrvrevolta> . Acesso em 07/05/2017.

⁵⁷ https://www.facebook.com/pg/canalfichasocial/about/?ref=page_internal . Acesso em 07/05/2017.

⁵⁸ https://www.facebook.com/pg/tvrevolta/about/?ref=page_internal . Acesso em 07/05/2017.

MBL implementaram a tática de fomentar o fortalecimento de portais com os quais se identificam, seja por julgar que os veículos tradicionais são parciais ou injustos, e/ou por entender que é importante criar novos espaços de disputa por narrativas. Já MEB e VPR se amparam, recorrentemente, em veículos tradicionais, mas também incorporam nas postagens conteúdo d'*O Antagonista*, portal liderado pelos ex-Veja e "de direita" Diogo Mainardi e Mario Sabino⁵⁹. Fica explícita a estratégia das organizações em reproduzir as notícias que discutem as demandas defendidas por elas, ou que oferecem evidências que corroboram o trabalho significador desenvolvido por elas. Ainda assim, elas o fazem a partir de objetivos distintos - como discutimos no capítulo anterior - o que se desdobra em táticas diferentes.

Agora que discutimos brevemente o que são as postagens e quais são os conteúdos externos que elas reproduzem, exploramos, a seguir, o *conteúdo* destas mensagens, que é o foco principal desta dissertação. Até aqui, vimos que, mesmo diante de um contexto político que influenciou as performances comunicativas destas organizações, as suas práticas no *Facebook* variaram, em alguma medida. As análises léxica e de conteúdo das postagens reforçam este achado, e também explicitam as similaridades - que também estão presentes - entre os enquadramentos construídos pelos grupos.

O processo de codificação: aprendendo com os dados

O processo de coleta, leitura e codificação das postagens foi marcado por tentativas, erros e imprevistos, e pela descoberta de quem eram esses grupos e de como elaboravam suas performances comunicativas e seus enquadramentos. A partir de uma abordagem que olha para as práticas das organizações, tomamos os enquadramentos nas postagens dos cinco grupos como fenômenos - pouco conhecidos - que oferecem a oportunidade de propor novas conexões entre conceitos.

Para compreender os resultados da análise de conteúdo, é crucial detalhar *como* ela foi executada. A técnica de análise das postagens coletadas nas páginas oficiais e públicas do *Facebook* do MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR foi a análise de conteúdo. Optamos pela análise de conteúdo temática, a partir de categorias semânticas (BARDIN, 2012, p. 147). Ou seja, os "nós" (as categorias de diferenciação, na terminologia de análise de conteúdo) foram instrumentos analíticos que sintetizaram os

⁵⁹ <http://www.oantagonista.com/sobre> . Acesso em 10/05/2017.

sentidos específicos encontrados nas mensagens (ver tabelas 8 a 13). O *corpus* de análise foi a amostra aleatória de 4.574 postagens (para mais detalhes da coleta, ver anexo metodológico). A base de dados obtida contém apenas as mensagens postadas pelas próprias páginas, ou seja, enviadas das contas de administradores, sejam mensagens digitadas pelos administradores ou mensagens de outrem compartilhadas por eles no perfil de cada organização.

A unidade de análise correspondeu a cada mensagem enviada, incluindo imagens, vídeos ou *links* para páginas externas. Já a "unidade de registro" (ibidem) correspondeu ao(s) tema(s) encontrado(s) nas postagens, que podiam formar uma frase, um fragmento de frase ou um conjunto de frases (ver exemplo na página 65). Buscou-se, portanto, os "núcleos de sentido" (idem, p. 135) nas postagens e nos seus conteúdos. As unidades de análise - cada mensagem - foram codificadas em uma ou mais categorias semânticas (ver tabelas 8 a 13). As unidades de registro - cada tema, como 'corrupção' ou 'impunidade' - eram identificadas na leitura, e toda a postagem era selecionada manualmente. Depois de selecionada, a mensagem era codificada no nó com o nome daquela categoria semântica, cuja definição abrangia o tema identificado na leitura. O processo de criação de cada categoria semântica buscou que não houvesse ambiguidade interna entre as suas definições, de modo que fossem mutuamente excludentes, homogêneas e pertinentes (idem, p. 149; 150). Ou seja, o esforço pretendeu evitar criar categorias semânticas com significados duplicados ou muito próximos, o que poderia fragmentar os resultados e prejudicar a confiabilidade da análise. Ao final do processo de codificação, a autora revisitou os 10 nós mais recorrentes, para checagem da codificação.

De toda a base de dados que é gerada nas buscas realizadas no aplicativo *Netvizz*, apenas a coluna que corresponde à mensagem foi categorizada. No entanto, todo o conteúdo visual adjacente e disponível⁶⁰ foi observado e analisado. O *software* de análise qualitativa utilizado foi o *NVivo* versão 10. O processo de codificação durou 38 dias. Foram criados nós abrangentes, a partir da literatura de *framing*, inspirados na definição das *tarefas* dos enquadramentos (diagnósticos, prognósticos e motivacionais) (ver tabela 8). Enquadramentos diagnósticos, mais especificamente, podem identificar problemas e/ou culpados, por isso optamos em dividir o nó 'enquadramento diagnóstico'

⁶⁰ Em virtude da remoção da antiga página do ROL, os conteúdos que estavam hospedados nela não puderam ser analisados. Esta é uma limitação que gerou a subcodificação da base de dados desta organização.

nos nós 'condições de injustiça' e 'culpados' (ver tabela 9). Por fim, em um segundo nível de análise, criamos nós específicos, que correspondem às categorias semânticas, construídas indutivamente (ver tabelas 10 a 13).

Tabela 8. Descrição dos nós guarda-chuva

Nó	Descrição
Enquadramento diagnóstico	Unidades de referência que contêm a identificação ou ênfase em situações, ações, decisões, acontecimentos, ou resultados considerados insatisfatórios, intoleráveis ou reprováveis; ou a identificação de responsáveis ou culpados por problemas específicos ou generalizantes.
Enquadramento prognóstico	Unidades de referência que contêm a identificação de soluções para condições de injustiça ou são meio necessário para a chegada às soluções.
Enquadramento motivacional	Unidades de referência que contêm a apresentação de apelos ou expressões que visam engajar em ações do movimento, despertar indignação, insatisfação, vergonha, repulsa, orgulho, ou reafirmação de identidades.

Fonte: elaborada pela autora, com base em Benford e Snow (2000).

Tabela 9. Nós de enquadramento diagnóstico

Nó	Descrição
Enquadramento diagnóstico//Condições de injustiça	Unidades de referência que contêm a identificação dos problemas ou condições de justiça específicos.
Enquadramento diagnóstico//Culpados	Unidades de referência que contêm a identificação dos responsáveis ou culpados.

Fonte: elaborada pela autora, com base em Benford e Snow (2000) e Gamson (1992).

A análise de conteúdo realizada seguiu as lógicas indutiva e dedutiva, em diferentes fases da codificação. Os nós estabelecidos de forma dedutiva foram '*enquadramentos diagnósticos*', '*enquadramentos prognósticos*' e '*enquadramentos motivacionais*' (ver tabela 8), além dos nós '*condições de injustiça*' e '*culpados*' (ver tabela 9). Os nós temáticos específicos (ver tabelas 10 a 13) foram construídos ao longo do próprio processo de codificação (BARDIN, 2012, p. 149; LINDEKILDE, 2014, p. 213), uma vez que o objeto de análise é pouco conhecido pela literatura de movimentos sociais e que o foco desta dissertação privilegia entender as práticas das organizações nas mídias sociais.

O número de nós que identificavam culpados específicos - como 'Lula' ou 'Cunha' - foi muito alto, por isso criamos novos nós após a finalização da categorização, para facilitar a descrição e análise dos dados (ver tabela 10). Quando as mensagens atribuíam culpa a agentes secundários na argumentação das organizações, como citações tangenciais e pouco frequentes de empresários, autoridades ou envolvidos em

investigações judiciais ou escândalos, não foram criados novos nós para identificar estes personagens. Este foi o único critério analítico de exclusão implementado. Quanto às categorias temáticas de 'condições de injustiça', de 'enquadramentos prognósticos' e de 'enquadramentos motivacionais', a codificação visou à exaustão das falas dos autores dos textos e conteúdos adjacentes. Ou seja, a cada novo problema, solução ou gatilho motivacional encontrado nos textos, novos nós eram criados.

Tabela 10. Nós de enquadramentos diagnósticos - Culpados

Nó
Aliados de Dilma, Lula, PT ou Governo
Dilma
Governo
Janot
Lula
Ministros do STF
Outros culpados
PT ou Petismo
STF

Fonte: elaborada pela autora.

Todos os 4.574 *posts* foram analisados pela autora. A amostra contém 1.282 mensagens do MBL, 443 do MEB, 1.036 do NasRuas, 1.418 do ROL e 395 do VPR. Cada conteúdo foi lido ou assistido pelo menos uma vez, e categorizado até que todos os significados pertinentes às perguntas de pesquisa desta dissertação fossem atribuídos a algum dos nós existentes, ou que fosse criado um novo nó para contemplá-lo (observando o critério de exclusão mencionado). Analisamos os trechos de falas dos autores que definem sequências de eventos, situações, ideias ou personagens como *problema*, *agente responsável*, *solução* ou *gatilho motivacional* (BENFORD; SNOW, 2000).

Foram categorizados tanto os textos e/ou falas presentes na própria postagem no *Facebook*, como as falas ou textos que compunham conteúdos compartilhados ou com os quais as organizações denotavam concordar nos fragmentos textuais das mensagens. Vídeos, reportagens, imagens ou textos compartilhados nas mensagens da amostra foram também lidos, assistidos e analisados, portanto. Essa estratégia foi adotada considerando a natureza do processo de *framing* no *Facebook* dessas organizações, que é interconectado e que interage com outras arenas da *web*. Como mostramos na seção anterior, parte das postagens continha algum conteúdo externo, o que caracteriza uma

tática das organizações para tornar atrativas suas páginas ao público que as acompanhavam, e para reforçar seus argumentos (BUENO, 2016).

As tabelas a seguir detalham as principais categorias semânticas elaboradas no processo de codificação. Descrevemos apenas as categorias atribuídas a, pelo menos, 1% de toda a amostra. A tabela 11 contém as definições das categorias semânticas de problemas, ou condições de injustiça (GAMSON, 1992). Já a tabela 12 elenca as soluções demandadas, e a tabela 13, os apelos motivacionais direcionados a engajar os seguidores das páginas.

Tabela 11. Nós de enquadramentos diagnósticos - Condições de injustiça

Nó	Descrição
Agressividade, violência ou radicalismo da esquerda	Ameaças, ofensas verbais, físicas, ou à imagem e reputação de pessoas ou grupos.
Aparelhamento estatal ou partidarização de instituições	Tomada de instituições, processos ou decisões institucionais para benefício ou interesse de partidos ou membros de partidos.
Apatia ou alienação política	Pouco engajamento ou conhecimento da população sobre política, políticos e suas ações.
Autoritarismo, totalitarismo, fascismo ou ditadura bolivariana (apoio ou ações)	Atitudes, propostas ou projetos que restringem liberdades ou são antidemocráticas ou antirrepublicanas. Apoio a regimes ditatoriais.
Corrupção, roubo ou bandidagem (ou apoio a corruptos)	Desvio de verbas, propina, 'caixa 2', roubo em sentido amplo, formação de quadrilha, enriquecimento ilícito. Apoio a corruptos ou corruptores.
Críticas ou ataques à Lava-jato	Questionamentos, críticas públicas, medidas judiciais que se oponham aos trâmites da Lava-jato ou autoridades responsáveis.
Deterioração da economia	Desemprego, inflação, recessão, preços altos, queda do poder de compra ou perda de valor de empresas.
Estelionato ou manipulação eleitoral	Falsas promessas, apresentação de dados incorretos, atraso de reformas impopulares.
Falta de apoio popular ou institucional	Falta de suporte ou legitimidade de eleitores, autoridades ou aliados políticos.
Fraude eleitoral	Urnas fraudadas, votos alterados, falhas no processo eleitoral.
Golpe institucional ou desvio de finalidade	Uso de regras ou prerrogativas para benefício próprio ou para desvirtuamento do arranjo entre poderes ou da função ou natureza de instituições.
Impunidade, demora ou obstrução da justiça	Crimes impunes ou de punição incompatível, atraso de punições ou investigações, prescrição de crimes, manobras para fugir ou deixar fugir de punições ou investigações.
Incapacidade de expressão ou articulação pública, inaptidão para a gestão	Discursos pouco claros, ideias pouco articuladas ou incompreensíveis, falta de habilidades políticas ou de gestão.
Incompetência ou imoralidade de ou dos políticos	Decisões incorretas, má atuação política, comportamentos reprováveis ética ou moralmente.

Intervenção estatal, governamental ou sindical; estatização	Excesso de intervenção ou centralidade do Estado, governo ou sindicatos. Atribuição de mais responsabilidades ao Estado.
Má gestão, aumento de gastos ou impostos, mau uso dos recursos públicos	Gastos incompatíveis, desnecessários, ou excessivos. Aumento ou criação de tributos. Fraudes contábeis ou administrativas, improbidade.
Mentiras, ilusão ou manobras	Falsas informações, dados manipulados, argumentos incorretos ou exagerados.
Militância, apoio ou votos comprados	Pagamento de recursos, favores ou distribuição de cargos a militantes ou aliados políticos.
Parcialidade ou tendenciosidade da mídia	Distorção de fatos, pouca cobertura ou privilégio a veicular ações e falas de atores de esquerda em detrimento da direita.
Patrulha ou doutrinação ideológica	Cerceamento de opiniões discordantes, formação de militância de esquerda em espaços educacionais.
Socialismo, comunismo ou esquerda	Projetos, ideias, governos, políticas ou estereótipos socialistas, comunistas ou de esquerda.
Violência generalizada	Altos índices de mortes ou crimes de agressão, crimes cruéis.

Fonte: elaborada pela autora.

Tabela 12. Nós de enquadramentos prognósticos

Nó	Descrição
Anulação da eleição	Invalidação do pleito de 2014.
Renúncia de Dilma	Saída voluntária da então Presidente Dilma.
Redução do Estado ou de gastos	Corte de gastos, ministérios, cancelamento de despesas.
Fim ou extinção do Foro de São Paulo	Fechamento do grupo e ações do Foro de São Paulo.
Liberalismo econômico	Medidas de privatização, livre comércio e iniciativa privada.
Corruptos, assassinos ou ladrões na cadeia	Prisão de criminosos, independente de quem sejam.
Democracia liberal, liberdades individuais	Defesa de liberdades de expressão, associação, defesa própria, escolha sem intervenção estatal.
Extinção ou fim do PT	Fim da legenda e de seu legado ou projeto.
Fora Lula	Saída de Lula da política e de cargos.
Prisão de Dilma	Encarceramento de Dilma.
Prisão de Lula	Encarceramento de Lula.
Fora PT	Saída do PT da política e de cargos.
Impeachment, Fora Dilma	Saída de Dilma da Presidência.

Fonte: elaborada pela autora.

Tabela 13. Nós de enquadramentos motivacionais

Nó	Descrição
Apelo econômico	Menção aos gastos mais altos ou mau uso do dinheiro que pertence ao usuário que lê a mensagem.
Apelo moral, familiar ou religioso	Uso de expressões ou palavras que despertem consciência moral, ética ou religiosa, ou que associem problemas e soluções ao bem-estar das famílias ou da família do usuário que lê a mensagem.
Apelo nacionalista	Incentivo a sentimentos de vergonha, orgulho,

	tristeza ou esperança pela pátria ou nação. Chamada à luta pelo bem do país.
Apoio a deputados, partidos ou políticos	Mensagens positivas ou de suporte a ações ou a personagens políticos.
Apoio a jornalistas ou personalidades	Mensagens positivas ou de suporte a ações ou a celebridades, formadores de opinião, outros ativistas ou jornalistas.
Apoio à polícia, autoridades, juízes ou à Lava Jato	Mensagens positivas ou de suporte a ações ou a servidores públicos como policiais, procuradores, juízes, investigadores ou operações policiais.
Caráter democrático, pacífico e popular das mobilizações	Destaque para a natureza ordeira, pacífica, de cunho amplamente popular (em oposição ao argumento de que os protestos eram da elite) e democrático das ações promovidas pelas organizações.
Evidências da adesão às mobilizações	Vídeos, fotos ou relatos que demonstrassem a participação de ativistas e manifestantes nas ações promovidas pelas organizações.
Hipocrisia ou contradições da esquerda ou apoiadores	Demonstração de inconsistências nos argumentos ou ações da esquerda ou de seus aliados, de maneira a deslegitimar argumentos ou posições.
Pressão em instituições, partidos, políticos ou outros	Cobrança explícita de ações ou posicionamento de instituições, partidos, políticos ou envolvidos em etapas do processo de impeachment, de ações judiciais ou de tramitação de leis de interesse da organização.
Ridicularização da esquerda ou apoiadores	Uso de humor, ironia ou sátira para caracterizar personagens ou grupos de esquerda, ou seus aliados.
Senso de urgência, necessidade ou 'basta!'	Uso de expressões que manifestem a necessidade, importância, urgência ou intolerância a continuidade ou interrupção de ações ou processos que a organização critica ou apoia, respectivamente.

Fonte: elaborada pela autora.

O objetivo da técnica de análise escolhida, a análise de conteúdo das postagens e dos conteúdos adjacentes incorporados, foi de decompor as mensagens em blocos (LINDEKILDE, 2014, p. 208) de unidades de significação. No exemplo a seguir, demonstramos como um texto postado na página do *Facebook* da organização NasRuas foi codificado:

"Desde janeiro, 250 concessionárias fecharam as portas. A previsão é que 800 lojas venham à falência até dezembro, se isso não é crise, nada é. #crise #ForaDilma"⁶¹.

A unidade de registro identificada no trecho em azul foi categorizada no nó 'enquadramento diagnóstico' e em seguida no nó 'condições de injustiça'. Posteriormente, a unidade foi categorizada no nó de 'deterioração da economia'. A unidade do trecho em alaranjado foi categorizada no nó 'enquadramento prognóstico' e

⁶¹ <https://www.facebook.com/142574502501122/posts/823930244365541> . Acesso em 07/05/2017.

no nó de '*impeachment, fora Dilma*'. A estratégia da organização, nessa mensagem, foi associar o *problema* da crise econômica com a *solução* da saída de Rousseff do cargo. As organizações foram comparadas com base na presença ponderada de cada nó nas postagens. Os resultados mostrados na seção seguinte dizem respeito apenas aos enquadramentos recorrentes em mais de 1% de toda a amostra. Este critério foi adotado visando simplificar e resumir os dados com clareza e objetividade.

Como as postagens poderiam ser categorizadas em mais de um nó, a densidade⁶² de codificação de cada mensagem variou sensivelmente entre as organizações. O número de nós atribuídos foi de 72 a 209. A maioria dos nós criados pertencia ao nó 'enquadramentos diagnósticos' e aos nós 'condições de injustiça' e 'culpados'. A ampla variedade de enquadramentos produzidos pode gerar fragmentação das narrativas, todavia, no caso da campanha pelo impeachment, esta estratégia parece não ter fragilizado o trabalho significador das organizações. As mensagens tiveram entre um e trinta nós atribuídos a elas, aproximadamente, dependendo do número de problemas e culpados apontados em textos mais longos, considerando o contexto e o escopo da operação Lava Jato, que investiga dezenas de pessoas (OLIVEIRA; VELASCO, 2017). Esta conjuntura, de uma complexa e longa investigação policial, ajuda a explicar o alto número de nós atribuídos às postagens de parte das organizações.

A seguir, apresentamos os resultados empíricos das análises léxica e de conteúdo. Primeiramente, resumimos os resultados da análise léxica de todas as postagens coletadas, por organização. As nuvens de palavras foram compiladas no software *Nvivo*, que contabiliza a frequência de palavras registradas textualmente nas postagens (ver figuras 2 a 6). Foram excluídas pela autora preposições, advérbios, conjunções e caracteres numéricos que não portavam significado quando desacompanhados das frases em que foram utilizados. Todas as organizações utilizaram suas páginas para definir problemas, culpados, soluções e para realizar apelos motivacionais, como indicarão os resultados do processo de codificação. Entretanto, podemos observar, nas nuvens de palavras do MBL, NasRuas e ROL, que as menções aos próprios grupos foram as palavras mais recorrentes nas postagens coletadas. As figuras evidenciam que as páginas dos três grupos são como vitrines onde as organizações advogam papel de protagonismo na campanha e nas disputas políticas em que se engajam. As páginas no *Facebook* podem ser fundamentalmente, para estas

⁶² Densidade de codificação, no *NVivo*, é o número de nós atribuídos a cada segmento de texto.

organizações, arenas de engajamento de adeptos ('ajude', 'participe', 'doe', 'curta', 'juntos') e de afirmação política (pedindo o impeachment e marcando a oposição ao PT, Dilma e Lula). Também podem ser espaço de construção da relevância das organizações na convocação das mobilizações pelo impeachment (com os pedidos de doação, e as evidências de presença nas ruas), com a criação de eventos e compartilhamento de notícias que corroborem suas visões, informem e mobilizem para etapas do processo de impeachment.

Já MEB e VPR empregaram táticas relativamente distintas: para o primeiro a página no *Facebook* foi primordialmente arena de identificação de problemas ou situações entendidas pelo grupo como intoleráveis, e de desconstrução da imagem dos "outros": a esquerda, o socialismo, Lula, PT e Dilma. O segundo, por sua vez, utilizou a página recorrentemente para mobilização de protestos de rua (como indica o tamanho das palavras 'praça', 'matriz' e 'avenida', referências presentes nas postagens que divulgavam o endereço das mobilizações pelo Brasil). O VPR também chamou manifestações por telefone ou online, no e-mail e páginas do *Facebook* de autoridades (com o auxílio do Mapa do Impeachment, um dos sites mais reproduzidos na página) que eram encarregadas de tomar decisões que diziam respeito ao julgamento de contas de Dilma ou ao seu pedido de impeachment (OLIVEIRA, 2016). O site mapa.vemprarua.net foi uma das iniciativas do VPR para acompanhar e reproduzir as declarações de votos dos parlamentares no processo, assim como para divulgar os canais de comunicação para que seus seguidores pudessem pressioná-los a votar em favor do afastamento da então Presidente (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016; OLIVEIRA, 2016).

Figura 4. Nuvem de palavras com as principais ocorrências nos textos escritos coletados da página do NasRuas - novembro de 2014 a agosto de 2016



Fonte: Dados coletados pela autora no aplicativo *Netvizz*, no dia 19 de outubro de 2016.

Figura 5. Nuvem de palavras com as principais ocorrências nos textos escritos coletados da página do ROL - novembro de 2014 a agosto de 2016



Fonte: Dados coletados pela autora no aplicativo *Netvizz*, no dia 27 de julho de 2016.

ações do ministro, critica aliados e membros do PT, atribui culpa ao partido pela situação do país e ressignificam a herança dos 13 anos do PT no poder. O MBL ainda demarca a sua posição política liberal, ao defender a propriedade privada.

Exemplo de postagem - MBL

"Seguindo o critério de cinismo, principal característica do PT nos últimos dias, o ministro da justiça, Eduardo Cardozo, pediu para que manifestantes não fizessem uma ação de ódio nesse domingo. Estou curioso, ministro, onde o senhor estava quando a militância petista agrediu os manifestantes naquele evento da Petrobras? Onde o senhor está quando a turma do Passe Livre vandaliza cidades ou quando o MST invade e destrói propriedades? Onde o senhor está quando o ex-presidente do Brasil convoca o exército do MST - que recebe treinamento venezuelano para revolução socialista - para ir à luta nas ruas? Perguntas retóricas, ministro. Sei muito bem que o senhor pertence a essa corja que está destruindo o Brasil; e que não fez tais declarações com imparcialidade. O senhor ainda diz que a eleição de Dilma, financiada com propina, foi legítima. Foi mesmo? Ação de ódio, ministro, é o que o PT faz com o Brasil. Os maiores escândalos de corrupção da história, medidas socialistas que destruíram nossa economia e incitação à guerra com sua militância. E quando questionados, covardes, usam de todo tipo de preconceito para deslegitimar o próprio povo. O Brasil que não aguenta mais o ódio comunista, ministro."⁶³

O próximo exemplo, uma postagem do MEB, visou desconstruir a legitimidade dos argumentos da esquerda, ao comparar interesses e discurso e declarar que estes são opostos. O MEB enfatiza a hipocrisia, na visão da organização, entre acúmulo de capital e defesa da igualdade material. Como mostrou a figura 2, as performances comunicativas do MEB visaram, frequentemente, desafiar ideias rotuladas como socialistas ou de esquerda.

Exemplo de postagem - MEB

"Portanto, o sujeito não precisa ser um franciscano para ser de esquerda. Mas ele precisa ignorar como a economia funciona. E adotar doses cavalares de hipocrisia para condenar sempre a ganância alheia, o lucro dos outros, enquanto pensa só em acumular mais dinheiro para viver como os magnatas capitalistas. Tudo isso enquanto repete que só quer mais igualdade material e ajudar os pobres. Não cola."⁶⁴

A mensagem do NasRuas, abaixo, foca no apelo moral e nacionalista para chamar para protesto e pedir pela saída de Dilma da Presidência. Em comparação com os exemplos do MBL e MEB, o NasRuas enquadrando sua mensagem por uma abordagem menos argumentativa, visando engajar os leitores da postagem.

⁶³<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/289057554551728> . Acesso em 07/05/2017.

⁶⁴ <https://www.facebook.com/97663407343/posts/10152419749592344> . Acesso em 07/05/2017.

Exemplo de postagem - NasRuas

"Maior que a tristeza de não ter vencido é toda alegria de ter lutado (Rui Barbosa). Alegria sempre renovada, por cada luta vivida e ultrapassada. Derrotas de ontem que fortaleceram ainda mais toda minha força e determinação de lutar! Desistir por conta das dificuldades? Nem pensar, para guerreiros e guerreiras de verdade! Esse lindo país é nosso! De todo povo brasileiro! Irmãos de todas etnias! Diversas expressões religiosas e culturais! De acordo com nossa Constituição somos todos iguais! Toda essa corrupção não irá nos derrotar por toda vida! Se eles tem o poder do dinheiro. Temos o poder das RUAS! Nosso campo de batalha! Na paz e dentro da ordem, esses malditos serão TODOS vencidos! Fora com Dilma e todos vermelhos! Que da nossa terra ambicionaram apenas nosso ouro e dinheiro! FORA COM ESSES TRAIADORES DA PÁTRIA! Alegria por essa nossa luta! Sem pensar nas derrotas. Firmes e fortes pela nossa vitória. VITÓRIA DO BRASIL NAS RUAS NO 12 DE ABRIL! Raquel Santana"⁶⁵

O ROL é ainda mais agressivo que o NasRuas no exemplo que recuperamos. Marcello Reis chama para protesto fazendo alusão a uma das falas de Rousseff que foram ridicularizadas nas mídias sociais. O líder do ROL ofende e atribui culpa ao PT, mas não apenas a este partido, e pede pela saída de Dilma e pela prisão de Lula. Além disso, a mensagem também faz apelo moral, religioso e nacionalista, inclusive citando uma passagem da Bíblia.

Exemplo de postagem - ROL

"NÃO COLOCAMOS META, MAS ATINGIMOS A META, ENTÃO DOBRAMOS A META! Ou seja, domingo dia 16 de agosto de 2015 também entra para história do nosso país... Parabéns a todos vocês...São pessoas como vocês que nos motivam para continuarmos essa GUERRA entre o BEM contra o MAL que nos assola que é essa CAMBADA de SAFADOS SEM VERGONHAS da QUADRILHA DO PT, PMDB & CIA! ENTÃO O NEGÓCIO É O SEGUINTE #FORADILMA #FORAQUADRILHADOPT #LULANACADEIA NÃO VAMOS DESISTIR DO BRASIL. [...] Há sempre um Revoltado ON LINE em TODO lugar, SEMPRE HÁ e SEMPRE HAVERÁ... Não podemos parar...JUNTOS SOMOS MAIS FORTES — . Para escrutinarmos; Ainda que um exército se acampe contra mim meu coração não temerá; ainda que se declare guerra contra mim mesmo assim estarei confiante. Pois no dia da adversidade ele me guardará protegido em sua habitação; no seu tabernáculo me esconderá e me porá em segurança sobre um rochedo. Salmos 27:3 5 . . Assinado Marcello Reis Fundador Revoltados ON LINE [...]"⁶⁶

A mensagem do VPR abaixo declara apoio às investigações da Lava Jato e às prisões decretadas pelo juiz Sergio Moro, e criticam a chamada campanha de destruição

⁶⁵ <https://www.facebook.com/142574502501122/posts/810813952343837> . Acesso em 07/05/2017.

⁶⁶ Fonte: base de dados coletada via *Netvizz* pela autora.

da reputação do magistrado, pelo PT. O tom da mensagem é mais sutil, quando comparado com os exemplos das outras quatro organizações.

Exemplo de postagem - VPR

"ATENÇÃO seguidores do Vem Pra Rua. A Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos reforça seu total apoio ao Juiz Sergio Moro, da Operação Lava Jato, que vem descobrindo todos os roubos na Petrobrás e prendendo os ladrões. O PT está abertamente fazendo uma campanha para destruir a reputação do Juiz Sergio Moro, que está conduzindo brilhantemente a operação #LavaJato. A prisão do Tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, faz com que as investigações se aproximem de Dilma Rousseff, do Lula e do PT. Isto está deixando todos eles apavorados e, por isso, querem derrubar e difamar o juiz Sergio Moro. NÃO PODEMOS DEIXAR QUE O PT CONTINUE COM ISSO!!! Curta e Compartilhe esse post com a hashtag #SomosTodosMoro"⁶⁷

Os exemplos acima contribuem para visualizar alguns dos enquadramentos das cinco organizações articulados em mensagens inteiras, uma vez que os resultados da análise de conteúdo decompõem em blocos os enquadramentos de ação coletiva produzidos. Observamos que as organizações tendem a concordar quanto ao problema da corrupção, mas as soluções e os apelos motivacionais variaram. Agora que ilustramos, através dos exemplos, a variedade de performances comunicativas entre as cinco organizações, avançamos para os principais achados desta dissertação, derivados da análise de conteúdo⁶⁸.

Os gráficos 4, 5 e 6 apresentam os resultados da análise de conteúdo das publicações das cinco organizações. Observamos que quase 30% das postagens mencionam o problema da corrupção, roubo ou bandidagem. Os outros dois problemas mais citados foram: as mentiras, ilusão ou manobras; e a má gestão, aumento de gastos ou impostos e o mau uso de recursos públicos, presentes em cerca de 11% das mensagens cada. Estes achados demonstram a centralidade dos escândalos de corrupção na construção dos enquadramentos diagnósticos das organizações. Ademais, o quadro de problemas é mais diverso do que as soluções sugeridas.

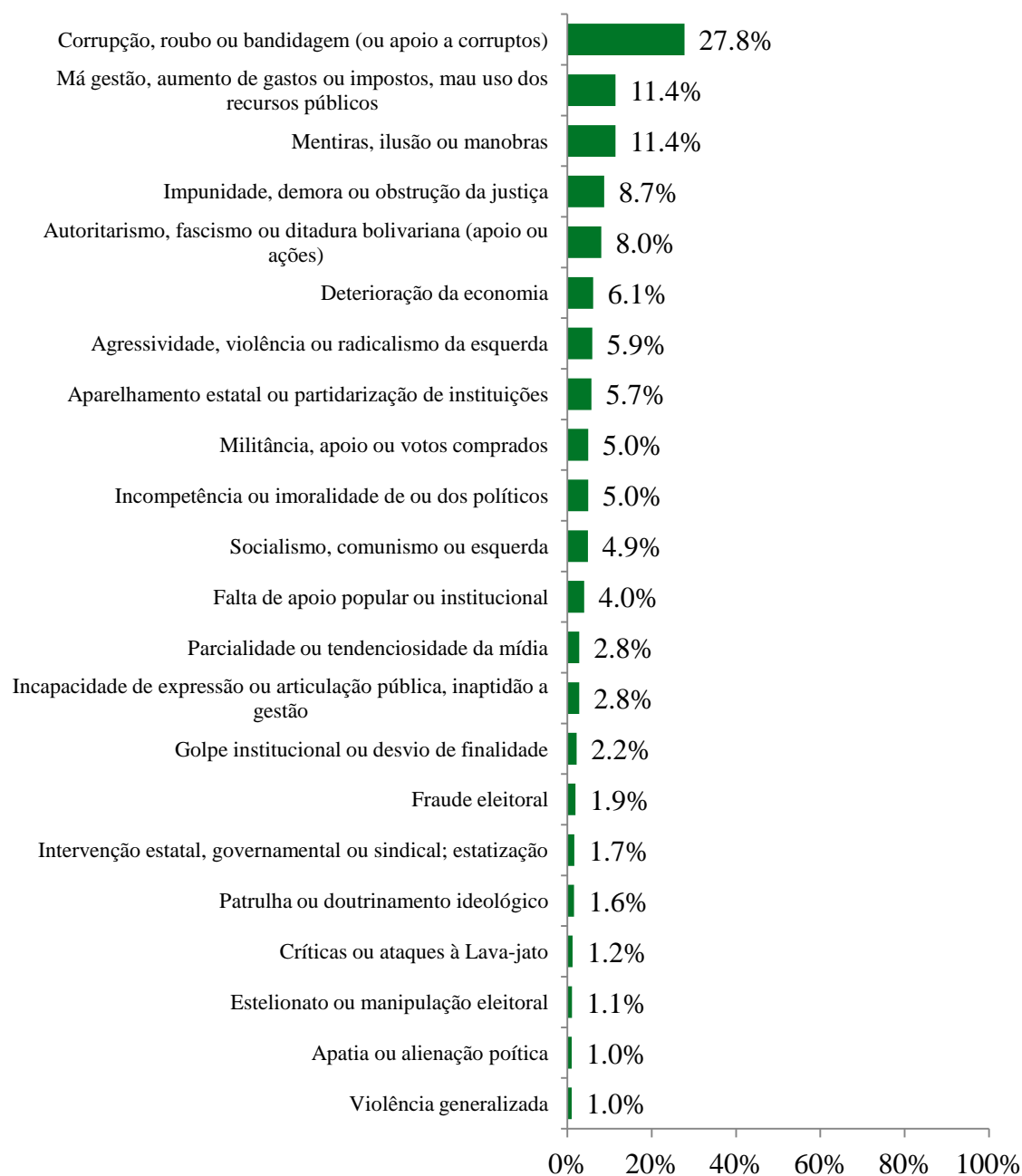
Apesar de a operação da PF atingir muitos dos partidos com representação no Congresso Nacional, o problema da corrupção foi enquadrado como responsabilidade do PT e dos governos petistas, como veremos nas tabelas 15 e 16 e como o exemplo de postagem do MBL destacou. Os enquadramentos apresentados nas mensagens postadas

⁶⁷ <https://www.facebook.com/344408492407172/posts/425610024287018> . Acesso em 07/05/2017.

⁶⁸ A soma das porcentagens dos gráficos e tabelas mais adiante ultrapassa 100% porque as organizações construíam mais de um enquadramento na maioria das mensagens.

nas páginas públicas são peças deste quebra-cabeça, que reúne a ideia de que os escândalos de corrupção nos governos petistas têm uma carga de prejuízo econômico e moral maior, diretamente conectados à permanência do partido no poder.

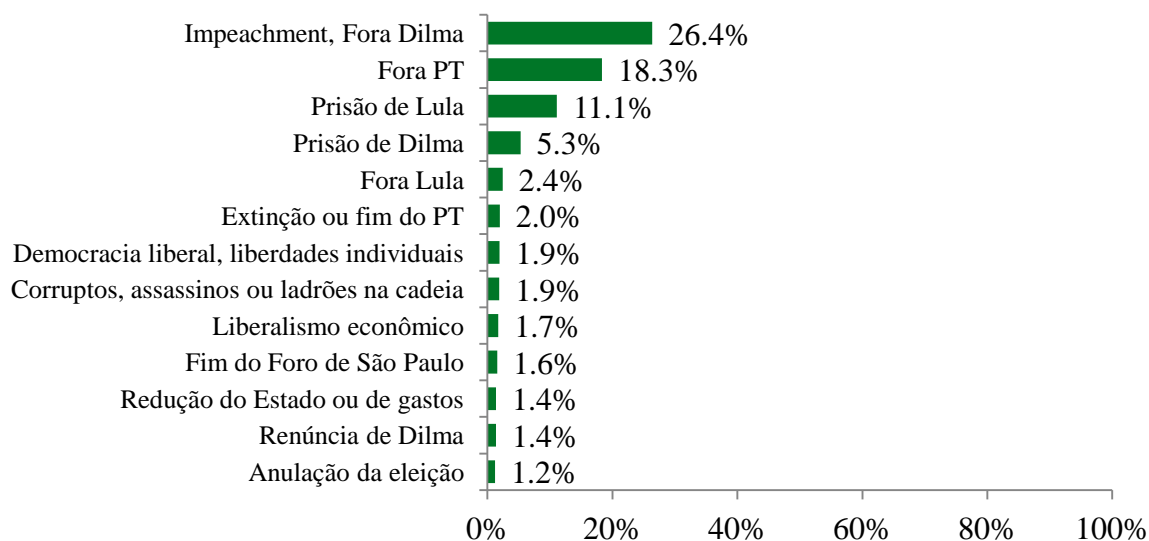
Gráfico 4. Enquadramentos diagnósticos - Condições de injustiça (% dos *posts*, todas as organizações)



Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados da codificação das mensagens coletadas pelo *Netvizz*.

Os enquadramentos prognósticos defendem a saída de Dilma do poder, e rejeitam qualquer perspectiva de novos mandatos por parte de Lula, Dilma, ou de integrantes do PT ('Fora Lula' e 'Fora PT'). A demanda da prisão de Lula e Dilma não carrega apenas a bandeira da luta contra a corrupção, que é o objetivo mais mencionado por quase todas as organizações, com exceção do MEB (ver tabela 17). A prisão dos ex-presidentes também equivale à oposição ao chamado "projeto de poder" petista⁶⁹, que seria autoritário, manipulador e que usaria a corrupção como mecanismo de perpetuação no poder, na visão dos grupos (BUENO, 2016).

Gráfico 5. Enquadramentos prognósticos (% dos *posts*, todas as organizações)



Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados da codificação das mensagens coletadas pelo *Netvizz*.

Todas as organizações mobilizaram elementos da identidade de seus seguidores, como o sentimento patriótico, ou as ideias de 'bem' e 'mal', ou mesmo crenças religiosas. No contexto político e institucional de corrosão de legitimidade do governo Dilma, do PT e de políticos filiados ao partido, os apelos que provocavam senso de urgência ou importância, ou que recorriam a caricaturas, exageros, ironias ou piadas foram construções relevantes para os grupos analisados afirmarem suas posições.

⁶⁹ <https://www.facebook.com/142574502501122/posts/1091334334291796> . Acesso em 10/05/2017.

Gráfico 6. Enquadramentos motivacionais (% dos posts, todas as organizações)



Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados da codificação das mensagens coletadas pelo *Netvizz*.

Os resultados da coocorrência de enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais demonstram que os grupos se valeram da narrativa de que o PT e seu projeto de poder se sustentaram sobre atos de corrupção. Dentre as 1272 postagens que apontavam a corrupção como um problema, Dilma, Lula e o PT foram culpados em 517, 615 e 561 delas, respectivamente. 538 delas demandavam o impeachment, 466 'Fora PT' e 337 a prisão de Lula. 207 das 1272 levantavam também o problema da má gestão, aumento de gastos ou impostos, mau uso dos recursos públicos e 204 o problema das mentiras, ilusão ou manobras. Por fim, 489 faziam apelo moral, familiar ou religioso, 464 apelo nacionalista e 386 evocavam senso de urgência.

Os gráficos e achados gerais desvendaram os significados e crenças que predominaram nas narrativas das cinco organizações, analisadas em conjunto. As tabelas abaixo, por outro lado, comparam os enquadramentos de ação coletiva

produzidos por cada organização, de modo a esclarecer quais são as convergências e as diferenças no trabalho significativo desempenhado pelos grupos.

Tabela 14. Tipos de enquadramentos produzidos - (% dos *posts*, todas as organizações)

Organizações	Diagnóstico (condições de injustiça)	Diagnóstico (culpados)	Prognósticos	Motivacionais
MEB	75,8%	55,3%	41,8%	46,3%
MBL	62,1%	49,8%	36,0%	49,1%
NasRuas	64,3%	49,6%	38,9%	58,1%
ROL	70,4%	57,7%	58,4%	64,8%
VPR	50,9%	37,0%	30,1%	57,2%

Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados da codificação das mensagens coletadas pelo *Netvizz*.

A tabela 14, acima, apresenta a incidência de cada tipo de enquadramento entre a amostra de postagens analisadas de cada organização. Vemos que o trabalho significativo das organizações voltou-se primordialmente para a definição de um conjunto de problemas amplo e variado (ver também gráfico 4). Todavia, nem todas as mensagens que apontavam problemas elegiam um culpado. O tipo de enquadramento menos frequente foi o prognóstico. Este resultado pode ser consequência de estratégias das organizações para engajar seu público. Os dados indicam que as organizações buscaram primordialmente fomentar a rejeição ao cenário de crise, que era evidenciado do contexto político de denúncias e instabilidade política e institucional.

Tabela 15. Enquadramentos diagnósticos (condições de injustiça); três mais frequentes - (% dos *posts*, todas as organizações)

Organizações	1º Enquadramento diagnóstico	2º Enquadramento diagnóstico	3º Enquadramento diagnóstico
MEB	Corrupção, roubo ou bandidagem (ou apoio a corruptos) - 23,9%	Socialismo, comunismo ou esquerda - 17,6%	Má gestão, aumento de gastos ou impostos, mau uso dos recursos públicos - 11,3%
MBL	Corrupção, roubo ou bandidagem (ou apoio a corruptos) - 20,4%	Mentiras, ilusão ou manobras - 12,1%	Má gestão, aumento de gastos ou impostos, mau uso dos recursos públicos - 11,7%
NasRuas	Corrupção, roubo ou bandidagem (ou apoio a corruptos) - 27,7%	Impunidade, demora ou obstrução da justiça - 13%	Má gestão, aumento de gastos ou impostos, mau uso dos recursos públicos - 12,9%
ROL	Corrupção, roubo ou bandidagem (ou apoio a corruptos) - 38,5%	Mentiras, ilusão ou manobras - 13,3%	Má gestão, aumento de gastos ou impostos, mau uso dos recursos públicos - 10,1%
VPR	Corrupção, roubo ou bandidagem (ou apoio a corruptos) - 18,7%	Impunidade, demora ou obstrução da justiça - 12,9%	Má gestão, aumento de gastos ou impostos, mau uso dos recursos públicos - 11,6%

Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados da codificação das mensagens coletadas pelo *Netvizz*.

A tabela 15 mostra as condições de injustiça apontadas pelas organizações. Observamos que corrupção e má gestão são problemas para todas as organizações. Os outros problemas são mentiras, impunidade ou os ideais de esquerda e/ou socialistas. Em comparação com os outros tipos de enquadramentos elaborados, estes foram os significados mais geraram concordância entre as cinco organizações.

Tabela 16. Enquadramentos diagnósticos (culpados); três mais frequentes - (% dos *posts*, todas as organizações)

Organizações	1º Enquadramento diagnóstico	2º Enquadramento diagnóstico	3º Enquadramento diagnóstico
MEB	PT ou petismo - 34,8%	Lula - 23,9%	Dilma - 14,9%
MBL	PT ou petismo - 22,5%	Dilma - 19,0%	Lula - 10,8%
NasRuas	Dilma - 22,6%	PT ou petismo - 20,7%	Lula - 14,4%
ROL	Lula - 31,4%	Dilma - 28,1%	PT ou petismo - 27,1%
VPR	Dilma - 19,0%	Lula - 12,7%	PT ou petismo - 9,6%

Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados da codificação das mensagens coletadas pelo *Netvizz*.

A tabela 16 introduz quais são os culpados reconhecidos pelas cinco organizações. Todas elas concordam que os três principais culpados são PT, Lula e Dilma. Porém, os grupos divergem sobre quem seria o culpado mais responsabilizável. Mesmo em um cenário de impeachment de Dilma Rousseff, a figura de Lula aparece como culpado do cenário de crise emoldurado pelos grupos.

Tabela 17. Enquadramentos prognósticos; três mais frequentes - (% dos *posts*, todas as organizações)

Organizações	1º Enquadramento prognóstico	2º Enquadramento prognóstico	3º Enquadramento prognóstico
MEB	Fora PT - 19,9%	Prisão de Lula - 9,7%	Impeachment, Fora Dilma - 5,6%
MBL	Impeachment, Fora Dilma - 20,0%	Fora PT - 5,8%	Liberalismo econômico - 3,8%
NasRuas	Impeachment, Fora Dilma - 23,9%	Fora PT - 10,1%	Prisão de Lula - 7,0%
ROL	Impeachment, Fora Dilma - 42,4%	Fora PT - 39,9%	Prisão de Lula - 24,9%
VPR	Impeachment, Fora Dilma - 19,2%	Corruptos, assassinos ou ladrões na cadeia - 2,5%	Aprovação das medidas anti-corrupção - 2,3%

Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados da codificação das mensagens coletadas pelo *Netvizz*.

A tabela 17 apresenta as principais soluções defendidas pelos cinco grupos. Em comparação com os enquadramentos diagnósticos, fica clara a heterogeneidade de enquadramentos produzidos. Ainda que a maioria dos enquadramentos prognósticos diga respeito à rejeição ao PT e seus membros como participantes da política nacional,

duas das organizações encampam bandeiras que não tem relação direta com a agenda pelo impeachment ou anti-PT.

Tabela 18. Enquadramentos motivacionais; três mais frequentes - (% dos *posts*, todas as organizações)

Organizações	1º Enquadramento motivacional	2º Enquadramento motivacional	3º Enquadramento motivacional
MEB	Ridicularização da esquerda ou apoiadores - 14,2%	Apelo moral, familiar ou religioso - 8,6%	Hipocrisia ou contradições da esquerda ou apoiadores - 7,9%
MBL	Evidências da adesão às mobilizações - 9,2%	Apelo moral, familiar ou religioso - 8,2%	Caráter democrático, pacífico e popular das mobilizações - 8,0%
NasRuas	Apelo nacionalista - 15,4%	Apelo moral, familiar ou religioso - 13,3%	Pressão em instituições, partidos, políticos ou empresários - 11,8%
ROL	Apelo moral, familiar ou religioso - 40,9%	Apelo nacionalista - 35,8%	Senso de urgência, necessidade ou 'basta!' - 30,8%
VPR	Pressão em instituições, partidos, políticos ou empresários - 20,8%	Apoio à polícia, autoridades, juízes ou à Lava Jato - 13,7%	Apelo nacionalista - 12,9%

Fonte: elaborado pela autora a partir dos resultados da codificação das mensagens coletadas pelo *Netvizz*.

Finalmente, a tabela 18 é a mais heterogênea de todas. Não há nenhum enquadramento motivacional, entre os três mais frequentes, que tenha sido evocado por todas as cinco organizações. Este achado indica que há diferenças significativas nas performances comunicativas destes grupos. Na seção seguinte propomos argumentos e exploratórios sobre as similaridades e diferenças observadas nestas tabelas.

Estes dados indicam algumas conclusões parciais acerca dos enquadramentos construídos pelas cinco organizações aqui analisadas. Todos eles têm clareza e concordam mais sobre quais são as condições de injustiça, e menos sobre quem é mais culpado ou qual seria a solução. A tabela 14 demonstra que, nas mensagens, as organizações imprimem maior ênfase ao quadro de problemas que afeta o país que em propostas específicas, em especial aos escândalos de corrupção desvendados pela Operação Lava Jato e suas ramificações. O contexto político e institucional de denúncias recorrentes alimentaram de evidências os argumentos de que o país vivia uma conjuntura sem precedentes nesse quesito. Outro problema observado por NasRuas e VPR é a impunidade, demora ou obstrução da justiça, que é em parte consequência dos eventos políticos gerados pela Lava Jato e das contrarrespostas dos atores implicados ou envolvidos nas acusações.

O problema da má gestão, aumento de impostos ou mau uso dos recursos públicos contempla críticas às decisões do Governo Dilma de cortar gastos em

educação, aumentar gastos em propaganda, destinar gastos para fora do país ou aumentar tributos. As pedaladas fiscais, irregularidades que resultaram na acusação de crime de responsabilidade fiscal e no impeachment, foram incluídas neste nó. Portanto, as chamadas 'fraudes fiscais', expressão usada por parte das organizações, foi menos reconhecida como problema que a corrupção, como vimos na tabela 15. O MBL e ROL deram destaque também para as mentiras, ilusão ou manobras, que comumente eram associadas a partidos de esquerda, ao PT, Dilma ou Lula, e visavam desconstruir suas imagens e credibilidade perante o público de seguidores. Já o MEB ataca as perspectivas ou soluções propostas pelo socialismo, comunismo ou pela esquerda, que representaria uma ameaça à democracia e ao desenvolvimento do país.

Em se tratando de soluções, o impeachment se tornou uma espécie de condição *sine qua non* abrangente para o quadro diverso e complexo de problemas enfrentados. A recuperação da economia, a limpeza ética e a devida alocação dos recursos públicos passavam necessariamente e primeiramente pela saída de Dilma, na visão de todas as organizações. O MEB é a exceção a este achado, pois o grupo cita o impeachment como terceira solução mais recorrente, após pedir por 'Fora PT' e pela prisão de Lula. Considerando as demandas além do impeachment, as semelhanças e heterogeneidades na visão das organizações se revelam nos resultados mostrados como mostrou a tabela 17. Por fim, os enquadramentos motivacionais variam consideravelmente entre as cinco organizações (ver tabela 18). Cada grupo optou por concentrar-se em estratégias comunicativas diferentes, ainda que o apelo moral, familiar ou religioso seja denominador comum entre todos eles. Os argumentos que apresentaremos na próxima seção afirmam que estas diferenças estão relacionadas às dimensões condicionantes das práticas contenciosas.

Heterogeneidade desmontada: as dimensões das práticas contenciosas e a agência situada dos atores políticos no processo de framing do impeachment

As seções anteriores deste capítulo apresentaram os principais resultados da análise de conteúdo das postagens, da análise léxica de toda a base de dados além de um breve resumo de dados secundários sobre as mensagens, como tipo e *links* compartilhados nas páginas das cinco organizações. Retomando a análise das entrevistas e declarações dos líderes das organizações em veículos de mídia, e de vídeos publicados pelos próprios líderes das organizações, proporemos uma tipologia de

perspectivas e argumentos exploratórios a partir da inspiração teórica das quatro perspectivas de engajamento militante definidas por Silva e Ruskowski (2016). Ao observar os dados, que desafiaram a expectativa de alta similaridade entre os enquadramentos propostos pelas organizações, era crucial encontrar alternativas teóricas que explicassem as semelhanças e diferenças entre os enquadramentos de ação coletiva elaborados pelas cinco organizações. Uma vez que o contexto político e a demanda eram os mesmos, olhar para os condicionantes das práticas contenciosas oferece uma oportunidade analítica para propor argumentos exploratórios.

Nosso nível de análise é aquele das organizações, já que elas foram relevantes no processo de mobilização, diferentemente de outros episódios de ação coletiva em que ativistas formaram redes capitaneadas por *soft leaders*, por meio do uso de plataformas digitais (GERBAUDO, 2012). A análise de conteúdo levou em consideração, portanto, o conjunto de mensagens nas páginas públicas de cada organização. As postagens não foram segmentadas pelos administradores das páginas responsáveis pelos envios. De todo modo, consideramos que as organizações expressam, em grande medida, a visão de seus líderes. Os grupos não são caixas-pretas homogêneas, especialmente se propomos uma abordagem que valoriza a capacidade de agência dos atores enquanto fator explicativo. Nessa linha, propomos transpor os pilares do modelo explicativo de Silva e Ruskowski (2016) para analisar os enquadramentos de ação coletiva no nível das organizações, mesmo que seja fundamental compreendê-las como coletividades onde os líderes engajam nas performances comunicativas.

O campo organizacional em que se situam as organizações analisadas nesta dissertação é reconhecido por suas demarcações político-ideológicas (DIMAGGIO; POWELL, 1983), que geraram alianças de curto e médio prazo, e sobreposição de demandas. MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR estão no mesmo campo organizacional, cujas fronteiras foram delineadas, no período da campanha pró-impeachment⁷⁰, pela posição e identificação dessas organizações *em relação* aos seus adversários: PT, Lula, Dilma e aliados e ao objetivo de curto prazo da saída de Rousseff da Presidência. As semelhanças nos enquadramentos diagnósticos, como explicitam os resultados da análise de conteúdo, demonstraram que a caracterização do 'nós' é construída pelo rechaço ao 'eles' (BENFORD., 2013, seq. Identity fields) e é o denominador comum

⁷⁰ É fundamental definir a temporalidade desta análise, uma vez que as fronteiras do campo são fluidas e contingenciais. As organizações que fizeram parte dele nos 22 meses de campanha pelo impeachment podem não mais se reconhecerem e/ou serem reconhecidas como pertencentes a ele em outros momentos no tempo.

mais evidente nas mensagens do *Facebook* postadas nas páginas das cinco organizações. O contexto político amplo também é o mesmo, como apresentamos no capítulo 2. Todas as cinco organizações atuaram, nos 22 meses de campanha pelo impeachment, a partir das mesmas evidências e sequência de acontecimentos políticos, econômicos e institucionais. Ainda assim, verificamos que há relevante heterogeneidade no conteúdo, tamanho, vocabulário, variedade e tipos de enquadramentos das narrativas elaboradas, além de variação na frequência e recursos textuais e visuais das mensagens.

O modelo explicativo desenvolvido nesta dissertação é uma adaptação inspirada na definição das perspectivas que dão origem ao modelo de Silva e Ruskowski (2016), visando dar conta do deslocamento do nível de análise para o nível das organizações, conforme o desenho metodológico desta pesquisa. Entendemos que os processos que conformam a ação humana no nível individual, no que tange ao comprometimento de longo prazo com causas ou organizações, são análogos aos processos que compõem as práticas contenciosas no nível das organizações. Todavia, estes grupos não são, simplesmente, somatórios de pessoas cujas ações são condicionadas pelas dimensões das práticas sugeridas por Silva e Ruskowski (2016). Uma vez engajados, os membros agem coletivamente de modo situado, enquanto atores que passam a construir e partilhar de um local de fala que gira em torno do compromisso com a organização. Por esta razão, sugerimos adaptar coerentemente o desenho de pesquisa empírico e a proposta analítica, para que seja possível explicar os enquadramentos de ação coletiva que foram elaborados *por organizações*, nas mídias sociais.

Defendemos, então, que a perspectiva disposicional seja considerada no nível mesossociológico, das organizações. Os líderes de organizações da sociedade civil compartilham experiências e trajetórias nesses grupos, que, combinadas, moldam as disposições, ou seja, os "esquemas de percepção e classificação" (idem, p. 195) que localizam e configuram os enquadramentos de ação coletiva elaborados. A principal referência do conceito de disposições é a definição de *habitus*⁷¹ de Bourdieu (1983). As disposições, ao nível individual, são atributos ou características acumuladas na socialização. As vivências partilhadas pelas lideranças e membros dessas organizações se acumulam como atualizações das disposições individuais, ao mesmo tempo em que geram a formação e o alinhamento de disposições coletivas.

⁷¹ *Habitus* pode ser entendido como uma inclinação, ou um "princípio gerador de estratégias que permitem fazer face a situações imprevisíveis e sem cessar renovadas" (BOURDIEU, 1983, p. 61)

Propomos que a segunda dimensão, ao nível das organizações da sociedade civil, seja a perspectiva *político-ideológica* dos grupos. A visão de mundo nas organizações é construída, reconstruída e negociada na trajetória dos líderes enquanto membros das organizações, partindo do *background* das trajetórias e identidades pessoais desses indivíduos (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p. 217). Os enquadramentos de ação coletiva estão condicionados, então, às variações de posição no espectro político do qual as organizações fazem parte. Isso significa que mesmo organizações que ocupam um campo organizacional e identitário - cujas fronteiras são políticas, como é o caso das organizações que convocaram os protestos pelo impeachment - tendem a construir narrativas e enquadramentos, até certa medida, semelhantes. Ainda assim, como a perspectiva político-ideológica não é unificada dentro dos campos, já que suas posições variam, essa diversidade se traduz em heterogeneidade de práticas discursivas dos atores políticos. As organizações defendem diferentes visões sobre a relação entre política e moralidade, religiosidade, patriotismo e sobre a relação das organizações com outros agentes institucionais.

A perspectiva relacional também é uma dimensão relevante para explicar os enquadramentos de ação coletiva no nível das organizações. Assim como o vínculo por interações e laços podem ativar disposições ao engajamento militante (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p. 214), a presença ou ausência de conexões entre grupos distintos geram maior ou menor troca de ideias e práticas, o que se reflete também no processo de *framing* dessas organizações e nas semelhanças e diferenças entre os enquadramentos propostos.

Por fim, a perspectiva retributiva corresponderia, no nível das organizações, aos objetivos e demandas dos grupos, ou à perspectiva *estratégico-tática*. Uma vez que as organizações partilhem de objetivos de médio e longo prazo mais ou menos semelhantes, ou mesmo mais ou menos ambiciosos, as narrativas e enquadramentos propostos por essas organizações tenderão a variar. Se os objetivos e demandas são congruentes e se traduzem em claras estratégias e táticas, as narrativas e enquadramentos refletirão esse nível de sofisticação e/ou planejamento. O engajamento militante se efetiva, em parte, em virtude dos interesses e recompensas que os atores políticos enxergam ou mesmo descobrem enquanto participam (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p. 208). Este processo de busca por razões e recompensas reflete-se na elaboração de objetivos e demandas das organizações, que também atuam, enquanto coletividade,

para que estes se efetivem. Desse modo, a perspectiva estratégico-tática também configura as práticas contenciosas e performances comunicativas destas organizações.

As quatro perspectivas - disposicional coletiva; político-ideológica; relacional e estratégico-tática - funcionam como *condicionantes*, e não *determinantes* do processo interpretativo da construção de enquadramentos de ação coletiva. A agência situada dos líderes (e membros), ao engajarem em performances comunicativas, dinamiza a combinação destas quatro perspectivas, resultando na heterogeneidade observada.

Antes de propor a análise dos dados coletados a partir das quatro perspectivas definidas acima, é importante pontuar o papel do contexto como mais um condicionante das práticas e do processo de *framing* das organizações. Os grupos que convocaram os protestos pelo impeachment estavam situados, durante os 22 meses, na mesma conjuntura política e social: os desdobramentos da operação Lava Jato, os resultados de indicadores macroeconômicos desfavoráveis e a queda de apoio popular e institucional ao governo de Dilma Rousseff.

Estes eventos forneceram evidências empíricas (BENFORD; SNOW, 2000) que foram incorporadas nas narrativas e enquadramentos das cinco organizações analisadas, como demonstra o uso recorrente de sites externos e notícias veiculadas na mídia (ver tabelas 3 a 7). Nesse sentido, não seria possível compreender os enquadramentos de ação coletiva destas organizações sem considerar qual era o contexto em que atuaram. Entretanto, ainda que o contexto político fosse o mesmo e configurasse uma estrutura de oportunidades discursivas semelhante, as narrativas e enquadramentos das organizações incluíram ou descartaram elementos das sequências de eventos a partir do local de fala e agência de seus líderes. A heterogeneidade de enquadramentos observada, ainda que as organizações estivessem no mesmo contexto e campo organizacional e identitário, denota a relevância de dar centralidade às práticas e à capacidade de agência dos atores políticos.

Considerando a perspectiva disposicional coletiva, as entrevistas realizadas e as declarações públicas dos líderes das organizações em reportagens ou em plataformas de mídias sociais expõem as principais diferenças e semelhanças entre as trajetórias dos coordenadores do MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR. MEB e VPR são liderados por empresários, advogados ou profissionais liberais que possuem entre 30 a 50 anos (BUENO, 2016; BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016; OLIVEIRA, 2016; SCHREIBER, 2016), enquanto o MBL é liderado primordialmente por jovens estudantes entre 20 e 30 anos (AZEVEDO, 2015a; BBC BRASIL, 2015b; GOBBI, 2016; SCHREIBER, 2016).

Já o NasRuas⁷² e o ROL (BBC BRASIL, 2015b) são encabeçados por profissionais liberais que possuem entre 30 e 50 anos. Os líderes Carla Zambelli (NasRuas) e Marcello Reis (ROL) deixaram suas carreiras para se dedicarem às organizações.

Em se tratando da segunda perspectiva, todos os grupos se localizam à direita no campo político-ideológico⁷³ (MACHADO, 2011; OLIVEIRA, 2016). O VPR se aproxima da centro-direita (OLIVEIRA, 2016), enquanto o MBL se denomina liberal-conservador⁷⁴. O MEB se afirma "moderno nas propostas, inovador nas ações, conservador nos princípios e libertário nas ideias"⁷⁵, ainda que a pauta do liberalismo econômico seja central na atuação do grupo (BUENO, 2016). Já NasRuas e ROL se aproximam da extrema direita conservadora⁷⁶. As cinco organizações podem ser reconhecidas no mesmo campo organizacional, a direita brasileira. Ainda assim, VPR e MBL se aproximam do centro, enquanto MEB, NasRuas e ROL estão comparativamente mais próximos da extrema-direita⁷⁷.

A perspectiva relacional contribui para situar os outros campos dos quais as cinco organizações fazem parte. O MBL, como outros trabalhos discutem (DIAS, 2016; GOBBI, 2016), faz parte de uma rede de juventude liberal que se fortaleceu no Brasil depois de 2013. Já ROL e NasRuas têm uma trajetória de atuação mais antiga e de parceria mútua⁷⁸, como os vídeos, declarações e postagens nos respectivos blogs denotam. O NasRuas também tem ligações a grupos anticorrupção⁷⁹ e ROL a grupos de extrema-direita como o Faca na Caveira (DIAS, 2016). O MEB, por sua vez, está ligado a institutos que defendem o liberalismo econômico, como o Instituto Mises (G1, 2015), enquanto o VPR foi fundado em setembro de 2014 (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016) por empresários ligados ao movimento Cansei! (ibidem).

⁷² <https://www.youtube.com/watch?v=HHOTthtV51w> . Acesso em 10/05/2017.

⁷³ <https://www.youtube.com/watch?v=HHOTthtV51w> . Acesso em 10/05/2017;

https://www.facebook.com/pg/entireitabrasil/about/?ref=page_internal . Acesso em 10/05/2017;

<https://www.facebook.com/mblivre/videos/vb.204223673035117/384162848374531/?type=2&theater> .

Acesso em 10/05/2017;

<https://revoltadosonline.blogspot.com.br/2014/05/rede-globo-empresarios-enganando-voce.html> . Acesso em 10/05/2017

⁷⁴ <https://www.facebook.com/204223673035117/posts/284878634969620> . Acesso em 10/05/2017

⁷⁵ https://www.facebook.com/pg/entireitabrasil/about/?ref=page_internal . Acesso em 10/05/2017

⁷⁶ https://www.youtube.com/watch?v=zwNwiM_DFtQ . Acesso em 10/05/2017;

<https://revoltadosonline.blogspot.com.br/2014/05/rede-globo-empresarios-enganando-voce.html> . Acesso em 10/05/2017

⁷⁷ A extrema-direita está no polo do espectro ideológico, e pode ser entendida como posição política de autoritarismo inigualitário (SEGRILLO, 2004).

⁷⁸ <http://nasruascontracorrupcao.blogspot.com.br/2012/05/esta-chegando-audiencia-publica.html> . Acesso em 10/05/2017

⁷⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=HHOTthtV51w> . Acesso em 10/05/2017

Por fim, a perspectiva estratégico-tática explicita outras diferenças entre as cinco organizações. O MBL surgiu para ser uma organização de mobilização e engajamento universitário e popular⁸⁰ no campo da direita liberal-conservadora, intimamente ligada à rede de juventude liberal formada por *think tanks*, novos líderes e veículos de mídia alternativos (GOBBI, 2016). A organização também visa promover uma agenda política liberal de redução do Estado e privatização de empresas públicas via candidatura política de membros ou aliados a cargos públicos e articulação do movimento nas instâncias legislativas do país⁸¹. Já os outros quatro grupos têm menos clareza em termos de objetivos e demandas, para além da pauta aglutinadora do impeachment. Os líderes do ROL⁸², NasRuas⁸³ e VPR (BBC BRASIL, 2016) afirmam que não pretendem entrar na política institucional. Já Patrícia Bueno, líder do MEB, pretende lançar candidatura nas próximas eleições. O grupo não se apresenta como organização de massas, mas como espaço de campanha, ou articulação de candidaturas políticas e ativismo político (FOLHA DE S.PAULO, 2014).

MBL e MEB definem como missões das organizações a promoção de pautas liberais-conservadoras no país. Já ROL, NasRuas e VPR identificam-se como organizações de combate à corrupção e impunidade. Nesse sentido, o MBL demonstrou maior clareza e sofisticação nas táticas para concretizar os objetivos de médio e longo prazo do grupo, através da atuação híbrida enquanto promotora de candidaturas e da agenda liberal na política institucional⁸⁴. As pautas, estratégias e táticas das outras organizações são menos claras que as do MBL, considerando os objetivos de cada grupo. VPR e NasRuas se engajaram em demandas específicas ao longo da campanha pelo impeachment, como a aprovação ou repúdio a projetos de lei como as medidas anticorrupção. Já o ROL sofreu o impacto na capacidade de mobilização e organização com a queda da página no *Facebook*, em agosto de 2016, e não demonstrou estar publicamente envolvido na defesa de outras pautas concretas. O MBL, por sua vez, elegeu vereadores ligados à organização nas eleições de 2016, e pretende se articular politicamente para eleger mais candidatos nas próximas eleições. MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR convocaram protestos em março de 2017, mas nenhum deles tem

⁸⁰ <https://www.facebook.com/mblivre/videos/vb.204223673035117/384162848374531/?type=2&theater> . Acesso em 10/05/2017

⁸¹ <https://www.facebook.com/mblivre/videos/vb.204223673035117/384162848374531/?type=2&theater> . Acesso em 10/05/2017

⁸² <https://www.youtube.com/watch?v=zbwmwdxnu4> . Acesso em 10/05/2017

⁸³ https://www.youtube.com/watch?v=zwNwiM_DFtQ . Acesso em 10/05/2017

⁸⁴ <https://www.facebook.com/mblivre/videos/vb.204223673035117/384185298372286/?type=2&theater> . Acesso em 10/05/2017

promovido ações de mobilização nas proporções dos protestos da campanha pelo impeachment.

As cinco organizações viram na conjuntura política e econômica desfavorável ao PT uma oportunidade de questionar a hegemonia política e ideológica do partido e de seus líderes⁸⁵, como também fica claro nas múltiplas menções à Lava Jato no livro escrito pelos líderes do Vem Pra Rua (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016). Esta estratégia explica também a tática de pulverização de culpados, que chegaram a 132 nós da análise de conteúdo. Os aliados do partido e do governo Dilma eram alvos secundários nos enquadramentos diagnósticos das cinco organizações, não passando de 11% das postagens de cada grupo. Nesse sentido, a articulação, ainda que frouxa, entre as organizações para convocar protestos aumentava as possibilidades de abrir um novo ciclo de viabilidade para os diferentes objetivos e demandas dos grupos.

O apelo pela união⁸⁶ era frequentemente invocado em momentos de discordância (BBC BRASIL, 2015b; FÁVERO; REVERBEL, 2016), tática que foi percebida pelos atores políticos destas organizações como crucial para a sobrevivência e ascensão do campo emergente da nova direita. Em debate online com Carla Zambelli, ainda que discordando das táticas adotadas pelo NasRuas na articulação do pedido de impeachment com o ex-petista Hélio Bicudo, Italo Lorenzon afirma que "é preciso quebrar a espinha dorsal do PT", e Allan dos Santos argumenta que, mesmo em desacordo, "a gente precisa entender a urgência de tirar o PT do poder"⁸⁷. Essa coalizão temporária explica, em parte, as semelhanças, também encontradas, nos enquadramentos construídos pelos cinco grupos no *Facebook* (ver tabelas 14 a 18). As organizações reconheceram a corrupção e a má gestão como problemas fundamentais, cuja solução era o impeachment, 'Fora PT' e a prisão de Lula. Os grupos declaram que se opõem ao projeto de poder corrupto e totalitário do PT⁸⁸ (FÁVERO; REVERBEL, 2016).

⁸⁵ Ver, por exemplo:

<https://www.facebook.com/mblivre/videos/vb.204223673035117/384185298372286/?type=2&theater> . Acesso em 10/05/2017

⁸⁶ https://www.youtube.com/watch?v=zwNwiM_DFtQ . Acesso em 10/05/2017;

<https://www.facebook.com/nasruas/videos/vb.142574502501122/1091334334291796/?type=2&theater> . Acesso em 10/05/2017

⁸⁷ https://www.youtube.com/watch?v=zwNwiM_DFtQ . Acesso em 10/05/2017

⁸⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=m7M5LgJYjLI> . Acesso em 10/05/2017;

<https://www.facebook.com/nasruas/videos/vb.142574502501122/1091334334291796/?type=2&theater> . Acesso em 10/05/2017; <https://www.facebook.com/204223673035117/posts/357804624343687> . Acesso em 10/05/2017

Após retomar as evidências sobre as trajetórias, visões de mundo, relações, objetivos e estratégias das organizações, analisaremos comparativamente as quatro perspectivas entre os grupos. Apresentaremos nossos argumentos analíticos, conjugando a tipologia adaptada e os resultados empíricos da seção anterior.

Primeiramente, o constante contato entre os líderes das organizações via *WhatsApp* (BUENO, 2016; FÁVERO; REVERBEL, 2016) evidencia que estes atores interagem, e são parte de uma rede que estava articulada, ainda que cada grupo esteja ligado a diferentes setores da direita. As relações entre os líderes destas organizações pode favorecer a definição de pautas e ações em conjunto, inclusive implicando em algum nível de alinhamento de discurso. A líder do VPR mencionou uma ocasião em que a sua organização avisou aos outros grupos de que uma pauta da qual eles discordam estava prestes a ser aprovada no Congresso Nacional, exemplificando a relevância destas relações para explicar as semelhanças nos enquadramentos de ação coletiva produzidos pelas organizações (OLIVEIRA, 2016).

As posições político-ideológicas próximas, especialmente no que tange à identidade de *opositores* ao PT, Lula e Dilma, explicam a ênfase na corrupção e má gestão como os problemas intoleráveis - a partir de evidências do contexto político - denominadores comuns entre os cinco grupos. O apelo moral, familiar ou religioso foi o gatilho motivador mais recorrente, para incentivar o engajamento nas ações promovidas. Apenas o VPR não utiliza o apelo moral como um dos três principais enquadramentos motivacionais apresentados nas postagens do *Facebook* analisadas (ver tabela 18). O apelo às noções de moralidade, religiosidade e patriotismo estão relacionados com a própria trajetória dos líderes das organizações: Marcello Reis é ex-pastor, Carla Zambelli⁸⁹ e Ricardo Salles são declaradamente cristãos e conservadores (CONGRESSO EM FOCO, 2015; FOLHA DE S.PAULO, 2014).

O MBL e VPR, mais distantes da extrema-direita, afastam-se das outras três organizações pela postura menos agressiva nas mensagens do *Facebook* (ver figuras 7 a 10). O ROL recorrentemente usa (mais de 100 vezes) os termos 'Presidanta', 'Lularápio' ou 'Bandidos', o NasRuas usa os termos 'Quadrilha' e 'Escória', e o MEB 'Petralha' e 'Bandido' como formas de nomear petistas ou aliados do PT. Já MBL e VPR usaram menos de 10 vezes estas palavras, em toda a base de postagens coletada. As diferenças nas definições dos culpados também podem estar relacionadas às especificidades de

⁸⁹ https://www.youtube.com/watch?v=zwNwiM_DFtQ . Acesso em 10/05/2017

objetivos e estratégias de cada organização. MEB e MBL, os dois grupos mais inclinados à atuação híbrida tanto na política institucional quanto na convocação de ações civis políticas, culpam primeiramente o PT pelas injustiças diagnosticadas. Essa visão pode estar ancorada na identidade anti-PT destas organizações, que se traduz e se reforça na estratégia de ocupar o lugar hegemônico desse partido em cargos públicos.

Figura 7. Captura de tela de postagem do NasRuas - PT como culpado por má gestão de recursos e por apoiar ditaduras, chamada para protesto



Fonte: <https://www.facebook.com/nasruas/photos/a.250829691675602.57770.142574502501122/913778145380750/?type=3&theater> . Acesso em 10/05/2017

Figura 8. Captura de tela de postagem do MEB - Ridicularização do PT e petistas



Fonte: <https://www.facebook.com/endireitabrasil/photos/a.387406137343.173077.97663407343/10153260807057344/?type=3&theater> . Acesso em 10/05/2017

Figura 9. Captura de tela de postagem do MBL - Lula como culpado pela impunidade e por mentiras



Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/347570632033753/?type=3&theater> . Acesso em 10/05/2017

Figura 10. Captura de tela de postagem do VPR - Lula como culpado por críticas à Lava Jato e chamada de protesto



Fonte: <https://www.facebook.com/VemPraRuaBrasil.org/photos/a.344411022406919.1073741828.344408492407172/616022555245763/?type=3&theater> . Acesso em 10/05/2017

NasRuas, ROL e VPR também se identificam como anti-PT, porém os personagens de Dilma e Lula foram ressignificados como tão ou mais responsáveis pelas denúncias de corrupção, pela má gestão ou pelo aumento de impostos, pelas

mentiras, ilusão ou manobras, e pela impunidade ou obstrução de justiça (ver, por exemplo, figuras 7 a 10). O PT, Lula e Dilma são figuras quase indissociáveis nos diagnósticos construídos pelas organizações. Ainda assim, as diferenças apontadas na análise de conteúdo expõem diferentes estratégias na escolha dos principais alvos do processo de desconstrução e reinterpretção. Estas escolhas, vale ressaltar, não são necessariamente cálculos racionais de custo-benefício (SILVA; RUSKOWSKI, 2016), mas parecem ser resultado da agência situada dos líderes das organizações, que pode ser informada por suas trajetórias, posições político-ideológicas, pelas relações e objetivos que desenvolveram.

Como vemos adiante, as diferentes formas de construir argumentos, narrativas e enquadramentos não passam única e simplesmente pela avaliação de quais elementos discursivos ou visuais geram maior engajamento. As performances comunicativas das organizações são condicionadas às visões de mundo dos líderes das organizações, ainda que as decisões tomadas impliquem em gerar menor engajamento. A seguinte fala da líder do MEB resume este achado: "Na verdade é o seguinte, a gente até evita colocar, a gente não coloca, em geral. [...] Qualquer publicação que xinga alguém, você sabe que vai ter um pico" (BUENO, 2016). Bueno (2016) afirma que, desde que as postagens na página da organização defendam as pautas acordadas coletivamente, os líderes são autônomos para publicarem de forma "anárquica". Portanto, as organizações não aderiram a um padrão de performance comunicativa no *Facebook* que, consistentemente, gerasse altos níveis de engajamento online. Os enquadramentos de ação coletiva variam significativamente, uma vez que também reconheçamos suas semelhanças (ver tabelas 15 a 18).

Outra diferença fundamental nos enquadramentos de ação coletiva das cinco organizações está nas escolhas dos apelos motivacionais. Lembrando o que mostrou a tabela 18, os enquadramentos motivacionais encontrados podem expressar as perspectivas disposicionais coletivas, político-ideológicas e estratégico-táticas. Patrícia Bueno, líder do MEB e responsável por postar na página, declarou que:

"Na realidade, o humor ajuda a desconstruir a política. A maior arma contra os maus políticos sempre foi a ironia. [...]. Pra mim, por exemplo, o Pixuleco foi um dos grandes personagens, foi a grande invenção do impeachment. Talvez o impeachment não tivesse ocorrido, não fosse o Pixuleco. [...] O humor é a arma mais corrosiva contra os maus políticos. Contra os bons também, porque o humor corrói, destrói." (Bueno, P. comunicação pessoal, 11/03/2016).

Esta afirmação, que expressa uma visão particular da atora, informada por sua própria trajetória pessoal, se reflete no uso constante de mensagens que ridicularizam a esquerda e seus apoiadores (ver figura 8). Vale lembrar que a página do MEB funciona de forma "anárquica" (BUENO, 2016), o que dá maior abertura para que as trajetórias pessoais dos membros influenciem a construção das mensagens, se comparada com organizações que dividem o trabalho, como MBL e VPR. A organização também recorre à exposição de hipocrisias ou contradições da esquerda, por vezes fazendo uso da ironia para tal. Como a fala de Bueno revela, o objetivo do MEB é ressignificar o entendimento da esquerda brasileira e do PT e seu legado, desconstruindo a imagem de líderes e suas ações e projetos. O MBL, por sua vez, apresenta as evidências de adesão às ações, como vídeos de pannels, e enfatizam o caráter democrático, pacífico e popular das manifestações (ver tabela 18). Esses gatilhos motivacionais corroboram a ideia de que há visões desafiadoras à hegemonia lulo-petista que têm respaldo popular, diferentemente do enquadramento da esquerda que associa ideias liberais e conservadoras à elite do país. Como afirma Kim Kataguirí, "tem de fazer sentido e as pessoas têm de gostar daquilo, tem que querer fazer parte [...]. As pessoas todas estão sendo muito mais levadas pela paixão"⁹⁰.

O VPR usa enquadramentos motivacionais compatíveis com seus objetivos e estratégias e sua visão político-ideológica: o grupo, que afirma defender a atuação legal, democrática e por vias institucionais (BUTTERFIELD; CHEQUER, 2016; FÁVERO; REVERBEL, 2016; OLIVEIRA, 2016), fez pressão em deputados e autoridades, além de declarar recorrentemente seu apoio à atuação da PF e de outras autoridades do poder judiciário (ver figura 10). NasRuas e ROL, por sua vez, têm como semelhança o apelo nacionalista, que pode estar diretamente relacionado à posição conservadora de ambas as organizações.

Tanto Marcello Reis quanto Carla Zambelli, além de outros membros das duas organizações são declaradamente cristãos e patriotas, e esse aspecto de suas trajetórias pessoais transparece em citações da Bíblia e nos enquadramentos que aludem à ideia de patriotismo (ver figura 7 e tabela 18). Uma diferença, porém, entre NasRuas e ROL está nos objetivos das organizações: enquanto o NasRuas afirma que existe para "fiscalizar o poder público, propor soluções de combate à impunidade e promover a conscientização

⁹⁰ <https://www.facebook.com/mblivre/videos/vb.204223673035117/384162848374531/?type=2&theater> . Acesso em 10/05/2017

política, à fim de formar cidadãos atuantes num futuro próximo"⁹¹, o ROL foi criado para lutar "contra as mazelas que nos rodeiam"⁹². A perspectiva estratégico-tática das práticas contenciosas do NasRuas resultaram na elaboração de enquadramentos motivacionais que exercessem pressão sobre deputados e autoridades, localizando a esfera de impacto a que se propõe a organização, que é a política institucional. O ROL, entretanto, defende pautas amplas e difundidas no senso comum, como a revolta contra a fome, a agressão a idosos e crianças e a falta de moralidade e ética⁹³. Essas demandas estão refletidas nos enquadramentos motivacionais da organização, que recorre ao senso de urgência do público que seguia a antiga página. Os distintos objetivos, estratégias e táticas condicionaram, deste modo, os enquadramentos motivacionais das organizações (ver tabela 18), ainda que NasRuas e ROL compartilhem de maior proximidade e semelhança na perspectiva político-ideológica, quando comparados com as outros três organizações.

Por fim, outra contribuição analítica que esta dissertação oferece concerne ao uso (diverso) das mídias sociais por organizações da sociedade civil. Os grupos analisados também foram relevantes para a mobilização em plataformas digitais, combinando recursos em suas práticas contenciosas. A análise de conteúdo das mensagens possibilitou observar diferentes modalidades de performances comunicativas no *Facebook*. Todas as organizações valorizaram a produção de conteúdo visual - fotos e vídeos, o que pode gerar maior atratividade e interação do público com o conteúdo. Outra semelhança foi a construção de enquadramentos a partir de insumos fornecidos por conteúdos produzidos fora do *Facebook*, sejam reportagens ou vídeos de grandes veículos de comunicação, como a Folha de S. Paulo, o Estadão ou a Veja, ou notícias apresentadas em veículos alternativos, como a Folha Política, O Implicante, O Reacionário ou O Antagonista. As organizações combinaram a transmissão de vídeos próprios - o que corroborou a relevância de suas páginas enquanto centros de difusão de informação sobre a campanha pelo impeachment - com a repercussão de notícias, vídeos e textos. Ao mesmo tempo em que criticaram a cobertura de grandes jornais, as organizações também se apoiaram na credibilidade de veículos tradicionais. Suas páginas serviam, ainda, como espaços de divulgação dos portais alternativos de notícias

⁹¹ https://www.facebook.com/pg/nasruas/about/?ref=page_internal . Acesso em 10/05/2017

⁹² https://www.facebook.com/pg/prol.brasill/about/?ref=page_internal . Acesso em 10/05/2017

⁹³ https://www.facebook.com/pg/prol.brasill/about/?ref=page_internal . Acesso em 10/05/2017

que têm abordagens editoriais mais próximas dos posicionamentos político-ideológicos dos grupos.

Uma diferença importante reside nos diversos níveis de profissionalização do gerenciamento das páginas do *Facebook* das organizações. Enquanto o VPR possui assessoras de imprensa, integrantes do grupo, dedicadas a preparar e produzir peças visuais, postá-las em horários específicos e responder a comentários, o MEB não delega membros específicos para estas tarefas, nem planeja suas postagens (BUENO, 2016). O MBL tem divisões e membros dedicados apenas à página do *Facebook*, enquanto NasRuas e ROL centralizam em alguns de seus líderes a administração das páginas. A importância relativa da profissionalização do gerenciamento da página está relacionada às táticas específicas do grupo e dos objetivos a que se destinam. Uma vez que o MEB pretende atuar na política institucional e reunir lideranças de direita, o investimento na sofisticação da página não se revelou prioridade, na visão de seus líderes. Já o MBL, que busca popularizar suas ideias e construir uma agenda cultural e institucional à direita, o planejamento cuidadoso das performances comunicativas é tática crucial na estratégia da organização. O VPR, NasRuas e ROL possuem objetivos difusos que se fundamentam na mobilização de adeptos, seja para promover o combate a corrupção, a ética na política ou a defesa da moralidade conservadora e cristã. Isto significou, na visão das organizações, que a comunicação nas mídias sociais com seus seguidores adquirisse relevância nas suas táticas. Os líderes do NasRuas e ROL chegaram a abandonar as carreiras para dedicarem-se às organizações, que publicaram mais de 10.000 mensagens em menos de dois anos, em suas páginas.

As páginas do *Facebook* do MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR não funcionaram como arenas de debate político, mas como canais de comunicação e convocação de protestos (BUENO, 2016; OLIVEIRA, 2016). Como discorreram as líderes do MEB e VPR entrevistadas, as páginas são canais baratos e de grande alcance ao público-alvo dos protestos (ibidem), onde as organizações divulgavam as ações, convocava protestos online, pediam doações e afirmavam sua liderança e relevância política. Incorporar o *Facebook* como recursos e arena política de disputa construiu-se, pelas práticas contenciosas dos grupos, como oportunidade de desafiar o projeto político vigente. Patrícia Bueno, do MEB, diz que:

"Quando surgiu a internet [...], a maioria antes que não conseguia se organizar, passou a conseguir se organizar. [...] A internet possibilitou que essas pessoas

começassem a conversar. O *Facebook* foi o principal meio, [...] foi fundamental, ele continua sendo uma ferramenta importantíssima" (BUENO, 2016).

Outro exemplo da importância do uso da página da organização no *Facebook* está na seguinte fala de Kim Kataguiiri em um dos congressos do MBL:

"Hoje, em termos de página de *Facebook*, sobre política, mundialmente falando, a nossa página é a segunda mais vista, a primeira é a do Trump. A gente tem um alcance assim, grotesco semanalmente, de 50, 54 milhões de pessoas. E isso é maior, no alcance em termos de *Facebook*, do que a Globo, do que a Folha, do que o Estado de S. Paulo, que enfim. Então é um trabalho que a gente faz de sintetizar as principais notícias, colocar um viés ideológico e passar isso numa maneira que a pessoa bata o olho e já entenda, e não só entenda como concorde, porque a gente coloca também os nossos valores lá dentro daquilo, então eu acho que é uma maneira extremamente interessante que tá ajudando a quebrar um pouco essa supremacia da imprensa tradicional" (KATAGUIRI, 2016).

O mais interessante desta citação não é o suposto alcance do MBL através do *Facebook*, que é um dado que não pode ser verificado empiricamente. As falas de Bueno, Kataguiiri e a fala de Oliveira, a seguir, explicitam o papel de mediação das práticas contenciosas digitais sobre os impactos destas plataformas em processos de mobilização. Considerando a relevância online das cinco organizações na campanha pró-impeachment, a chave explicativa de suas performances comunicativas online foram as próprias práticas situadas e suas dimensões condicionantes, em oposição à arquitetura do *Facebook* em si, que foi utilizada por todos os grupos, e que oferece os mesmos recursos aos administradores das páginas. Ainda que a literatura sobre internet e movimentos sociais tenda a ser otimista, as expectativas de refundação da lógica de ação coletiva não se materializam, pelo menos não da forma radical imaginada. Estes resultados reafirmam a centralidade da agência situada dos atores políticos, e contrariam as expectativas de determinismo tecnológico acerca dos usos e efeitos das mídias sociais no processo de ação coletiva.

A visão política-ideológica e as definições estratégico-táticas das cinco organizações desdobraram-se em centralização das decisões e relativa distância entre as organizações e o público. MBL, VPR e MEB, principalmente, convocavam a participação do público das páginas nas ações *dos* grupos, em oposição à ideia de construção das ações como *parte* dos grupos. Os pedidos de curtidas,

compartilhamentos e doações (ver figuras 2 a 6) visavam à sobrevivência e legitimidade das organizações, não necessariamente o estreitamento da relação entre lideranças e base ou à participação e debates horizontais a partir dos recursos do *Facebook*. A fala de uma das líderes do VPR expressa esta relação:

"Uma coisa que os nossos seguidores tão bem acostumados é que a gente peça ação: gente, tá acontecendo isso, quem está fazendo isso é esse cara [deputado], o link pra você falar com ele, aí eu dou o link do mapa das 10 medidas ou do mapa do impeachment, [...] fala com o cara que nós não queremos isso, e aí as pessoas vão aderindo, aderindo e viraliza em uma hora, o Brasil inteiro tá sabendo, o Brasil inteiro tá trabalhando pra que eles [congressistas] não façam nenhuma besteira."
(OLIVEIRA, 2016)

Para além deste achado, as falas dos líderes dos grupos permitem propor um argumento secundário, mas que endereça o debate sobre mobilizações nas mídias sociais. As entrevistas corroboram a ideia de que as organizações podem exercer papel relevante nas mídias sociais. Nesse sentido, a ação conectiva e a política personalizada (BENNETT; SEGERBERG, 2013) não sobrepujou a lógica da ação coletiva e a pertinência das organizações no processo interpretativo e na produção de enquadramentos. Os grupos *se engajaram* na produção de enquadramentos de ação coletiva que expressassem significados compartilhados.

Os resultados da análise de conteúdo e falas reproduzidas também indicam que houve atuação *top-down* por parte das cinco organizações. Ainda que façam uso de recursos visuais e textuais que fomentem a identificação, enquanto indivíduos, dos seguidores com os problemas e soluções defendidos, os grupos também pretendem produzir significados e crenças que podem ser caracterizados como enquadramentos de ação coletiva, e não apenas enquadramentos personalizáveis (BENNETT; SEGERBERG, 2012). Ou seja: os achados empíricos apresentados sugerem que há construção de significados abrangentes e compartilhados nestas plataformas. As organizações se apoiaram sobre o contexto político de crescente fragilização de seus adversários políticos para tal. Ainda que as organizações tenham endereçado seus seguidores remetendo à sua individualidade (como fez o MBL com a palavra de ordem "Esse impeachment é meu"), o enquadramento de 'corrupção lulopetista como projeto de poder autoritário' foi negociado e visou reinterpretar coletivamente os 13 anos de

governo petista. As falas dos líderes das organizações ilustram, portanto, a combinação dinâmica da plataforma nas estratégias e táticas de sua organização.

Síntese dos argumentos exploratórios

Os resultados empíricos desta dissertação possibilitaram a elaboração de argumentos exploratórios acerca da relação entre os enquadramentos de ação coletiva e as perspectivas condicionantes da ação coletiva no nível das organizações. Primeiramente, entendemos que as disposições coletivas podem condicionar os limites dos significados e crenças produzidos em performances comunicativas. Os dados indicam que pode haver uma relação, mediada por mecanismos, entre quais são as experiências compartilhadas entre os líderes das organizações e quais fragmentos do contexto político são recuperados para produzir enquadramentos diagnósticos. As trajetórias dos líderes (e membros) dos grupos também podem impactar em quais são os enquadramentos motivacionais elaborados, de modo que os diagnósticos e as soluções são costurados por apelos que dialogam com os valores compartilhados pelos membros. Uma vez que estas trajetórias se aproximam, entre organizações do mesmo campo, a tendência seria observarmos maior similaridade entre os enquadramentos.

A perspectiva relacional também pode ter efeitos sobre as variações de enquadramentos de ação coletiva entre organizações de um campo organizacional e identitário. Um campo denso em termos de interações, onde há constante contato e articulação de ações por demandas específicas pode provocar maior alinhamento na produção de enquadramentos diagnósticos. A conectividade facilitada pelas mídias sociais pode contribuir para acelerar esse processo.

As posições político-ideológicas de organizações da sociedade civil também podem condicionar, mediadas por mecanismos e combinadas às disposições, quais fragmentos das estruturas de oportunidades discursivas são conjugados e apresentados como problema, que tipos de soluções são indicados e quais são os gatilhos motivacionais elaborados. A escolha de quais portais são replicados, das palavras escolhidas e de quais soluções são encadeadas com os problemas apontados podem estar relacionadas com esta perspectiva.

Por fim, concluímos que a perspectiva estratégico-tática das práticas contenciosas também afeta a construção de enquadramentos de ação coletiva. Os objetivos e demandas, que se traduzem em estratégias e táticas podem explicar porque

organizações com trajetórias e posições político-ideológicas semelhantes, em um mesmo campo e contexto, produzem enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais distintos. Em casos em que os objetivos são amplos e obtusos, as soluções propostas podem tender a ser generalistas, e quando as estratégias e táticas são mais complexas, os enquadramentos podem refletir esse nível de maturidade.

Considerações finais

A campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff engajou milhões de brasileiros não apenas nas manifestações de rua, mas também nas mídias sociais, em especial no *Facebook*. Organizações da sociedade civil foram relevantes no processo mobilizatório dessas demonstrações, utilizando-se desta plataforma para engajar possíveis adeptos e para adquirir visibilidade. Mais especificamente, MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR estão entre as principais convocadoras de protestos on e off-line. As páginas oficiais dessas organizações no *Facebook* serviram de arena política e canal de disseminação de informações, narrativas e enquadramentos de ação coletiva. Os enquadramentos elaborados pelas organizações revelam mais que os significados e crenças ligados ao campo organizacional e identitário à direita. O trabalho significador marca o ritmo da própria campanha - que foi condicionada pelo contexto político dos 22 meses do segundo mandato de Rousseff - mas também está diretamente relacionado às práticas contenciosas dos atores que participam destas organizações.

O ciclo de protestos pelo impeachment se deu em um período temporal definido, durante o qual a bandeira prioritária das cinco organizações era a mesma: a saída de Rousseff da Presidência. Ainda que ocupem posições relativamente semelhantes nos debates ideológicos, tenham defendido a mesma causa neste período e atuado em ações conjuntas, observamos que os enquadramentos por elas elaborados variam. Este fenômeno chama a atenção e denota a diversidade dos usos destas tecnologias por organizações da sociedade civil em processos contenciosos.

O contexto político ofereceu referências empíricas, fatos e eventos que foram organizados e interpretados em performances comunicativas situadas. O contexto político também demarca incentivos e constrangimentos às práticas contenciosas dos atores políticos, que são lidos a partir das suas posições de fala. Nesse sentido, o contexto influencia o processo mobilizatório. As performances comunicativas desses atores e os enquadramentos de ação coletiva elaborados também (re)significam acontecimentos, de modo a, em alguma medida, atualizar ou reforçar elementos desse contexto.

O processo interpretativo é um dos pilares fundamentais do engajamento e mobilização de adeptos a causas (BENFORD; SNOW, 2000). Os enquadramentos de ação coletiva organizam experiências, legitimam e justificam ação, denotando sentido à participação em ações. Com a popularização das mídias digitais, o trabalho significador

passou a ser construído também nestas arenas. Como vimos, as páginas das cinco organizações analisadas foram *palcos* das performances comunicativas que produziram enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais (BENFORD; SNOW, 2000). Um dos principais achados desta dissertação é que, apesar da aparente homogeneidade entre MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR, estas organizações têm peculiaridades significativas que precisam ser consideradas cuidadosamente para que possamos compreender como a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff ocorreu.

As heterogeneidades e semelhanças dos enquadramentos diagnósticos, prognósticos e motivacionais destacam que este campo é configurado por organizações em posições distintas, cujas performances comunicativas denotam as nuances desta direita. Os enquadramentos de ação coletiva não são pura e simplesmente resultado da estrutura ideacional, institucional, social ou política nas quais as organizações atuaram. Os constrangimentos e oportunidades que limitam a ação dos atores políticos são decifrados pela ótica dos processos que conformam a ação humana, e mais especificamente, a ação coletiva. Argumentamos que as dimensões condicionantes das práticas contenciosas medeiam como e quais fragmentos das estruturas são combinados para produzir significados e crenças compartilhados.

Reiteramos que as disposições coletivas, as relações, as posições político-ideológicas e as estratégias e táticas das organizações da sociedade civil são as dimensões condicionantes das práticas contenciosas. Conformam, portanto, as performances comunicativas, e os enquadramentos produzidos por líderes (e membros) das cinco organizações observadas. Os problemas, culpados e soluções elencadas pelas organizações são subsidiados pelas trajetórias, relações, visões de mundo e pelos objetivos das organizações. Estas perspectivas delimitam quais interlocutores são desafiados no confronto político, e quais demandas são defendidas publicamente, em suas postagens online. O processo de *framing* é mediado pela capacidade de agência situada dos atores, que, por sua vez, depende de como esses atores dão sentido ao contexto a partir de seus locais de fala. Como argumentamos na dissertação, estas perspectivas ajudam a explicar as heterogeneidades e semelhanças relativas entre os enquadramentos de ação coletiva de MBL, MEB, NasRuas, ROL e VPR.

O enquadramento diagnóstico predominante entre as organizações é de que não há precedentes para os escândalos de corrupção desvendados pela Operação Lava Jato, da PF. Os desvios de verba e ganhos ilícitos foram o *método* dos governos PT, Lula e

Dilma, culpados essenciais pelo cenário de caos econômico, político e institucional. O projeto de poder do PT seria, conseqüentemente, corrupto, manipulador, e autoritário, que visa a perpetuação do partido no comando do país. A análise de conteúdo das postagens nas páginas públicas dos grupos demonstrou coesão das organizações em afirmar que a corrupção e a má gestão estão entre os principais problemas do país. As mentiras, a impunidade e as ideias à esquerda também foram significadas como problemas. Os culpados são Dilma, Lula e PT, ainda que as organizações não concordem em quem é mais culpado, entre os três.

Já no que diz respeito aos enquadramentos prognósticos e motivacionais, o nível de coesão e concordância é menor: a maioria pede, além do impeachment, "Fora PT" e a prisão de Lula. Alguns ainda pedem a prisão de corruptos, a aprovação do projeto de lei de medidas contra a corrupção ou mesmo por mais liberalismo econômico. Estas diferenças podem ser atribuídas às dimensões condicionantes das práticas contenciosas. O MBL de juventude liberal, conectado a uma rede de instituições e personagens de um campo político formado por *think tanks*, portais alternativos de notícias, parlamentares e grupos liberais (DIAS, 2016; GOBBI, 2016). É uma organização com pretensões de atuar tanto como mobilizadora de massas como influenciadora institucional, e para isso, definiu a estratégia de "guerra cultural" nas universidades aos parlamentos (KATAGUIRI, 2016). As postagens do grupo no *Facebook* estão carregadas das marcas deixadas por estas dimensões: o MBL não apenas defende o impeachment, mas insere sua visão política e ideológica nas mensagens, com o apoio de conteúdos externos, ainda que esta escolha não resulte necessariamente em mais engajamento de seus seguidores. A organização, assim como as outras quatro analisadas, visam desconstruir e ressignificar o projeto de poder e legado petistas, porém o objetivo de reocupar a política nacional leva o MBL a enfatizar as mentiras, ilusões ou manobras de seu adversário, atacando sua legitimidade.

O MEB também investe em uma atuação híbrida, entretanto o foco é atrair novas lideranças à direita, para ocupar as instituições. A organização foi fundada por profissionais liberais e empresários, com tendência conservadora. Mais uma vez, as características do grupo se refletem em suas performances comunicativas e enquadramentos produzidos. A página é consideravelmente menos profissionalizada que as outras, uma vez que a organização não tem membros exclusivamente dedicados. A postura política irreverente e abertamente divergente ao projeto lulopetista e às ideias associadas às matrizes ideológicas do partido (BUENO, 2016; FOLHA DE S.PAULO,

2014) transparece nas postagens irônicas, que miram a esquerda, o socialismo e o comunismo. O MEB não apresenta estratégias e táticas muito claras (BUENO, 2016; FOLHA DE S.PAULO, 2014), o que pode estar relacionado à menor quantidade e ao menor grau de complexidade dos textos, imagens e vídeos, que muitas vezes ridicularizam ou apontaram as hipocrisias dos adversários.

O VPR, por sua vez, é a organização mais ao centro política e ideologicamente, o que é evidenciado no teor menos agressivo de suas mensagens. Foi formado por, basicamente, empresários que se opunham à reeleição de Dilma Rousseff, e apreensivos quanto aos índices desfavoráveis na economia brasileira. A organização visa promover a ética na política e a gestão eficiente do Estado. As estratégias e táticas do grupo são menos ambiciosas quando comparadas as do MBL. O VPR pretende pressionar às instituições por projetos de leis e demandas específicas como as medidas contra a corrupção. Os principais enquadramentos motivacionais da organização são cobrar de autoridades que ajam conforme demandas da organização, e apoiar a operação Lava Jato.

NasRuas e ROL são as organizações mais semelhantes, comparativamente, entre as cinco. O NasRuas foi fundado por Carla Zambelli, ex-mulher do fundador do ROL, Marcello Reis, que é ex-pastor. Ambas são conservadoras, e estão ligadas a grupos anticorrupção, que já protestavam desde 2011 (RODRIGUES, 2011). As duas organizações usam vocabulário mais agressivo, ao mesmo tempo em que faz alusões à Bíblia, Deus e à família (ver figuras 4, 5 e 7). Os grupos divergem, no entanto, seus objetivos, estratégias e táticas. Enquanto o NasRuas se declara como fiscalizador do poder público, o ROL declara que luta contra mazelas, injustiças e imoralidade. O NasRuas demonstra maior clareza em termos da missão da organização, o que se reflete nos enquadramentos de ação coletiva do grupo, que também investiu na pressão sobre instituições e autoridades, assim como o VPR. O ROL, todavia, frequentemente repetia os textos de suas mensagens, apelos para doação e bordões do grupo (ver figura 5), como "juntos somos mais fortes e com Deus na nossa frente somos imbatíveis", apoiando-se no senso de urgência dos problemas que apontava. As postagens do ROL foram as que mais se apoiaram em conteúdo externo, enquanto o NasRuas foi o que menos recorreu a reportagens, vídeos ou textos de outros grupos ou ativistas.

Concluimos, desse modo, que os enquadramentos dos cinco grupos variam de acordo com as trajetórias, relações, posições político-ideológicas e objetivos, estratégias e táticas das organizações. Seus líderes (e membros) partilham, coletivamente, de

experiências e conexões no âmbito dos grupos, a partir dos *inputs* de suas vivências. Mais especificamente, afirmamos que a perspectiva disposicional coletiva condiciona a formação de narrativas e significados: estes podem ser carregados de religiosidade, patriotismo, ou pragmatismo, por exemplo; podem *enquadrar* diferentes fatos e eventos como problema a partir destas "lentes". A perspectiva relacional também parece condicionar o alinhamento na produção de enquadramentos diagnósticos, como vimos nos casos das cinco organizações.

Ademais, as posições político-ideológicas e os objetivos, estratégias e táticas influenciam tanto a formação quanto as combinações específicas de significados. Nosso argumento é de que as visões de mundo dos atores direcionam quais fatos são destacados e quais referências são ligadas a eles, para apontar problemas, culpados, soluções e motivações. Quanto mais ambiciosas e claras são as visões de mundo e estratégias e táticas das organizações, mais complexas podem ser as performances comunicativas, e mais elaborados os enquadramentos de ação coletiva.

Os resultados desta dissertação apresentam limitações quanto à possibilidade de generalização. Nosso propósito não era apresentar argumentos que explicassem os enquadramentos de ação coletiva produzidos por toda e qualquer organização da sociedade civil em qualquer lugar do mundo. Nossos achados são exploratórios e de médio alcance e condicionados ao contexto político específico da campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff.

Outra limitação deste estudo diz respeito aos dados coletados. Como discutimos no anexo metodológico, a coleta de dados em mídias sociais é pouco transparente por causa das políticas de acesso de plataformas privadas. Não é possível garantir que todas as postagens das cinco organizações, no período da campanha, foram devolvidas pelo *Netvizz*, e sabemos que não o foram. Em segundo lugar, não foi possível entrevistar atores chaves de todas as cinco organizações. O difícil acesso a estas pessoas impôs a alternativa de complementar os dados com reportagens, vídeos e outros documentos produzidos, que pudessem revelar evidências das dimensões das práticas contenciosas dos grupos. Ainda assim, consideramos que com a inserção destes dados, foi possível garantir maior rigor ao exercício comparativo.

Por fim, esta dissertação abre novas agendas de pesquisa. Como discutimos, a direita brasileira entendeu sua capacidade de mobilização popular. Para aprofundar a análise desses atores e seu repertório, uma das saídas pode ser a elaboração de estudos comparativos que esclareçam se há e qual é a diferença entre as práticas contenciosas da

esquerda e da direita brasileira. Em segundo lugar, está análise focou apenas no processo de ascensão da direita no Brasil, porém esse fenômeno não é uma particularidade do país. Reafirma-se, então, a importância de compreender esse processo também em outros países. Além disso, mostramos que as mídias sociais são arenas cada vez mais centrais nas estratégias e táticas das organizações da sociedade civil. Para elucidar as ondas de protesto no Brasil, se faz cada vez mais relevante considerar os usos da internet como parte da rotina contenciosa dos atores políticos, o que implica repensar os pressupostos ontológicos, metodológicos e epistemológicos das produções acadêmicas nesta área.

Contribuímos para os estudos de análise de *framing*, ao retomar os conceitos fundamentais desta abordagem e destacando as mídias sociais como arenas de trabalho significador. É importante que outros estudos se debrucem sobre a construção de significados e crenças online, de modo a elucidar qual é o impacto dos usos das plataformas de mídias sociais sobre este processo. Finalmente, levantamos argumentos exploratórios que questionam a rigidez dos constrangimentos estruturais e que reconsideram o possível papel da capacidade de agência situada nos atores como fator explicativo da construção de enquadramentos de ação coletiva. Futuros trabalhos podem verificar se as dimensões das práticas contenciosas elencadas nesta dissertação de fato explicam os enquadramentos de ação coletiva em outros contextos; qual é o peso relativo de cada dimensão (disposicional coletiva; relacional; político-ideológica e estratégico-tática) sobre os enquadramentos; e quais são os mecanismos causais que medeiam estas dimensões e a produção de enquadramentos de ação coletiva, on e off-line.

Anexo metodológico

O processo de pesquisa que combina técnicas de coleta de dados on e off-line apresenta muitos desafios, desde o acesso às fontes de dados até a análise e concatenação dos resultados empíricos. Nesta dissertação, o objeto de análise fundamental foram as postagens das organizações em suas páginas públicas. Estes dados foram coletados através do aplicativo *Netvizz*, hospedado no próprio *Facebook*. O *Netvizz* se conecta à API do *Facebook*, que é a interface criada pelo próprio *Facebook* para que usuários da plataforma possam solicitar dados definidos pela política do serviço como públicos. A API do *Facebook* permite realizar pedidos de dados aos servidores da plataforma, que retornaram, no caso da coleta de dados desta dissertação, as postagens apenas dos administradores das páginas das cinco organizações, desconsiderando portanto, eventuais postagens de usuários e comentários. A API também disponibiliza a contagem de interações por curtidas, reações, compartilhamentos ou comentários.

O *Netvizz* e a API do *Facebook* não garantem que 100% das postagens visualizáveis nas páginas pelo *browser* ou por *smartphones* sejam retornadas nos pedidos efetuados. Esse é o primeiro desafio da coleta de dados nas mídias sociais: dificilmente as APIs permitem a coleta de todos os dados ou de uma amostra rigorosamente replicável e representativa. Ainda assim, o volume de postagens coletados foi alto o suficiente para que a expectativa seja de que a maioria das mensagens tenha sido obtida. Os dados retornados, planilhas separadas por tabulação, são compactados e podem ser baixados pelo navegador. As tabelas contêm também os links das postagens e dos conteúdos externos vinculados, além do identificador de cada postagem e da página que a criou.

O segundo desafio, também complexo, diz respeito à constante possibilidade de perda irreversível de dados eventualmente apagados pelos administradores das páginas. Esta limitação exige planejamento prévio da pesquisa de modo que a coleta de dados ocorra desde os primeiros estágios de definição da operacionalização da pesquisa, periodicamente, para minimizar a perda de dados. O dilema da perda de dados e da impossibilidade de onipresença do pesquisador nos espaços onde as práticas digitais se dão reafirma a necessidade do desenho cuidadoso da pesquisa. Este procedimento é uma das lições apreendidas do processo de elaboração desta dissertação.

O terceiro desafio compreende a baixa transparência das empresas que oferecem os serviços das plataformas. O funcionamento das APIs, suas arquiteturas, limitações e ajustes ao longo do tempo são pouco claros. A variação de resultados obtidos no uso de diferentes aplicativos que acessam a API do *Facebook* existe, além da sensível diferença observada em coletas de teste realizadas em diferentes momentos do tempo, buscando dados antigos e recentes. A API do *Facebook* foi atualizada, desde a sua criação, onze vezes⁹⁴, o que dificulta a replicação e comparabilidade de processos de coletas de dados de páginas cujo fluxo de atividade seja diferente. Estes obstáculos reforçam a necessidade de reflexão não apenas empírica, mas metodológica sobre as alternativas e limitações das pesquisas realizadas com dados coletados em mídias sociais.

Ainda que limitados, os dados utilizados neste trabalho são pertinentes para informar a produção de análises e conclusões sobre as perguntas os objetivos de pesquisa. Diante das fragilidades descritas, foi fundamental recorrer a outras fontes de dados que puderam conferir maior robustez aos resultados elaborados, tendo em vista a pergunta de pesquisa construída. Nesse sentido, considerando a posição ontológica e epistemológica das discussões teóricas apresentadas, ressaltamos que a pesquisa em mídias digitais beneficia-se da combinação com outras fontes online e off-line, uma vez que tal desenho seja compatível com a pergunta de pesquisa.

Foi crucial, nesta dissertação, recorrer às entrevistas e dados secundários. Estas fontes possibilitaram incluir na análise as falas e ideias dos atores políticos que não foram expressas no *Facebook*. As mídias sociais, como vimos, *não dizem tudo*. Outra lição que aprendemos, portanto, é não se deixar fascinar pela abundância de dados produzidos nas plataformas digitais. A aparente facilidade de acesso e as múltiplas possibilidades de analisar tais dados não equivalem à produção rigorosa de conhecimento científico.

Por fim, vale mencionar as dificuldades do processo de coleta de dados off-line. A pesquisa de campo desenvolvida visou entrevistar os responsáveis pelas mídias sociais das cinco organizações analisadas. Entretanto, o processo de criação da relação de confiança entre pesquisador e pesquisado revelou-se mais complexo que o esperado. Os atores chave procurados demonstravam desconfiança em conceder a entrevistas, mesmo diante do contato que detalhava informações da filiação da entrevistadora e dos

⁹⁴ <https://developers.facebook.com/docs/apps/changelog>

propósitos da pesquisa. Mesmo com o envio prévio do roteiro de entrevistas, o acesso aos entrevistados enfrentou a barreira do receio relacionado às posições ideológicas da entrevistadora, ainda que o campo tenha ocorrido após o impeachment de Dilma Rousseff. Uma das possíveis entrevistadas, quando foi comunicada do pedido de indicação do contato, questionou à outra entrevistada que ligara solicitando se a pesquisadora era "de esquerda".

Essa experiência revelou a importância do planejamento de pesquisa que considere cenários favoráveis e desfavoráveis, e que incluem a possibilidade de recorrer a outras fontes ou técnicas quando não é possível obter todos os dados desejados. O processo de pesquisa exige, muitas vezes, criatividade, flexibilidade e resiliência do pesquisador.

Apêndice

Anexo 1. Eventos de Protesto da Campanha Pró-Impeachment

Mês	Data	Repertório	Organizadores
Novembro	01/11/2014	Protesto de rua	MBL, NasRuas e ROL
Novembro	15/11/2014	Protesto de rua	NasRuas e VPR
Novembro	29/11/2014	Protesto de rua	NasRuas e ROL
Dezembro	06/12/2014	Protesto de rua	MBL, VPR
Março	08/03/2015	Panelaço	Sem organizadores
Março	11/03/2015	Protesto de rua	MBL
Março	15/03/2015	Protesto de rua	MBL, VPR, MEB, NasRuas e ROL
Março	16/03/2015	Panelaço	Sem organizadores
Abril	12/04/2015	Protesto de rua	MBL, VPR, MEB, NasRuas e ROL
Abril	24/04/2015	Marcha à Brasília	MBL
Maiο	05/05/2015	Panelaço	Sem organizadores
Maiο	27/05/2015	Chegada à Brasília	MBL
Maiο	27/05/2015	Protesto de rua	NasRuas
Julho	14/07/2015	Protesto de rua	VPR
Agosto	06/08/2015	Panelaço	Sem organizadores
Agosto	16/08/2015	Protesto de rua	MBL, VPR, MEB, NasRuas e ROL
Setembro	07/09/2015	Protesto de rua	NasRuas e ROL
Outubro	17/10/2015	Protesto de rua	VPR
Outubro	18/10/2015	Protesto de rua	NasRuas
Outubro	19/10/2015	Protesto de rua	MBL, NasRuas e VPR
Outubro	19/10/2015	Acampamento de rua	MBL, ROL e VPR
Outubro	20/10/2015	Protesto de rua	NasRuas e VPR
Outubro	21/10/2015	Protesto de rua	NasRuas e VPR
Outubro	22/10/2015	Protesto de rua	NasRuas
Outubro	23/10/2015	Protesto de rua	NasRuas
Outubro	24/10/2015	Protesto de rua	NasRuas
Outubro	25/10/2015	Protesto de rua	NasRuas
Outubro	26/10/2015	Protesto de rua	VPR
Novembro	15/11/2015	Protesto de rua	MBL, ROL
Dezembro	13/12/2015	Protesto de rua	MBL, VPR, MEB
Fevereiro	03/02/2016	Panelaço	Sem organizadores
Fevereiro	26/02/2016	Panelaço	Sem organizadores
Março	13/03/2016	Protesto de rua	MBL, VPR, MEB, NasRuas e ROL
Março	16/03/2016	Panelaço	Sem organizadores
Março	17/03/2016	Acampamento de rua	Sem organizadores
Março	21/03/2016	Protesto de rua	Sem organizadores (apoio de MBL e VPR)
Abril	17/04/2016	Protesto de rua	MBL, NasRuas, ROL e VPR
Maiο	12/05/2016	Protesto de rua	MBL, ROL e VPR
Julho	17/07/2016	Protesto de rua	VPR
Julho	31/07/2016	Protesto de rua	MBL, NasRuas, ROL e VPR

Referências Bibliográficas

- ABRANTES, T. **Quem são e o que defendem os líderes dos protestos do dia 15.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/quem-sao-e-o-que-pensam-os-lideres-dos-protestos-do-dia-15/>>. Acesso em: 1 maio. 2017.
- AGÊNCIA CÂMARA. **Após oito dias acorrentados, manifestantes pró-impeachment deixam a Câmara.** Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-11-05/apos-oito-dias-acorrentados-manifestantes-pro-impeachment-deixam-a-camara.html>>. Acesso em: 9 maio. 2017.
- AGGIO, C.; REIS, L. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a este site pelos candidatos durante as eleições municipais de 2012. **Revista Compolítica**, v. 3, n. 2, p. 155, 2013.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 49–86, 2009.
- AMORA, D. **Tribunal de Contas da União aponta crime nas manobras fiscais.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1617721-decisao-do-tcu-cria-risco-de-rejeicao-das-contas-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 17 dez. 2016.
- ASKANIUS, T.; GUSTAFSSON, N. Mainstreaming the Alternative : The Changing Media Practices of Protest Movements. **Interface**, v. 2, n. 2, p. 23–41, 2010.
- AZEVEDO, R. **Há um ano, nascia o MBL, que se espalhou por todo o país; 1º aniversário é comemorado em acampamento pró-impeachment.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/ha-um-ano-nascia-o-mbl-que-se-espalhou-por-todo-o-pais-1o-aniversario-e-comemorado-em-acampamento-pro-impeachment/>>. Acesso em: 20 nov. 2015a.
- AZEVEDO, R. **O MOVIMENTO BRASIL LIVRE EM MOVIMENTO “MARCHA PELA LIBERDADE” COMPLETA HOJE UMA SEMANA.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-movimento-brasil-livre-em-movimento-marcha-pela-liberdade-completa-hoje-uma-semana/>>. Acesso em: 9 maio. 2017b.
- BARABÁSI, A.-L. The Scale-Free Property. In: **Network Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 112–163.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2012.
- BARNETT, C. Neither poison nor cure: Space, scale and public life in media theory. In: COULDRY, N.; MCCARTHY, A. (Eds.). **MediaSpace: Place, Scale and Culture in a Media Age**. London: Routledge, 2004. p. 58–74.
- BASTOS, M. T.; MERCEA, D.; CHARPENTIER, A. Tents, Tweets, and Events: The Interplay Between Ongoing Protests and Social Media. **Journal of Communication**, v. 65, n. 2, p. 320–350, 2015.
- BBC BRASIL. **Funcionários da Petrobras protestam contra imagem negativa após corrupção.** Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2015/02/12/funcionarios-da-petrobras-protestam-contr-a-imagem-negativa-apos-corrupcao.htm>>. Acesso em: 29 maio. 2017a.

BBC BRASIL. **Impeachment e críticas dividem líderes de protestos**. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/impeachment-e-criticas-dividem-lideres-de-protestos,4ca4f5f9b3c0c410VgnCLD200000b1bf46d0RCRD.html>>. Acesso em: 1 maio. 2017b.

BBC BRASIL. **Das ruas para as urnas: os líderes de protestos que migraram para a política**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/2016-09-27/protesto-eleicoes-2016.html>>. Acesso em: 6 maio. 2017.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, n. 1, p. 611–639, 2000.

BENFORD, R. Master Frame. In: SNOW, D. A. et al. (EDS.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social Movements**. Malden: Wiley-Blackwell, 2013.

BENFORD, R. Identity Fields. In: SNOW, D. A. et al. (EDS.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social Movements**. Malden: Wiley-Blackwell, 2013.

BENNETT, L. W.; SEGERBERG, A.; WALKER, S. Organization in the crowd: Peer production in large-scale networked protests. **Information, Communication & Society**, v. 17, n. 2, p. 232–260, 2014.

BENNETT, W. L. The Personalization of Politics: Political Identity, Social Media, and Changing Patterns of Participation. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 644, n. 1, p. 20–39, 2012.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 739–768, 2012.

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. **The Logic of Connective Action - Digital Media and the Personalization of Contentious Politics**. New York: Cambridge University Press, 2013.

BEVIR, M.; RHODES, R. A. W. Interpretation. In: **The State as Cultural Practice**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 63–80.

BIMBER, B. Information and Political Engagement in America: The Search for Effects of Information Technology at the Individual Level. **Political Research Quarterly**, v. 54, n. 1, p. 53–67, 2001.

BLUMER, H. The Methodological Position of Symbolic Interactionism. In: **Symbolic Interactionism: Perspective and Method**. New Jersey: University of California Press, 1969. p. 1–60.

BONIN, R. **Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Youssef à PF**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/>>. Acesso em: 1 maio. 2017.

BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL DECIDE. **Entrevista: Marcos Alcântara Machado**. Disponível em: <<https://brasildecide.wordpress.com/2014/11/26/entrevista-marcos-alcantara-machado/>>. Acesso em: 9 maio. 2017.

BUENO, P. **Comunicação pessoal**. São Paulo, 2016.

- BUTTERFIELD, C.; CHEQUER, R. **Vem Pra Rua**. 1. ed. São Paulo: Matrix, 2016.
- CABALIN, C. Online and mobilized students: The use of Facebook in the Chilean student protests. **Comunicar**, v. 22, n. 43, p. 25–33, 2014.
- CALGARO, F.; GARCIA, G.; PASSARINHO, N. **Comissão da Câmara aprova processo de impeachment de Dilma**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/comissao-da-camara-aprova-processo-de-impeachment-de-dilma.html>>. Acesso em: 2 maio. 2017.
- CALIXTO, B.; CISCATI, R. **12 de abril, uma manifestação pulverizada em tribos e movimentos**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/04/12-de-abril-uma-manifestacao-pulverizada-em-tribos-e-movimentos.html>>. Acesso em: 1 jan. 2017.
- CANCIAN, A.; MOURA, G. H. C.; MALINI, F. **A tecnopolítica das multidões inteligentes: uma análise do #25S no Twitter**. XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. **Anais**. Bauru: Intercom, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0142-1.pdf>>
- CARVALHO, D.; MARTINS, V. **Acuado por denúncia de delator, Cunha rompe com Dilma e abre CPIs**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-cira-cpi-do-bndes-apos-romper-com-governo,1727327>>. Acesso em: 2 maio. 2017.
- CASTELLS, M. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- CASTELLS, M. **Networks of Outrage and Hope**. 2nd. ed. Cambridge: Polity Press, 2015.
- CHADWICK, A. Digital Network Repertoires and Organizational Hybridity. **Political Communication**, v. 24, n. 3, p. 283–301, 2007.
- CHIUMBU, S. Social Movements, Media Practices and Radical Democracy In South Africa. **French Journal For Media Research**, n. 4, p. 1–20, 2015.
- CLEAVER JR, H. The Zapatista Effect The internet and the rise of an alternativa political fabric. **Journal of International Affairs**, v. 51, n. 2, p. 621, 1998.
- CONGRESSO EM FOCO. **Ex-pastor, advogado e empresário estão entre os líderes do “fora, Dilma”**. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/ex-pastor-advogado-e-empresario-estao-entre-os-lideres-do-fora-dilma/>>. Acesso em: 18 maio. 2017.
- CRUZ, M. **Facebook revela dados do Brasil na CPBR9 e WhatsApp 'vira ZapZap**. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2016/01/facebook-revela-dados-do-brasil-na-cpbr9-e-whatsapp-vira-zapzap.html>>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- D'AGOSTINO, R. **Supremo muda rito do impeachment entenda o que acontece agora - notícias em Processo de Impeachment de Dilma**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/supremo-muda-rito-do-impeachment-entenda-o-que-acontece-agora.html>>. Acesso em: 2 maio. 2017.

- DELLA PORTA, D. COMMUNICATION IN MOVEMENT. **Information, Communication & Society**, v. 14, n. 6, p. 800–819, 2011.
- DELLA PORTA, D.; MOSCA, L. Global-net for Global Movements? A Network of Networks for a Movement of Movements. **Journal of Public Policy**, v. 25, n. 1, p. 165–190, 2005.
- DIAS, T. DOS S. **Fora Dilma! Como as organizações utilizam o Facebook na campanha pró- impeachment de Dilma Rousseff** (Franco Bartolacci et al, Ed.). XII Congreso Nacional y V Congreso Internacional sobre Democracia. **Anais**. Rosario: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2016
- DIMAGGIO, P.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147–160, 1983.
- EARL, J.; KIMPORT, K. **Digitally Enabled Social Change: Activism in the Internet Age**. Cambridge: MIT Press, 2011.
- EMIRBAYER, M.; MISCHÉ, A. What Is Agency? **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 4, p. 962–1023, 1998.
- ÉPOCA NEGÓCIOS. **Capitais brasileiras têm protestos contra o governo**. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2015/08/manifestacoes-de-16-de-agosto-de-2015.html>>. Acesso em: 9 maio. 2017.
- ESTADÃO. **Facebook tira do ar página pró-impeachment Revoltados Online**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadao/facebook-tira-do-ar-pagina-pro-impeachment-revoltados-online/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- ESTADÃO CONTEÚDO. **Grupos que defendem a volta do militarismo convocam atos e pedem o impeachment de Dilma**. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/grupos-que-defendem-a-volta-do-militarismo-convocam-atos-e-pedem-o-impeachment-de-dilma-25062013>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- FABRINI, F.; VILLAVERDE, J.; CARAM, B. **Em decisão unânime, TCU rejeita contas do governo Dilma em 2014**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,tcu-rejeita-contas-de-dilma-por-pedaladas-fiscais,1776349>>. Acesso em: 2 maio. 2017.
- FALCÃO, M. **Ministro do STF suspende andamento do impeachment na Câmara**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1716683-ministro-do-stf-suspende-andamento-do-impeachment-na-camara.shtml>>. Acesso em: 2 maio. 2017.
- FALLETI, T. G.; LYNCH, J. F. Context and Causal Mechanisms in Political Analysis. **Comparative Political Studies**, v. 42, n. 9, p. 1143–1166, 2009.
- FARINOSI, M.; TRERÉ, E. Inside the “People of the Wheelbarrows”: participation between online and offline dimension in the post-quake social movement. **Journal of Community Informatics**, v. 6, n. 3, p. 1–12, 2010.
- FARRELL, H. The Consequences of the Internet for Politics. **Annual Review of Political Science**, v. 15, n. 1, p. 35–52, 2012.
- FÁVERO, B.; REVERBEL, P. **Queda de Dilma é o que une grupos à frente de**

manifestações. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669199-queda-de-dilma-e-o-que-une-grupos-a-frente-das-manifestacoes.shtml>>. Acesso em: 7 maio. 2017.

FERNANDES, A.; VERÍSSIMO, R.; ALEGRETTI, L. **Déficit do governo Dilma em 2014 é o maior da história.** Disponível em:

<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,deficit-do-governo-dilma-em-2014-e-o-maior-da-historia,1613187>>. Acesso em: 29 maio. 2017.

FERREE, M. M. et al. **Shaping abortion discourse - Democracy and the Public Sphere in Germany and the United States.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FLYVBJERG, B. Case Study. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). . **The Sage Handbook of Qualitative Research.** 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2011. p. 301–316.

FOLHA DE S.PAULO. **Endireita Brasil quer trazer os “bons” para política; conheça o movimento.** Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/tvfolha/2014/09/1512606-contragays-endireita-brasil-quer-trazer-os-bons-para-politica.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

FOLHA DE S.PAULO. **Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contrao-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

FOLHA DE S.PAULO. **Só 10% aprovam governo Dilma Rousseff, aponta pesquisa CNI-Ibope.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755532-so-10-aprovam-governo-dilma-rousseff-aponta-pesquisa-cni-ibope.shtml>>. Acesso em: 2 maio. 2017.

G1. **Três estados vendem gasolina sem imposto e motoristas fazem filas.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/06/tres-estados-vendem-gasolina-sem-imposto-e-motoristas-fazem-filas.html>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

G1. **Delator da Odebrecht citou 51 políticos de 11 partidos.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/delator-da-odebrecht-citou-51-politicos-de-11-partidos.ghtml>>. Acesso em: 17 dez. 2016a.

G1. **Câmara aprova prosseguimento do processo de impeachment no Senado.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/camara-aprova-prosseguimento-do-processo-de-impeachment-no-senado.html>>. Acesso em: 2 maio. 2017b.

G1. **Linha do tempo da Lava Jato.** Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2015/lava-jato/linha-do-tempo-da-lava-jato/>>. Acesso em: 1 maio. 2017.

GABY, S.; CAREN, N. Occupy Online: How Cute Old Men and Malcolm X Recruited 400,000 US Users to OWS on Facebook. **Social Movement Studies**, v. 11, n. 3–4, p. 367–374, 2012.

GALHARDO, R.; HUPSEL FILHO, V. **Movimentos vão a Brasília pressionar parlamentares - Política - Estadão.** Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,movimentos-vao-a-brasilia-pressionar-parlamentares,1668479>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

- GAMSON, W. A. Political consciousness. In: **Talking politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1–12.
- GARCÍA, C. et al. What can Twitter tell us about social movements' network topology and centrality? Analysing the case of the 2011 – 2013 Chilean student movement. **Inst. J. Organisational Design and Engineering**, v. 3, n. 3/4, p. 317–337, 2014.
- GARCIA, G. et al. **Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>>. Acesso em: 2 maio. 2017.
- GARCIA, G.; CALGARO, F.; PASSARINHO, N. **Senadores aprovam parecer, Dilma vira ré e vai a julgamento em plenário**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senadores-aprovam-parecer-dilma-vira-re-e-vai-julgamento-em-plenario.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.
- GEORGE, A. L.; BENNETT, A. Designing Case Study Research. In: **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. 1st. ed. Cambridge: MIT Press, 2005. p. 73–88.
- GERBAUDO, P. **Tweets and the Streets**. London: Pluto Press, 2012.
- GERBAUDO, P. The persistence of collectivity in digital protest. **Information, Communication & Society**, v. 17, n. 2, p. 264–268, 2014.
- GIANNINI, A. **Em Congresso do MBL, Gilmar Mendes defende ampla reforma política**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/em-congresso-do-mbl-gilmar-mendes-defende-ampla-reforma-politica-20503799>>. Acesso em: 9 maio. 2016.
- GIDDENS, A. **Dualidade da estrutura**. Oeiras: Celta Editora, 2000.
- GLADWELL, M. **Small Change - Why the revolution will not be tweeted**. Disponível em: <newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-malcolm-gladwell>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- GOBBI, D. **Identidade em ambiente virtual : uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade**. 2016. 118f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciência Política. Universidade de Brasília. Brasília, 2016.
- GOFFMAN, E. **FRAME ANALYSIS: An Essay on the Organization of Experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- GOH, D.; PANG, N. Protesting the Singapore government: The role of collective action frames in social media mobilization. **Telematics and Informatics**, v. 33, n. 2, p. 525–533, 2016.
- GONZÁLEZ-BAILÓN, S. et al. The Dynamics of Protest Recruitment through an Online Network. **Scientific Reports**, v. 1, p. 1–7, 2011.
- GOODWIN, J.; JASPER, J. M. Caught in a winding, snarling vine: The structural bias of political process theory. **Sociological Forum**, v. 14, n. 1, p. 27–54, 1999.
- HARLOW, S. Social media and social movements: Facebook and an online Guatemalan justice movement that moved offline. **New Media & Society**, v. 14, n. 2, p. 225–243, 2012.

- HARLOW, S. It was a “Facebook revolution”: Exploring the meme-like spread of narratives during the Egyptian protests. **Revista de Comunicación**, n. 12, p. 59–82, 2013.
- JASPER, J. M. A strategic approach to collective action: looking for agency in social-movement choices. **Mobilization**, v. 9, n. 1, p. 1–16, 2004.
- JASPER, J. M. Choice Points, Emotional Batteries, and Other Ways to Find Strategic Agency at the Micro Level. In: MANEY, G. M. et al. (Eds.). . **Strategy in Action: Movements and Social Change**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012. p. 23–42.
- JURIS, J. S. Reflections on #Occupy Everywhere: Social media, public space, and emerging logics of aggregation. **American Ethnologist**, v. 39, n. 2, p. 259–279, 2012.
- KATAGUIRI, K. **MBL in Rio**, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mblivre/videos/vb.204223673035117/384185298372286/?type=2&theater>>
- KLANDERMANS, B. Discourse and Frame Analysis. In: DELLA PORTA, D. (Ed.). . **Methodological Practices in Social Movement Research**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 195–227.
- LEINER, B. M. et al. The past and future history of the Internet. **Communications of the ACM**, v. 40, n. 2, p. 102–108, 1997.
- LIMA, F.; AGOSTINE, C.; VIRI, N. **Com pauta liberal, Endireita Brasil vê PT como pior partido**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4181576/com-pauta-liberal-endireita-brasil-ve-pt-como-pior-partido>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- LIMA, V.; RESENDE, T.; AGOSTINE, C. **Por 55 votos contra 22, Senado aprova abrir processo de impeachment**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4559261/por-55-votos-contr-22-senado-aprova-abrir-processo-de-impeachment>>. Acesso em: 2 maio. 2017.
- LINDEKILDE, L. Discourse and Frame Analysis. In: DELLA PORTA, D. (Ed.). . **Methodological Practices in Social Movement Research**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 195–227.
- MACHADO, U. **Jovens de SP fundam grupo para “endireitar” o país**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/03/888152-jovens-de-sp-fundam-grupo-para-endireitar-o-pais.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2017.
- MAGUIRE, S.; HARDY, C.; LAWRENCE, T. B. Institutional Entrepreneurship in emerging fields : HIV / AIDS treatment advocacy in Canada. **The Academy of Management Journal**, v. 47, n. 5, p. 657–679, 2001.
- MATAIS, A.; ROSA, V.; BULLA, B. **PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MCCAMMON, H. Discursive Opportunity Structure. In: SNOW, D. A. et al. (EDS.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social Movements**. Malden: Wiley-Blackwell,

2013.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212, 1977.

MELUCCI, A. Getting Involved: Identity and Mobilization in Social Movements. **International Social Movement Research**, v. 1, p. 329–348, 1988.

MERCEA, D. Digital prefigurative participation: The entwinement of online communication and offline participation in protest events. **New Media & Society**, v. 14, n. 1, p. 153–169, 2012.

MERCEA, D. Probing the Implications of Facebook Use for the Organizational Form of Social Movement Organizations. **Information, Communication & Society**, v. 16, n. 8, p. 1306–1327, 2013.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos Redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 134–150, 1997.

MISCHE, A. **Partisan Publics**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

NAUJORKS, C. J.; SILVA, M. K. Correspondência identitária e engajamento militante. **Civitas**, v. 16, n. 1, p. 136–152, 2016.

NEVES, M. **Protesto contra Dilma reúne 6.000 em SP, mas exclui pedido de impeachment**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/11/15/com-bolsonaro-protesto-contradilma-reune-mais-de-6000-mil-em-sp.htm>>. Acesso em: 1 maio. 2017.

O'REILLY, T. What is Web 2.0: design patterns and business models for the next generation of software. **Communications & Strategies**, n. 65, p. 17–37, 2007.

O ESTADO DE S.PAULO. **Maior manifestação da história do País aumenta pressão por saída de Dilma**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>>. Acesso em: 27 mar. 2016a.

O ESTADO DE S.PAULO. **Manifestantes colocam e CET tira pedalinho e boneco de Lula em ponte em São Paulo**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestantes-colocam-pedalinho-e-boneco-de-lula-em-ponte-em-sao-paulo,10000021283?success=true>>. Acesso em: 16 abr. 2017b.

O ESTADO DE S.PAULO. **Maranhão anula sessões do impeachment na Câmara**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,maranhao-divulga-nota-anulando-sessao-do-impeachment,10000049932>>. Acesso em: 2 maio. 2017c.

OLIVEIRA, A. **Comunicação pessoal**. São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, M.; VELASCO, C. **Com lista de Fachin, nº de inquéritos da Lava Jato triplica no STF**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/com-lista-de-fachin-n-de-inqueritos-da-lava-jato-triplica-no-stf.ghtml>>. Acesso em: 20 maio. 2017.

ÖSTMAN, J. Information, expression, participation: How involvement in user-generated content relates to democratic engagement among young people. **New Media & Society**, v. 14, n. 6, p. 1004–1021, 2012.

- PAPACHARISSI, Z. A. **A Networked Self**. 1st. ed. New York: Routledge, 2011.
- PASSARINHO, N. **Conselho de Ética instaura processo para investigar Eduardo Cunha**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/conselho-de-etica-instaura-processo-para-investigar-eduardo-cunha.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.
- PASSARINHO, N.; RAMALHO, R. **Supremo suspende mandato e afasta Cunha da presidência da Câmara**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/maioria-do-stf-confirma-afastamento-de-eduardo-cunha-da-camara.html>>. Acesso em: 2 maio. 2017.
- POLLETTA, F. Narratives. In: SNOW, D. A. et al. (EDS.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social Movements**. Malden: Wiley-Blackwell, 2013.
- POLETTI, L. **Ministro da Educação recebe Alexandre Frota e grupo pró-impeachment**. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/ministro-da-educacao-recebe-alexandre-frota-e-grupo-pro-impeachment/>>. Acesso em: 9 maio. 2017.
- PORTER, A. J.; HELLSTEN, I. Investigating participatory dynamics through social media using a multideterminant “frame” Approach: The case of climategate on YouTube. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 19, n. 4, p. 1024–1041, 2014.
- RAMALHO, R. **Ministros do STF defendem decisão que suspendeu rito do impeachment**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2015/12/ministros-do-stf-defendem-decisao-que-suspendeu-rito-do-impeachment.html>>. Acesso em: 18 dez. 2016.
- RANGEL, R. **Paulo Roberto Costa começa a revelar nomes dos beneficiários do esquema de corrupção da Petrobras**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/exclusivo-paulo-roberto-costa-comeca-a-revelar-nomes-dos-beneficiarios-do-esquema-de-corrupcao-da-petrobras/>>. Acesso em: 1 maio. 2017.
- RANGEL, R.; MARQUES, H. **Em depoimento à Justiça, Costa desvenda engrenagem do petrolão**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/em-depoimento-a-justica-costa-desvenda-engrenagem-do-petrolao/>>. Acesso em: 1 maio. 2017.
- REBELLO, A. **MBL deixa protestos anticorrupção de lado e terá candidatos em 38 cidades**. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/08/04/mbl-deixa-protestos-anti-corrupcao-de-lado-e-tera-candidatos-em-38-cidades.htm>>. Acesso em: 9 maio. 2017.
- RECUERO, R. O Discurso dos # ProtestosBR : análise de conteúdo do Twitter. **Galáxia**, n. 28, p. 199–216, 2014.
- REDAÇÃO ÉPOCA. **As manifestações de 13 de março em todo o Brasil**. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/manifestacoes-de-13-de-marco-em-todo-o-brasil-acompanhe.html>>. Acesso em: 9 maio. 2017.
- REVERBEL, P. **De TV em bar, MBL acompanha julgamento do impeachment no Senado**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808675-de-tv-em-bar-mbl-acompanha-julgamento-do-impeachment-no-senado.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

RIEDER, B. Studying Facebook via Data Extraction: The Netvizz Application. **Proceedings of WebSci '13, the 5th Annual ACM Web Science Conference**, p. 346–355, 2013.

RODRIGUES, J. **Carla Zambelli, líder do Varre Brasil “Ou param com a corrupção ou paramos o país”**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augustonunes/carla-zambelli-lider-do-varre-brasil-8216-ou-param-com-a-corrupcao-ou-paramos-o-pais-8217/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

ROSSI, F. Conceptualizing strategy making in a historical and collective perspective. In: ROSSI, F. M.; VON BÜLOW, M. (Eds.). . **Social Movement Dynamics: new perspectives on theory and research from Latin America**. Farnham: Ashgate, 2015. p. 15–42.

SANTOS, R. **Toda beleza do impeachment em 10 vídeos essenciais**. Disponível em: <<https://mbl.org.br/toda-beleza-do-impeachment-em-10-videos-essenciais/>>. Acesso em: 9 maio. 2017.

SCHREIBER, M. **Os “sem-mandato” que pavimentaram o processo de impeachment**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762275-os-seis-sem-mandato-que-pavimentaram-o-processo-de-impeachment.shtml>>. Acesso em: 6 maio. 2017.

SCHREIBER, M. **“Nem sempre o que é popular é o melhor para o país”, diz líder do Vem pra Rua sobre reformas de Temer**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39394804>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

SEGRILLO, A. A confusão esquerda/direita no mundo pós-Muro de Berlim: uma análise e uma hipótese. **Dados**, v. 47, n. 3, p. 615–632, 2004.

SEWELL, JR., W. H. **A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation** *American Journal of Sociology*, 1992.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. DE O. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 187–226, 2016.

SNOW, D. A. Framing process, Ideology and Discursive Fields. In: SNOW, D. A.; SOULE, S. A.; KRIESI, H. (Eds.). . **The Blackwell companion to social movements**. Malden: Blackwell Publishing, 2004. p. 754.

SNOW, D. Framing and Social Movements. In: SNOW, D. A. et al. (EDS.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social Movements**. Malden: Wiley-Blackwell, 2013.

SNOW, D. A. et al. (EDS.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social Movements**. Malden: Wiley-Blackwell, 2013.

SORJ, B.; FAUSTO, S. **Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil**. 1ª ed. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2015.

STEINBERG, M. W. The Talk and Back Talk of Collective Action: A Dialogic Analysis of Repertoires of Discourse among Nineteenth-Century English Cotton Spinners. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 3, p. 736–780, 1999.

TARROW, S. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. 1ª

ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

TARROW, S. **The Language of Contention: revolutions in words, 1688-2012**. New York: Cambridge University Press, 2013.

TARROW, S.; TILLY, C.; MCADAM, D. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, n. 76, p. 11–48, 2009.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S. V. E; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Eds.). **Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 197–212.

TERRA. **Protesto dia 12 de abril famosos convocam para ato contra Dilma e PT**. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/famosos-convocam-para-protesto-contradilma-e-pt-no-dia-12,0e8aed2976b9c410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 maio. 2017.

TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

TOLEDO, D. **Jovens militantes quem são e quais as ambições da nova geração de ativistas**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/02/23/quem-sao-e-o-que-pensam-os-jovens-militantes-no-brasil.htm>>. Acesso em: 9 maio. 2017.

TOMBARI, S. L. Click if you Care: Frame Alignment Processes in Anti-Poverty Movement Websites. **Canadian Journal of Applied Research**, n. 1, p. 48–67, 2010.

TREMAYNE, M. Anatomy of Protest in the Digital Era: A Network Analysis of Twitter and Occupy Wall Street. **Social Movement Studies**, v. 13, n. 1, p. 1, 2013.

TRERÉ, E.; CARGNELUTTI, D. Movimientos sociales , redes sociales y Web 2 . 0 : el caso del Movimiento por la Paz con Justicia y Dignidad Social movements , social media and Web 2 . 0 : the case of the Movement for Peace. **Communication & Society/Comunicación y Sociedad**, v. 27, n. 1, p. 183–203, 2014.

UOL. **Protestos contra Dilma reúnem cerca de 560 mil em 24 Estados e no DF**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/12/protestos-contradilma-ocorrem-no-df-e-em-6-estados.htm>>.

URIBE, G.; BRAGON, R. **Eduardo Cunha acata pedido de impeachment contra Dilma Rousseff**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1714133-cunha-deflora-processo-de-impeachment-contradilma.shtml>>. Acesso em: 2 maio. 2017.

URIBE, G.; LIMA, D.; LIMA, G. **Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

VICARI, S. Blogging politics in Cuba: the framing of political discourse in the Cuban blogosphere. **Media, Culture & Society**, v. 36, n. 7, p. 998–1015, 2014.

VICARI, S. Exploring the Cuban blogosphere: Discourse networks and informal

politics. **New Media & Society**, v. 17, n. 9, p. 1492–1512, 2015.

VITÓRIA, G.; AMARAL, L. **De onde vem a revolta - ISTOÉ Independente**.

Disponível em:

<http://istoe.com.br/409002_DE+ONDE+VEM+A+REVOLTA/?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em: 16 abr. 2017.

WARD, J. C.; OSTROM, A. L. Complaining to the Masses: The Role of Protest Framing in Customer-Created Complaint Web Sites. **Journal of Consumer Research**, v. 33, n. 2, p. 220–230, 2006.

WORLD BANK. **World Development Report 2016: Digital Dividends**. Washington, DC: World Bank, 2016. v. 53

ZALIS, P.; GONÇALVES, E. **Quais são e como pensam os movimentos que vão para a rua contra Dilma no domingo**. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/politica/quais-sao-e-como-pensam-os-movimentos-que-vaopara-a-rua-contradilma-no-domingo/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.